



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM ANTROPOLOGIA



FERNANDO ALVARENGA DOS SANTOS

ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE NOSSA
SENHORA APARECIDA DO LAGO CATALÃO – IRANDUBA/AM

Recife/PE
2013

FERNANDO ALVARENGA DOS SANTOS

**ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE NOSSA
SENHORA APARECIDA DO LAGO CATALÃO – IRANDUBA/AM**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Antropologia. Área de concentração: etnicidade e processos identitários.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monteiro Athias.

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Silva Lima.

Recife/PE
2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S237o Santos, Fernando Alvarenga dos.
Organização socioeconômica da comunidade Nossa Senhora
Aparecida do Lago Catalão – Iranduba/AM. / Fernando Alvarenga dos
Santos. – Recife: O autor, 2013.
147 f. il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monteiro Athias.

Coorientador: Carmen Lúcia Silva Lima.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. Pós-Graduação em Antropologia. Mestrado Interinstitucional /
Universidade Federal de Roraima – UFRR, 2013.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Organização social. 3. Etnologia. 4. População. 5.
Comunidade – Organização. I. Athias, Renato Monteiro. (Orientador). II.
Lima, Carmen Lúcia Silva. (Coorientadora) III. Título.

390 CDD (23.ed.)

UFPE (BCFCH2014-04)

FERNANDO ALVARENGA DOS SANTOS

**Organização Socioeconômica da comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago
Catalão – Iranduba/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientado por: Renato Monteiro Athias

Co-orientador por: Carmem Lúcia Silva

Lima

Aprovada em: 19/08/2013.

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Renato Monteiro Athias (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

Profº Drº Russell Parry Scott (Examinador Titular Interno)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

Profª Drª Edvânia Torres Aguiar Gomes (Examinadora Titular Externa)
Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPE

Aos meus pais, Raimundo Silva dos Santos e Raimunda Alvarenga dos Santos, pelo o amor que recebo sempre; aos meus irmãos e irmãs por todo carinho; ao Lourival Patrício da Silva por desprender-se de vaidades e superar minhas ausências.

AGRADECIMENTOS

A Deus por conceder todos os meus dias de vida.

Aos meus pais pelo amor e por toda educação que me proporcionaram.

Aos meus irmãos e irmãs por todo carinho.

A tia Hilma por ensinar-me a importância de ser disciplinado.

Ao meu companheiro pela cumplicidade, incentivo e confiança ao longo de 16 anos de convivência e, principalmente, por sua generosidade ao se desdobrar para superar minhas ausências nessa fase da minha carreira acadêmica.

Ao meu orientador, professor Renato Athias, por quem tenho profunda admiração por sua experiência intelectual e caráter, bem como por seu empenho e dedicação à disciplina Antropologia. Por partilhar comigo o melhor do seu valioso conhecimento, me dando acesso a essa importante área do conhecimento.

Aos moradores da Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão, no município de Iranduba, no Amazonas, nas pessoas dos meus interlocutores. Por toda atenção prestada a mim em nossos diálogos, pelos resgates de suas memórias e por seus relatos de vida que revelam seus arranjos no modo peculiar e admirável da organização social que desenvolvem.

Aos professores Carlos Alberto Cirino e Carmen Lúcia Silva Lima pela disponibilidade para colaborar sempre. Pelas palavras de incentivo nos momentos de grande ansiedade.

Ao caro colega George Soon Ho, que sempre esteve pronto a me prestar ajuda quando estive diante de obstáculos com a informática ou traduções para a língua inglesa. Em nome dele, presto os agradecimentos extensivos aos servidores da UFRR, especialmente do Departamento de Registro e Controle Acadêmico – DERCA.

A Universidade Federal de Roraima, instituição pela qual alimento estima e expreso orgulho. Onde me graduei e atuo profissionalmente, o que me remete ao compromisso de estar sempre atento para contribuir com a formação de novos profissionais e cidadãos, na busca por uma sociedade mais justa.

A toda equipe do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

“Nas águas da minha infância perdi o medo
entre os rebojos. Por isso avanço cantando.

Estou no centro do rio, estou no meio da
praça. Piso firme no meu chão sei que estou
no meu lugar, como a panela no fogo e a
estrela na escuridão”.

(A vida verdadeira, de Thiago de Mello)

RESUMO

Este trabalho analisa a dinâmica das relações sociais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão, no município de Iranduba, no Estado do Amazonas. As famílias dessa comunidade vivem em residências flutuantes na margem direita do Rio Negro, próximo a cidade de Manaus. As casas estão instaladas entre os paranás que se formam entre as restingas de uma região conhecida como “boca” do Catalão. Esse tipo de habitação representa uma peculiaridade do modo de vida dessa população que, durante todo o ano, precisa se posicionar com estratégias para transpor obstáculos provenientes da adversidade climática. Especialmente, os ciclos hidrológicos representados pelos períodos de cheia e de vazante dos rios da Região que promovem muitas modificações geomorfológicas pelo deslocamento de sedimentos que alteram, com o passar dos anos, a paisagem natural do lugar. A descrição das características ambientais do lugar remete a um quadro ecológico bastante definido, deve-se esclarecer que se buscou um distanciamento dos modelos clássicos dos estudos voltados a populações ribeirinhas amazônicas, os quais imprimem um determinismo ambiental e uma dinâmica própria na organização e nas relações sociais. Neste sentido, há de ser considerado o eixo que orienta a estruturação deste estudo que é a abordagem histórica desenvolvida em investigações mais recentes sobre sociedades contemporâneas da Amazônia que enfatizam o caráter de limitações ambientais nos aspectos organizacionais das sociedades. Portanto este estudo constitui um trabalho etnográfico pioneiro em relação à comunidade estudada, ao mesmo tempo em que abre outros horizontes de investigação para reflexão em torno da realidade social dos povos ribeirinhos da Amazônia.

Palavras-chave: Organização Social, Antropologia dos Ribeirinhos, Etnografia do Lago do Catalão; populações ribeirinhas, Antropologia.

ABSTRACT

This paper analyzes the dynamics of social relations of the Community of *Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão*, in the municipality of Iranduba in the state of Amazonas. The families of the community live in floating residences on the right bank of the *Rio Negro*, near the city of Manaus. The houses are located between *paraná*s that form between the sandbanks of a region known as the "mouth" of Catalan. This type of housing represents the peculiarity of the lifestyle of this population that, throughout the year, needs to position itself with strategies to overcome obstacles from climatic adversity. Especially, the hydrological cycles represented by periods of flood and ebb of the rivers of the region promote many geomorphological changes by shifting sediments that, with the passing years, alter the natural landscape of the place. The description of the environmental characteristics of the place indicates a much defined ecological picture, it should be clarified that was sought a departure from the classical models of studies related to amazonian riverside populations, which stamp an environmental determinism and a unique dynamic in the organization and social relations. In this sense, must be considered the axis that guides the structuring of this study is the historical approach developed in recent investigations of Amazon contemporary societies that emphasizes the character of environmental limitations in the organizational aspects of the societies. Thus, this study is a pioneering ethnographic work in relation to the studied community, while it opens other horizons for reflection on the social reality of the riverbank populations of Amazon.

Keywords: Social Organization; Anthropology of riverbank people; Ethnography of Lago do Catalão; riverbank populations; Anthropology.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	– Localização da Com. N. Sr. ^a Aparecida do Lago do Catalão	24
Foto 2	– Percurso terrestre-fluvial até a Com N. Sr. ^a Aparecida do Lago do Catalão	33
Foto 3	– Terminal hidroviário Manaus-Careiro da Várzea	34
Foto 4	– Atracadouro de embarcações particulares	35
Foto 5	– Estrutura interna da feira do Porto do Ceasa	36
Foto 6	– Barracas de peixes	37
Foto 7	– Vista panorâmica do Porto do Ceasa	38
Foto 8	– Casas na Vila da Felicidade	39
Foto 9	– Comunidade Vila da Felicidade	40
Foto 10	– Galinheiro flutuante	41
Foto 11	– Banheiro residencial	42
Foto 12	– Grupo familiar	43
Foto 13	– Via de acesso ao paraná do Catalão durante a seca	48
Foto 14	– Flutuantes do paraná do Catalão durante período de seca	49
Foto 15	– Restingas e paranás no lago Catalão no período de seca	50
Foto 16	– Escola Municipal Nossa Sr. ^a Aparecida do Lago Catalão	52
Foto 17	– Atalho pela restinga 1	55
Foto 18	– Atalho pela restinga 2	56
Foto 19	– Dona Artemiza com sua filha e netos	60
Foto 20	– Sede da Associação da Comunidade	64
Foto 21	– Serraria sobre estrutura flutuante	67
Foto 22	– Blocos de madeiras serradas	72
Foto 23	– Pranchas serradas de madeira	73
Foto 24	– Igreja protestante	77
Foto 25	– Representante da Igreja Católica	78
Foto 26	– Principal campo de futebol	80
Foto 27	– Campo de futebol secundário	81
Foto 28	– Brasão do time local	81
Foto 29	– Time de futebol feminino	82

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEASA	Central Estadual de Abastecimento
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DERAM	Departamento de Estradas e Rodagens do Amazonas
DETER	Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FUNPEA	Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino de Ciências Agrárias
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agrário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MINTER	Mestrado Interinstitucional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PRODES	Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira

SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEINFRA	Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado do Amazonas
SEP	Secretaria Especial de Portos
SIAB	Sistema de Informação de Atenção Básica
SIDERAMA	Companhia Siderúrgica do Amazonas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRE-AM	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRR	Universidade Federal de Roraima

LISTA DE TABELA

Tabela 1	Número de habitantes por faixa etária e gênero até julho de 2012	46
Tabela 2	Número de estudantes matriculados por série e por gênero no ano 2012	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Indicativo do estado civil da população	76
Gráfico 2	Indicativo de emigração e permanência na comunidade	76

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1 Arranjos e estratégias para viver sobre o Rio Negro.....	33
2 No rio e na metrópole: construção da identidade catalãoense.....	83
3 Amálgama de interpretações: revelações da dinâmica local.....	113
Considerações Finais.....	134
Bibliografia.....	137
Referências consultadas.....	142
Outras referências.....	144
Lista de entrevistados.....	146

INTRODUÇÃO

Percebo oportuno apresentar parte da trajetória que estabeleceu meu contato com a Antropologia. Havendo sempre concentrado meus estudos nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente em Secretariado Executivo e Administração de empresas, nunca antes me aproximei de obra literária de teor predominantemente antropológico, embora tivesse conhecimento da existência de categorias da antropologia voltadas ao estudo das organizações corporativas e da economia. Assim, anteriormente à publicação do edital de seleção do mestrado não havia despertado o interesse por essa disciplina.

O anúncio transmitido pelo rádio, enquanto estava na direção do meu carro, reteve por alguns segundos minha atenção o que levou-me, posteriormente, a buscar no site da Universidade Federal de Roraima pelo edital publicado. Havia pouco mais de 15 dias para ocorrer o encerramento das inscrições no processo de seleção. Após ler o material e tomar conhecimento das etapas e requisitos exigidos para o certame, o principal desafio que tal investidura sinalizava seria a elaboração de um pré-projeto de pesquisa que se encaixasse em alguma das linhas de pesquisas divulgadas por aquele Programa de Pós-graduação em Antropologia e que trouxesse no seu cerne uma problemática antropológica.

A linha de pesquisa classificada no item “d”, no anexo I do edital, intitulada *Ambiente, cultura e sustentabilidade*, logo me chamou atenção, pois sinalizava a melhor possibilidade para escrever o pré-projeto, já que havia dedicado horas ao estudo do tema sustentabilidade durante a realização de uma especialização *lato sensu* em Educação Ambiental, o que me rendeu o acúmulo e organização de material com a finalidade de ministrar as aulas da disciplina *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social* para os acadêmicos de graduação no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Roraima. Todavia, hoje, percebo que grande parte do conteúdo acumulado para essas aulas possuía uma perspectiva corporativa bastante dirigida, um conhecimento aplicado, portanto, de difícil aderência ao debate proposto pelos estudos antropológicos.

Um pequeno fio de esperança se fazia evidenciar. Por essa razão resolvi buscar auxílio, sem perder a sobriedade acerca do agravante que se opunha a

minha decisão: o prazo muito curto para realizar leituras e elaborar o projeto. Mesmo assim dei início à jornada e o primeiro passo foi adquirir o primeiro livro sobre conhecimentos introdutórios de Antropologia que encontrei na livraria, intitulado *Aprender Antropologia*, autoria de Francois Laplantine, uma edição de 2007, que confesso não ter obtido a clareza e a compreensão que necessitava para conectar minhas ideias, embora realizando a leitura por duas vezes. E quando já estava prestes a entrar em colapso nervoso, por força das circunstâncias, que me obrigavam a desistir do processo iniciado, três breves diálogos, não programados, com antropólogos experientes, professores do Instituto de Antropologia da UFRR, foram decisivos para me fazer encontrar o caminho.

Inicialmente recorri à ajuda do professor Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino, com quem resolvi compartilhar minha intenção de pesquisa. Ocorreu que eu ainda conhecia pouquíssimo, além de senso comum, sobre Antropologia, o que me colocava em situação desfavorável para fazer uso correto de termos acadêmicos e politicamente adequados. Segui em frente e cometi o equívoco de expor que desejava estudar a única comunidade “primitiva” a que tive acesso na adolescência, o lago Catalão. Subitamente, o professor Cirino me corrigiu e recomendou que eu abandonasse a ideia de “primitivo” para me referir a qualquer que fosse o grupo populacional.

Após conversarmos sobre as características da população que assinalava ser meu objeto de estudo, professor Cirino recomendou o nome de sua colega de trabalho, a professora Dr.^a Carmen Lúcia Silva Lima, com quem eu já havia mantido contato por cerca de duas vezes para tratarmos de assuntos pertinentes aos cargos administrativos, que a época, ocupávamos na UFRR. No ponto de vista do professor Cirino, a professora Carmen Lúcia, além de não estar envolvida nas etapas do processo seletivo, o que a isentava para prestar auxílio aos candidatos sem comprometer a isonomia da seleção, seus estudos estão concentrados numa linha de pesquisa que mais se aproximava dos meus interesses.

Neste ínterim, me encontrei com o professor José Carlos Franco, também do Instituto de Antropologia da UFRR, com quem também compartilhei minha intenção de pesquisa e de quem recebi indicações de textos, principalmente, de autoria de *Manuel Castells*.

Após manter diálogo com a professora Carmen Lúcia, finalmente, estabeleci a relação que buscava entre a comunidade e uma teoria antropológica. Além de me

situar, ela também me disponibilizou alguns textos que faziam referências ao tema populações tradicionais. Isso me possibilitou conhecer os principais eixos de discussões, também me conectou com obras de autores, com os quais estabeleci de imediato enorme empatia, como *Manuela Carneiro da Cunha* e *Alfredo Wagner*. Assim elaborei o pré-projeto de pesquisa que submeti, sendo aprovado no processo de seleção deste Mestrado Interinstitucional.

A proposta principal desse primeiro pré-projeto concentrava-se nos aspectos qualitativos da questão socioambiental, dois temas relevantes e intrinsecamente ligados surgem no bojo da discussão: a conservação da biodiversidade e os saberes tradicionais. Nesse contexto, retinha o problema, a saber: uma autoidentificação coletiva frágil mantém a comunidade em estado de vulnerabilidade? e a percepção ambiental não integrada permite perdas de conhecimentos tradicionais e promove a insustentabilidade do ecossistema local?

Já havia transcorrido o primeiro semestre do mestrado e com ele se esvaiu a ansiedade comum a todo calouro, quando eu já compreendia melhor o objeto de estudo da Antropologia, cheguei à conclusão de que meu pré-projeto ainda não continha em sua essência uma conexão objetiva com área de conhecimento a que me propusera desvendar. Dessa forma, resolvi dialogar com o professor do MINTER que sinalizava ser meu futuro orientador, Dr. Renato Athias.

O professor Athias com sua vasta experiência e conhecendo meu pré-projeto, concordou de imediato com a minha decisão de mudança, como se já esperasse de minha parte tal iniciativa. Recomendou algumas leituras, emprestou-me alguns livros e posteriormente enviou-me textos auxiliares por e-mail. Dessa forma, encontrava-me diante de um novo desafio, o de estabelecer conexões entre a teoria antropológica e a comunidade, de modo que tornasse a proposta do estudo mais congruente.

O segundo semestre já estava em curso, e tive de dividir o tempo entre os textos e trabalhos de conclusão das disciplinas, pois até o final precisaria estar com uma nova ideia estruturada para submetê-la a banca de qualificação. Com as leituras recomendadas e, à medida que transcorriam as aulas de metodologia da pesquisa, as ideias foram encaixando-se até que chegasse a proposição contida nesta dissertação.

Se até aqui busquei esclarecer como cheguei as minhas escolhas teóricas, noto que essas informações são insuficientes se não mencionar qual o vínculo que

me fez optar por estudar a Comunidade Nossa Senhora do Lago Catalão. De imediato posso afirmar que foi por intermédio do meu pai, o “Seu Alegria”, como é mais conhecido. Ele que nasceu no Careiro da Várzea, e ainda menino mudou-se com seus pais para uma comunidade vizinha conhecida como “Costa do Catalão”, onde passou maior parte de sua juventude e aprendeu sobre os ciclos naturais e conviveu transitando pelas principais vias fluviais da redondeza.

Em 1957 já morando em Manaus, começou trabalhar no Departamento de Estradas e Rodagens do Amazonas e após oito anos casou-se, constituindo família. No final da década de 1980, foi liberado pela direção daquele órgão estadual para aguardar sua aposentadoria em casa. Sentindo-se ainda jovem e capaz, incomodado por ter de passar dias de ociosidade, resolveu tornar-se pioneiro e investir num tipo de pescaria que teria notícia, a pesca de alevinos de matrinxã, jaraqui e curimatã, para fornecer aos açudes de criação nas proximidades da cidade de Manaus.

Dispondo de algumas economias, adquiriu um flutuante e uma voadeira e mudou-se para a “boca” também chamada de “lago do Catalão”, onde viviam muitos amigos e alguns parentes. Porém, a família continuou vivendo na capital amazonense, o que sempre exigiu um fluxo entre aquele ambiente rural e o urbano, tanto no deslocamento da esposa e filhos que iam visitá-lo de vez em quando, principalmente aos finais de semana, quanto de sua parte para atualizar-se sobre a rotina da família.

A nova atividade rendeu um acréscimo na renda familiar durante alguns anos. Todavia, qualquer prática pesqueira nos rios da Amazônia depende de ciclos, portanto a pesca de alevinos está condicionada a desova do pescado, a piracema. Os filhotes de peixes somente podem ser capturados entre março e junho, quando estão medindo cerca de 3 a 5 centímetros, depois desse período a logística inviabiliza a comercialização. Nos outros meses do ano realizava fretes, negociava com aqueles que procuravam as “voadeiras” no Porto da Ceasa para se deslocarem pelas comunidades circunvizinhas.

Hoje, aposentado aos 71 anos de idade, dos quais mais de vinte viveu na Comunidade, reconhece naquele local, não apenas aquele que por longa data garantiu uma fonte de renda complementar para sua família, considerando que a cada ano vem deixando de desempenhar as atividades destacadas, principalmente,

após o aumento da concorrência. No entanto, é lá que encontra refúgio da agitação urbana, e onde pode manter a rotina de hábitos a que se acostumara.

Destaque entre esses hábitos, aquele em que deitado em sua rede, na sala, com a porta aberta, estabelece diariamente contato com aqueles que navegam cruzando a frente do seu flutuante. Ou simplesmente compartilhar suas histórias, nos finais de semana, com amigos e parentes que o visitam desfrutando de momentos de descontração e lazer em pescarias nos lagos da redondeza e se hospedam ali, geralmente, por até 48 horas.

O flutuante, uma pequena casa com estrutura de madeira e cobertura com zinco, construída sobre grandes troncos de árvores, da espécie assacú, que boiam na água, foi o alojamento utilizado durante a pesquisa de campo. São apenas 32 m² no total, divididos em ambientes compactos como é o caso do dormitório com 5 metros de comprimento por 4 metros de largura, com capacidade para no máximo quatro redes de dormir, onde há também uma cama de solteiro. O mesmo local ainda comporta um freezer, uma pequena televisão, um armário onde são armazenados os mantimentos, todos disputando o espaço com caixas térmicas de polietileno e uma grande rede de pesca.

Foi na pequena mesa de madeira da cozinha, que improvisei meu escritório de trabalho. O ambiente da cozinha possui cerca de nove m² e fica do lado externo da casa, na parte de trás, possui cobertura, mas não é totalmente cercado por paredes, exceto na sua lateral direita onde há um micro banheiro com apenas o vaso sanitário. Na mesma lateral também é improvisado um armário para panelas e onde ficam armazenados os reservatórios com água potável abastecidos no Porto da Ceasa. No local, geralmente, do início da noite avançando pela madrugada, registrava minhas principais observações do dia, refletia sobre as entrevistas realizadas, tentava estabelecer critérios para seleção dos novos interlocutores e, paralelamente, lia e respondia e-mails ou atualizava-me nos site de notícias.

Coincidentemente o flutuante possuía uma localização estratégica para meu objetivo inicial, o de selecionar meus interlocutores, pois, no mínimo, me permitia um contato visual com grande parte da população local. Estava instalado bem ao lado da única escola do lugar, de onde era possível observar alguns adultos deixando seus filhos e parentes para o dia de aula. Assim, da minha mesa de trabalho, era possível manter ligeiros contatos que me revelavam aspectos importantes das características pessoais e profissionais.

A pesquisa de campo exigiu da minha parte o deslocamento entre a capital roraimense, Boa Vista onde resido, até a cidade de Manaus. Um percurso terrestre de aproximadamente 780 quilômetros pela BR-174, sentido sul, realizado em ônibus da companhia de transporte interestadual por cerca 10 horas de viagem. Os períodos das estadas ocorreram, na primeira vez entre o final do mês de junho e meados do mês de agosto, enquanto a segunda estada durou os quinze primeiros dias do mês novembro.

Desde o princípio, desmembrar a pesquisa de campo em dois períodos demonstrava-se fundamental para que fossem realizadas as observações sobre as condições ambientais adversas que se apresentam durante a enchente e a vazante dos níveis das águas dos rios da região. Certamente, essas condições produzem interferência direta na rotina de vida dos moradores do Lago do Catalão. Sem dúvida, as informações coletadas nas observações depois de sistematizadas trariam à luz as questões centrais desta pesquisa, como a compreensão das dinâmicas culturais, espaciais e as relações socioeconômicas daquela população.

Logo na primeira visita de campo resolvi frequentar as residências de dois moradores que desempenham papéis de líderes no lugar, graças às suas articulações políticas junto a vereadores e ao prefeito do município de Iranduba, bem como de empresários do ramo náutico e setor madeireiro que, volta e meia frequentam o Lago do Catalão. Seu Mauro Coelho, um autodidata, exímio conhecedor de madeiras e construtor de flutuantes; e Dona Raimunda Viana, senhora de comportamento agitado, copeira da escola e presidente da Associação da Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago Catalão. Em ambas famílias obtive excelente receptividade tanto dos proprietários quanto de seus familiares.

Os diálogos, geralmente, recebiam certa carga de mensagens subliminares que indicavam conflitos de ideias acerca da administração dos recursos destinados ao local através dos mecanismos assistenciais do município de Iranduba e outros órgãos que aplicam no lugar ações de políticas públicas de Desenvolvimento Social e Responsabilidade Social, como é o caso do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e projetos desenvolvidos pela Petrobrás, como foi o caso de uma gincana organizada para coletar lixo nas cercanias do local. Assim, se de um lado as explicações dão conta de estar se fazendo o que é certo e possível ser feito. Por outro lado, os comentários de oposição abstraem no sentido da suposta imposição

de interesses pessoais que refletem na má gestão, que beneficia parcialmente a comunidade, deixando de fora aqueles que realmente precisam da ajuda.

A minha aproximação dessas duas lideranças teve a função estratégica de me colocar diante dos principais problemas enfrentados por aquela população, bem como me fazer conhecer alguns aspectos de cooperação. Também me permitiu identificar nas conversas, os nomes de interlocutores em potencial, os quais mantinham alguma relação social com esses líderes.

O confronto de ideias mencionado é para maioria das pessoas da comunidade um debate evitado. Embora haja quem apresente sua posição reproduzindo um discurso elaborado. Mas para a maioria, o melhor mesmo é não se manifestar a respeito. Os comentários, quando aconteciam, se manifestavam de forma velada, quase um murmúrio, sem deixar claro um posicionamento. Percebi que a questão não possuía relação com a minha presença, mas com a manutenção de uma espécie de “política da boa vizinhança”, afinal não se trata de um conflito declarado. Busca-se ao máximo evitar problemas, em favor de um convívio pacífico nas reuniões de pais e mestres da escola, ou nas reuniões da associação.

Com objetivo de obter dados oficiais sobre a comunidade, aproveitei a ocasião da minha estada para realizar duas visitas ao município de Iranduba, cuja sede está localizada a 30 quilômetros de Manaus. O município possui a jurisdição do Lago do Catalão. Na prefeitura fui recebido por um assessor de imprensa, que me esclareceu que muitas das informações que solicitei estavam descentralizadas sob a tutela de outros órgãos municipais.

No município, também estive na unidade local do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM com objetivo de levantar informações sobre registros de possíveis cultivos realizados pela população catalãoense da “boca” do Catalão. Após breve diálogo, o técnico agrícola responsável pelos registros estatísticos sobre aquela região confirmou minha percepção, que no lago do Catalão, mesmo no período da vazante, aquela população não pratica qualquer atividade agrícola. Realidade diferente das outras comunidades da redondeza.

Outros dois órgãos visitados foram o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e a Secretaria Municipal de Saúde. No primeiro órgão fui recepcionado pelo coordenador do cadastro único e do programa Bolsa Família, quem me apresentou o setor e concedeu os dados sobre as famílias cadastradas do

Lago Catalão que são beneficiadas pelo Bolsa Família. O coordenador esclareceu que a função daquela unidade é a prestação de serviços também nas áreas de assistência social, psicologia, aposentadoria e seguro desemprego.

Na Secretaria de Saúde Municipal, mesmo havendo me apresentado com a devida identificação de estudante de mestrado e exibindo cópia do projeto de pesquisa aprovado, as informações sobre o número de pessoas cadastradas foram concedidas após algum tempo de diálogo. Antes tive de percorrer três ou quatro salas, reproduzindo os mesmos esclarecimentos sobre o destino dos dados. O motivo para o clima de desconfiança era a aproximação do período eleitoral e o receio da perda dos cargos comissionados, por conta do vazamento de informações que pudesse produzir algum benefício ao grupo adversário.

Na ocasião, estabeleci diálogo com o enfermeiro responsável pelo atendimento de saúde prestado, periodicamente, de modo itinerante em embarcação, no Lago Catalão e populações adjacentes. Ele me relatou sobre as patologias mais incidentes do lugar.

Durante a segunda visita de campo, quando as observações foram voltadas ao comportamento da população no período da vazante, resolvi manter meu tempo dividido entre observar as práticas locais, entrevistar meus interlocutores e realizar visita a órgãos oficiais com o intuito da obtenção de dados produzidos por outras pesquisas. Neste percurso, é necessário evidenciar o enfrentamento de entraves, que o processo de pesquisa não se isenta. Assim, menciono que realizei visitas, sem êxito, a três bibliotecas públicas localizadas no centro de Manaus, todas fechadas para reformas e não apresentando alternativas aos usuários.

Neste contexto, busquei pelos acervos das bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia – INPA, onde localizei algumas obras e reproduzi partes desses conteúdos bibliográficos que me chamaram atenção por conter dados relevantes para esta pesquisa. No caso das publicações encontradas no INPA, embora sejam estudos realizados especificamente no Lago do Catalão, todos estão concentrados em pesquisa sobre espécies de peixes, porém destacavam informações interessantes sobre aspectos geofisiológicos da região.

O roteiro também incluiu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, onde fui recebido por um gerente, senhor Adjalmo, quem não mediu esforços para me fornecer explicações sobre as novidades implementadas no senso 2010,

como é caso da segmentação por setor censitário, que corresponde a menor unidade territorial de identificação geográfica que agrega um determinado número de variáveis. Assim, após localizar os limites que representam o setor censitário no qual a Comunidade do Lago do Catalão encontra-se inserida, unidade geográfica de código 130185205000034, disponibilizou os arquivos digitais com as variáveis correspondentes. Com isso poderia, acessando a internet e através do programa Google Earth, verificar melhor imagens e os limites do setor. Além disso, possuía as tabelas com as informações sobre as variáveis que fazem parte do censo.

Apesar do tempo demonstrar-se, a cada dia, o alçoz na odisseia de coleta de dados, ainda foi possível, entre os deslocamentos de um ponto a outro, passar por uma livraria e um sebo para aquisição de livros com temas correlatos a pesquisa. Certamente que, essas fontes citadas até agora não foram as únicas, o que se propôs foi ilustrar quanto o trabalho de campo não se limitou apenas a observação e entrevistas.

Enquanto estive na Comunidade do lago Catalão, também aproveitei a ocasião para conhecer, ainda que de modo muito sucinto, as áreas situadas no entorno daquela Comunidade. Saíamos para essas pequenas viagens sempre nas primeiras horas da manhã, quando a temperatura estava mais amena, porém nosso retorno geralmente ocorria próximo ao meio dia. No caminho, algumas vezes, parávamos para comprar peixe nas canoas de pescadores.

A distância do nosso trajeto, sempre percorrido na *voadeira*, e a boa conversa com habitantes nas localidades visitadas, eram motivos para que perdêssemos a noção do tempo, e não conseguíssemos evitar o sol forte durante o retorno. Assim, também não demorou até que eu entendesse a razão que levava meu pai, o piloto da voadeira, usar camisa manga longa durante essas viagens. Mesmo com intenso calor, amenizado pelo vento durante o deslocamento sobre as águas, a camisa era o acessório que evitava uma insolação.

Além do canal do Xiborena, onde está situada a comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, vizinha de características muito similares com as do lago do Catalão, estivemos na região de várzea, conhecida como Costa do Catalão, que faz frente para o Rio Solimões. Também entrou no roteiro a Comunidade São José, localizada na Terra Nova, de frente para o Rio Amazonas, e a estação portuária do Careiro da Várzea, mais conhecida como Porto da Gutierrez, onde se dá continuidade a BR-319. Na Costa do Catalão, além do cultivo de hortaliças, existem

fazendas de criação de bois e búfalos. Já em relação à Comunidade São José, Fraxe (2004) esclarece que a atividade primeira é a pesca, enquanto que agricultura e extrativismo são atividades complementares.

É necessário prestarmos aqui um esclarecimento sobre delimitação do espaço geográfico onde se concentra a população objeto deste estudo. De acordo com Vale (2003) a formação geológica do Catalão é tipicamente do sistema de área de várzea constituído por unidades morfológicas particulares, representadas por lagos e penínsulas. Na compreensão de seus habitantes, o Catalão é dividido em dois setores, e essa distinção tende a considerar não apenas as características ambientais, mas o tipo de habitação que se encontra em cada um.

O primeiro setor denominado “costa” do Catalão volta-se para o Rio Solimões, numa região onde os barrancos são mais altos e mais extensos, onde é possível a prática agrícola e pecuária, embora nas situações de enchentes severas, estas atividades sejam comprometidas. Ali é comum a criação de búfalos, pois o animal demonstra melhor adaptação e resistência para sobreviver em áreas alagadas. As moradias desse setor são construídas sobre palafitas.

Foto 1 – Localização da Com. N. Sr.^a Aparecida do Lago do Catalão.



Fonte: Google earth

Mas é na “boca” do Catalão, como os moradores do lugar costumam se referir a ela, onde vive a Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago Catalão, interesse desse estudo. Lá, as habitações são predominantemente de casas flutuantes. As edificações são deslocáveis para que possam acompanhar o nível da

água na sazonalidade dos ciclos hidrológicos. A abertura principal do Paraná, uma espécie de hidrovia onde fica a maior parte das casas, desemboca no leito do Rio Negro e volta-se para frente da cidade de Manaus.

Início meu relato, especificamente sobre a experiência da pesquisa de campo, mencionando a grande carga de ansiedade pela qual fui acometido logo que cheguei ao local da pesquisa. Embora soubesse quais meus objetivos, muitas vezes era subitamente surpreendido por minha consciência questionando-me sobre as características pré-estabelecidas para selecionar meus interlocutores, colocando em xeque se tais critérios me fariam realmente chegar às respostas para as minhas questões. Por mais que tentasse buscar um controle emocional, a sensação de medo e a incerteza somente se esvaiu à medida que realizei a primeira entrevista.

Foram realizadas nove entrevistas no total, dirigidas a seis mulheres e três homens. Todos os interlocutores do sexo masculino são casados e apenas um não possui filhos. O mais jovem é piloto de “voadeira” tem 30 anos; o seguinte é madeireiro com 33 anos; enquanto o mais velho é autônomo do ramo de madeira e construção de flutuantes, tem 64 anos. No grupo feminino todas são mães, a mais nova é casada, servidora pública municipal, tem 30 anos. Também há uma pescadora, casada, 60 anos; uma comerciante, viúva, 53 anos; além da líder comunitária e servidora pública municipal, casada, 52 anos; e as duas idosas: de 80 anos, divorciada, dona de casa, e a viúva, parteira, de 86 anos.

Para atingir o objetivo de produzir este trabalho etnográfico com as características apresentadas, foi necessário despende um tempo para concentração a fim de estabelecer com segurança os critérios para seleção dos interlocutores. Assim, inicialmente, pode-se considerar uma escala regressiva, na qual, da maior para a menor relevância, os fatores estariam representados na seguinte ordem: sexo, idade, profissão, tempo de moradia no local e grau de envolvimento com a vida socioeconômica do lugar. Vale ressaltar que, embora tenham sido levantados o estado civil e o número de filhos, estes são compreendidos como informações secundárias em relação ao nosso propósito. Duas interlocutoras, Dona Virgínia Laura e Dona Irene, não moram na localidade, mas a essência de suas informações foi salutar ao objetivo de reconstruir a história de formação daquele povoado.

À medida que se tinha acesso a novas informações diante dos diálogos com membros da comunidade passava-se a repensar os esquemas iniciais dos critérios

de seleção dos interlocutores, o que nos remete a característica da imprevisibilidade do trabalho de campo. A exemplo disso destaca-se a decisão por não entrevistar um professor, conforme previsto pelo projeto de pesquisa. A razão para tal mudança de planos deveu-se ao fato do concurso para contratação de professores haver ocorrido em data recente, portanto, todos eram recém-contratados, além de não residirem no local.

Neste contexto, delimitar as características dos interlocutores de modo que se constituíssem os critérios de seleção, e suas informações revelassem aspectos fundamentais do modo de vida, bem como da formação da comunidade, foi um desafio, um empreendimento do trabalho de campo. Assim, a opção por escolher interlocutores de ambos os sexos justifica-se pelo propósito de se comparar os discursos e pontos de vistas divergentes e convergentes para obter a noção da relação de gênero desenvolvida. Com os mais velhos o objetivo seria resgatar lembranças de suas experiências que apresentassem elementos sobre a formação e as transformações na comunidade. Quanto aos mais jovens, a proposição foi no sentido de revelar as práticas socioeconômicas, de modo que todos os selecionados nesta categoria são pessoas economicamente ativas.

Após a primeira entrevista, a informação sobre o objetivo da minha presença na localidade disseminou-se, percebi isso pelas perguntas a respeito da pesquisa que alguns membros da comunidade me dirigiam mesmo que não se tivesse mantido contato anteriormente. De certo modo, isso representou uma aceitação pela tentativa de aproximação. Também tive a notícia de alguns membros já haviam participado em outros processos de coleta de dados para pesquisa sobre a localidade, de forma que numa das vezes em que me preparava para iniciar uma conversa meu interlocutor indagou sobre o questionário para marcar as opções das perguntas que eu realizaria. Esta situação exigiu esclarecer que se tratava de uma entrevista.

Antes da realização das entrevistas, mantinha um ligeiro contato com o interlocutor selecionado, deixando claro que gostaria que ele me concedesse um tempo para conversarmos e para ele poder me ajudar, explicando-me algumas questões que eu necessitava compreender melhor. Na introdução de cada entrevista, adotei como prática disciplinar de minha parte, iniciar prestando esclarecimentos sobre o objetivo da pesquisa, e ao finalizar as conversas solicitava ao meu informante sua assinatura no *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*.

Esta iniciativa foi pautada no código de ética do antropólogo, principalmente, no que diz respeito ao direito que os interlocutores possuem de serem informados sobre a natureza da pesquisa. Em nenhuma ocasião constatei algum tipo de desconforto para assinarem o documento, isso me permitiu interpretar que entre nós se estabelecia certa relação de confiança.

Sob a regência de Pierre Bourdieu (1997) no que se refere à entrevista, busquei desenvolver essa etapa da pesquisa criando a condição da “escuta ativa e metódica”, além de ficar atento a outros aspectos importantes apontados pelo autor com a finalidade de reduzir os efeitos do que ele chama de “violência simbólica”, o fato de o pesquisador ser quem inicia e estabelece, de forma unilateral, as regras do “jogo”, a entrevista si. Ademais, tentei ser vigilante e consciente sobre o nível de linguagem utilizada, bem como aos sinais não verbais, no sentido de evitar uma dissimetria, gerada por construção hipotética de uma hierarquia onde estaria em situação superior como pesquisador em relação aos sujeitos da pesquisa.

A todos os interlocutores solicitei autorização para gravar as narrativas, e em nenhum caso houve recusa. Porém, durante as conversas, mantive-me atento para detectar possíveis descontentamentos ou inibições que o fato de estar sendo gravado pudesse desencadear. Utilizei um pequeno aparelho gravador, bastante discreto.

O tempo de duração de cada entrevista variou, podendo ser estimado em média 80 minutos. Em algumas ocasiões não foi possível seguir a ordem previamente construída pelo roteiro de entrevista. Isso não quer dizer que eu o tenha abandonado ou que o mesmo tenha perdido sua relevância enquanto ferramenta balizadora durante o processo de coleta de informações. O fato é que essa experiência me levou novamente a refletir sobre a imprevisibilidade na pesquisa de campo e, assim, me faz compreender que nem sempre é possível estabelecer diálogos dentro da estrutura lógica pré-estabelecida.

Percebi claramente que entre meus interlocutores, determinados assuntos despertavam menor interesse que outros, não por lhes causarem constrangimento ou que trouxessem a lembranças indesejáveis. Ocorre que havia o desejo de reforçar aspectos pontuais que, de certo modo, lhes causava algum tipo de orgulho por haverem sido selecionados para dar entrevista, portanto, sentia-se necessidade de garantir que melhores lembranças haviam sido resgatadas e expostas. Não se trata da “armadilha” sobre a qual BAUER; GASKELL e ALLUM (2008) alertam e que

o pesquisador deve distanciar-se, quando os entrevistados dizem o que pensam que o entrevistador gostaria de ouvir.

Neste sentido, dei preferência por respeitar o tempo de meus interlocutores deixando-os a vontade para concluir seus discursos. Ao notar que já havia coletado o suficiente sobre um assunto em andamento fazia uma tentativa de entrar no ponto seguinte do roteiro, mas deixava a critério do interlocutor decidir o momento para mudar de assunto.

Também houve ocasião em que senti o resultado da entrevista incompleto, o que me exigiu a persistência de retornar, em momento posterior, a presença de meu informante e continuar o diálogo. Certamente, o que eu buscava era maior riqueza de detalhes nas narrativas das histórias de vida desses sujeitos da pesquisa, de modo que essas informações trouxessem à tona elementos que permitissem a reconstrução mais realística do passado através das lembranças e referências e que, ao mesmo tempo, revelasse os sentidos das representações simbólicas que tornam compreensíveis as dinâmicas espaciais e as relações socioeconômicas do lugar.

Outros dois pontos fundamentais são indispensáveis neste relato. O primeiro corresponde à utilização do diário de campo, um instrumento que se comprovou por muitas vezes estratégico para o registro de observações extremamente necessárias. O segundo, diz respeito às conversas informais que tive com outros interlocutores e que não se caracterizam entrevistas. Esses diálogos se demonstram relevantes em função de que não apenas revelam novos dados, mas ratificam experiências e pontos de vistas.

Outro aspecto que merece ser comentado é que não descarto a possibilidade de serem projetados questionamentos ao período de duração da pesquisa de campo, 28 dias compartilhados com alguns deslocamentos entre as instituições mencionadas. Porém, é preciso lembrar que meus primeiros contatos com aquela população não teria se dado durante a pesquisa. Embora não ocorressem com frequência, as visitas esporádicas ao local me tiravam a configuração completa de um forasteiro, na mesma medida em que me cabia a compreensão ingênua de acreditar possível me tornar um “nativo”. Assim, também não vou me deter a elencar razões pessoais e profissionais para tentar justificar o fato de não ter passado mais tempo entre os sujeitos da pesquisa, pois estou seguro quanto à solidez do material coletado.

Neste sentido, encontro muito mais sustentação para uma defesa no ponto de vista abaixo. Embora não esteja certo sobre a real necessidade de apresentar uma defesa, mesmo assim prefiro fornecer elementos.

Viver com um povo não significa uma garantia de que se vai descobrir todos os fatos relevantes a seu respeito. Se esse fosse o caso, seríamos todos sociólogos, especializados em nossa própria sociedade. O observador necessita muito mais do que uma simples localização física conveniente. (...) Além do mais, deve trazer ao seu trabalho a curiosidade imparcial e bem informada do observador científico (...). E, finalmente, é também da maior importância um ajuste psicológico. Isso inclui não somente aquela 'assimilação intelectual' que mencionei anteriormente, mas também a capacidade prática humana necessária para se obter um entendimento harmonioso com as pessoas estudadas, bem como o tipo correto de relacionamento pessoal, a fim de que se possa conquistar sua confiança e pronta colaboração. Obviamente isso é, em certa medida, uma questão de personalidade. (NADEL, 2010, p. 66)

Neste contexto, duas conclusões de Bernardo (1998) ilustram bem meu ponto de vista em relação aos meus interlocutores e a atmosfera sob a qual realizei o trabalho de campo. A primeira é extraída pela autora a partir da proposição de Geertz ao estabelecer que o diálogo entre o antropólogo e o nativo transforma o último em interlocutor do primeiro, considerando que o objetivo maior da Antropologia é o alargamento do discurso humano. Em segundo lugar diz respeito a experiência da autora que lhe permitiu afirmar que o trabalho intelectual também se faz com emoção.

Quanto a experiência de campo compreendi que a produção científica realizada sob estado de emoção não significa a perda do compromisso ético com a imparcialidade, mas o reconhecimento a outras possibilidades de se obter as respostas para a pesquisa. Afinal, noto que seria amoral da minha parte manter-me alheio, sem me deixar envolver com quem me abriu a porta de sua casa e partilhou comigo histórias e até alimentos. Seria incapaz de manter-me indiferente ao clima de envolvimento estabelecido entre mim e meus interlocutores. Improcedente neutralizar a sensação de que diante de mim encontrava-se mais que um sujeito da pesquisa, um velho amigo disposto a revelar-me detalhes de sua vida.

Acredito ainda que a partir desse contato com meu interlocutor, um vínculo se perpetuou, seja diante da materialização das trajetórias de vidas por intermédio da escrita. Ou, embora não havendo outra oportunidade de um novo contato visual e verbal, pela nostalgia das lembranças recorrentes que nos conectam a sentimentos agradáveis, outros nem tanto, dessa experiência do trabalho de campo. De fato, constatou-se que o trabalho do antropólogo exige muita sensibilidade, não apenas

para uma conexão empática com seu interlocutor, mas para dar conta de perceber o que ocorre ao seu entorno.

Estando consciente sobre o contexto em que esta etnografia se enquadra, optei, com os devidos consentimentos, em não manter meus interlocutores no anonimato, e sim nominar cada um e reconhecê-los como colaboradores da pesquisa. Assim, revelarei as respectivas identidades nas referências de rodapé à medida que utilizar-me dos trechos das entrevistas, bem como apresentarei novamente as identificações após as referências bibliográficas.

Devo acrescentar que encontrei muito da minha inspiração para propor e desenvolver este trabalho etnográfico nos textos de autores como Roberto Cardoso de Oliveira (2006) diante da sua proposição de uma antropologia polifônica na pós-modernidade, que privilegia a pluralidade de vozes de forma equitativa e extrai o autor do papel de observador impessoal. Também faz parte dessa lista, Mariza Peirano (1992), a exemplo de quando expõe que a antropologia, na medida em que se renova através da pesquisa de campo, repele e resiste aos modelos rígidos. Mas outra reflexão da autora foi crucial para entender que a população do lago do Catalão representaria terreno fértil para um estudo etnográfico, sinalizando acima de tudo, a permissão de uma reanálise posterior não apenas sobre o trabalho em si, mas sobre o que já existe produzido acerca do tema.

Vale destacar que já foram realizados estudos no lago do Catalão, todavia nenhum deles diz respeito a composição etnográfica do lugar, o que neste aspecto torna este material pionero. O primeiro trabalho corresponde a um projeto institucional do INPA voltado a conhecer a composição e a dinâmica da ictiofauna do Catalão, enquanto o segundo trata-se de uma monografia de graduação com o enfoque na potencialização dos atrativos turísticos alternativos do lugar.

Num âmbito mais específico no que se refere ao estudo das populações caboclas da Amazônia, considerando a proposta de reanálise mencionada no parágrafo anterior, percebi que este trabalho poderia prestar uma contribuição para a revisão crítica, partindo dos mesmos pressupostos que levaram Cristina Adams e Mark Harris propor um fórum de discussão para discutir o estado da arte sobre a produção antropológica do tema. No caso desses autores, é válido esclarecer que a ideia foi materializada pela realização, em 2002, do evento intitulado: “Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade” no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (ADAMS; MURRIETA e NEVES, 2006).

Evidente que não seria controversamente prepotente para acreditar que numa dissertação de mestrado conseguiria preencher as lacunas que o trabalho de grupo de estudiosos experientes não tenha ainda fornecido as respostas. Assim quando afirmo que pretendo contribuir com a ampliação do quadro de referência sobre o campesinato amazônico, refiro-me, de modo modesto, a produção de um trabalho intelectual individual sem fugir a estrutura lógica que motivou os autores mencionados acima, quando buscaram expandir a interpretação da realidade social amazônica a partir da coalizão das forças históricas, mantendo a definição de caboclo com toda a ambiguidade e complexidade.

No primeiro capítulo apresenta-se a pesquisa de campo desenvolvida ao modo *at home*, como estudo microscópico característico da produção antropológica brasileira dirigida à discussão das sociedades contemporâneas amazônicas, a característica que Cardoso de Oliveira (1988) define como o modo político de conhecermos os outros e a nós mesmos. Certamente que a descrição contida nele representa o resultado do “exercício de estranhamento”, para citar Peirano (1992), realizado sob as condições de imprevisibilidade do cotidiano local.

Assim, buscou-se construir um texto suave, equilibrado, promovendo um mergulho em detalhes, de modo que o entrelaçamento dos aspectos físicos ambientais aos aspectos sociais, que não demonstrassem qualquer hierarquia ou prioridade destes em relação aqueles. Neste sentido, devo reforçar que foi imprescindível contar com a disposição de meus interlocutores e com os depoimentos que se mostraram coesos no processo da reconstituição histórica da formação do lugar, das revelações sobre as dinâmicas espaciais e das relações socioeconômicas daquela população.

Quanto ao segundo capítulo a intenção foi concentrar o debate teórico da pesquisa, destacando as categorias analíticas que tornam compreensível o modo de vida daquela população. Os estudos mais recentes sobre as sociedades contemporâneas da Amazônia se desenvolvem a partir de uma abordagem histórica, influenciados, principalmente, pelo grupo de pesquisadores constituído na Grã-Bretanha e que lançam suas críticas à tradição acadêmica americana na Amazônia tendo como base a teoria social, em particular o marxismo cultural inglês (ADAMS; MURRIETA e NEVES, 2006).

Para esse grupo de pesquisadores, de maior interesse é o fato de essa sociedade cabocla haver se transformado e isso ter acontecido em virtude de tipos

específicos de relações sociais mantidas entre uma economia de enclave e estruturas remotas. Mesmo que o ambiente presente imponha certas limitações, estas não são dadas, nem são em si mesmas “sistemáticas”, pois esse caráter varia historicamente. Uma oposição ao ideal stewardiano de “população natural”, sistemas independentes, auto-reprodutores e auto-regulados.

As transformações decorrentes da interação com o mercado dão a estas populações amazônicas características de resiliência e flexibilidade diante de sua capacidade de adaptação às pressões externas, que interferem no modo de ser no tempo em relação aos ganhos e perdas de características culturais (HARRIS, 2006).

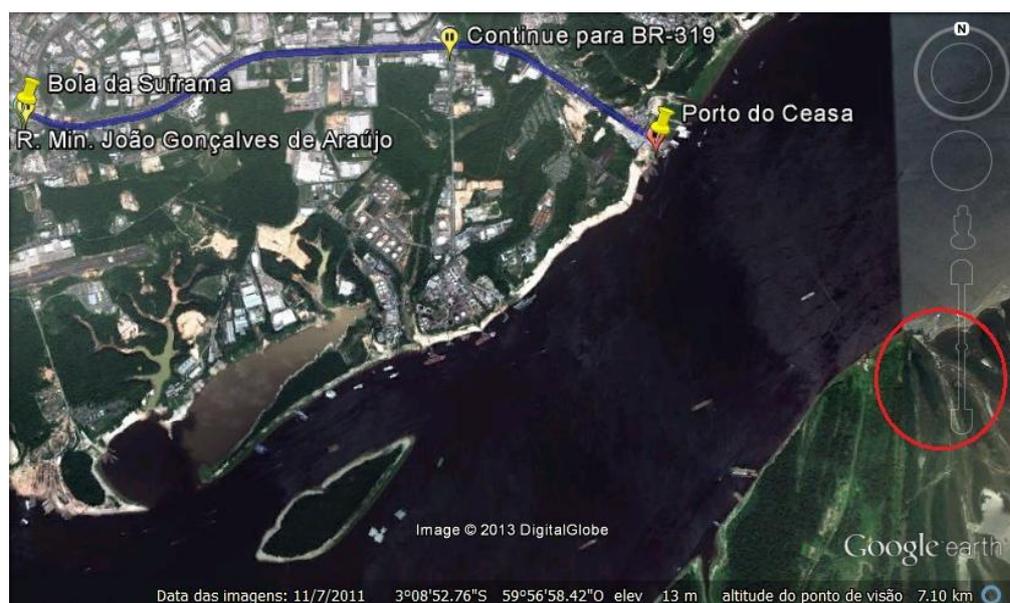
O terceiro e último capítulo contempla como resultado, o modelo analítico desenvolvido neste trabalho que em termos metodológicos lançou mão das bases da antropologia interpretativa para a sistematização e interpretação dos dados. Uma análise sob a abordagem da tradição intelectual que compreende a Amazônia a partir de suas interações externas, numa perspectiva histórica, superando a realidade que desconsidera o jogo de interesses econômicos e político numa abrangência macro, a-histórica, retratada nos primeiros trabalhos acerca da sociedade cabocla da Amazônia influenciados pelo Culturalismo Boasiano.

1 ARRANJOS E ESTRATÉGIAS PARA VIVER SOBRE RIO NEGRO.

Partindo de Manaus rumo a Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão a principal via de acesso é a BR-319. Uma rodovia idealizada dentro do projeto ambicioso e não menos polêmico do governo militar brasileiro, inaugurada na década de 1970, interliga as capitais dos Estados do Amazonas e de Rondônia. A proposta por trás de sua construção seria a integração da Amazônia como alternativa para remediar o drama do povo nordestino que poderia assim colonizar as terras mais férteis e desabitadas desta região amazônica (TAMER, 1971).

Para estabelecermos um referencial em nosso percurso, tomamos como ponto de partida a Praça Francisco Pereira da Silva, mais conhecida pelos moradores da capital manauara como “Bola da Suframa”, de onde seguindo por cerca de 3,5 quilômetros pela Rodovia Ministro João Gonçalves de Araújo, no Distrito Industrial, se tem acesso a BR-319. Dali são mais 2 quilômetros até o Porto da Ceasa, ao lado da comunidade Vila da Felicidade, ponto onde a rodovia é interrompida pelo Rio Negro, e a travessia por embarcação, até a outra margem onde a estrada continua, é obrigatória àqueles que desejarem seguir viagem.

Foto 2 – Percurso terrestre-fluvial até a comunidade



Fonte: Google Earth

Naquele Porto está instalado o Terminal Hidroviário que serve a *Cooperativa Encontro das águas*, nome alusivo ao local próximo dali cerca de 8 quilômetros, onde ocorre a confluência entre os rios Negro e Solimões, ponto de onde passa a se chamar rio Amazonas. Nessa estação, muitos turistas contratam os serviços de canoeiros com o intuito de contemplar o fenômeno natural com efeito visual de impressionar. As cores das águas desses dois rios, mesmo após estabelecerem contato, mantem-se distintas por um trecho de alguns quilômetros, podendo-se perceber nitidamente o aspecto negro de um rio e a cor amarelada e barrenta do outro.

O terminal também comporta a *Associação dos Canoeiros dos Portos da Ceasa e do Careiro da Várzea*. Ali não são apenas pessoas interessadas no turismo ecológico, muito comum naquela região. São moradores, comerciantes e visitantes que transitam entre as comunidades adjacentes, movimentando o negócio do transporte fluvial. Essas pessoas tem nessas embarcações, de pequeno, médio e até grande porte, o meio convencional para trafegar pelas hidrovias.

Foto 3 - Terminal hidroviário Manaus-Careiro da Várzea



Foto: o autor

De acordo com a página de notícias da internet *Manaus on line.com*, são 112 barqueiros associados que compartilham da estrutura do atracadouro flutuante inaugurada em fevereiro de 2010.

Foto 4 – Atracadouro de embarcações particulares¹



Foto: o autor

Na mesma data, a Secretaria de Estado de Infraestrutura, também entregou as novas edificações da feira do Porto da Ceasa, que nos anos anteriores apresentava condições precárias, repleta de desorganização entres as barracas de peixes e hortaliças, além de muita sujeira pela falta de saneamento e constante insegurança. A característica de violência e insalubridade daquele ambiente fica nítida na declaração de Therezinha J. P. Fraxe, pesquisadora que, em período anterior a data de reinauguração da feira, realizou estudos em comunidades circunvizinhas.

Outro mecanismo que utilizei para chegar à Comunidade foi o frete de **voadeiras**, também conhecidas como **bote** ou **deslizadores** que saíam do Porto da CEASA e com quinze a vinte minutos estava na Comunidade. Para chegar ali, os fretistas cobravam R\$ 40,00 por pessoa. O Porto da CEASA é conhecido como um local de muitos roubos e furtos (**grifo nosso**). Visando minimizar o perigo contido ao pegar esses tipos de transporte, procurei identificar uma pessoa conhecida dos caboclos-ribeirinhos, da Costa da Terra Nova, para fazer a travessia.

Já com o bote 'Comte. Bené E2J', do Sr. Rogério de Castro Tavares gastávamos de trinta a quarenta e cinco minutos para chegar à Comunidade. Isto porque o bote ficava guardado na 'garagem da marina'. A marina ficava no bairro São Jorge, em Manaus, portanto, muito mais longe da Comunidade. Também me utilizei de barcos de linhas, chamados barcos

¹ Também é possível contratar serviços das embarcações particulares, de não-associados à Cooperativa nem da Associação

de recreio, que saíam do porto situado na Feira Manaus Moderna. (FRAXE, 2004, p. 55-6)

Aquele complexo, depois da reestruturação, passou a contar com 70 boxes comerciais, em sistema de concessão, organizados por segmentados de gêneros alimentícios com setor específico para peixes, além de posto de policiamento, de atendimento aos turistas, ambulância 24 horas, banheiros e sala de serviços administrativos e de agentes de saúde. Também foi disponibilizada à feira uma estação de tratamento de efluentes. Para quem chega no local é notório o sistema de transporte coletivo acessível com constante circulação de ônibus numa estação próxima dali. Os veículos compoem um sistema de tráfego e as linhas circulam por vários bairros da cidade. Existe também uma cooperativa de taxi.

Nas barracas da feira podemos encontrar uma série de produtos, desde o peixe, que é o principal item de comercialização, como também lanches, hortaliças, farinha de mandioca, frutas regionais, coletes salva-vidas, brinquedos, água mineral, gelo, mel, óleos e ervas medicinais, além de acessórios de pesca, até recargas para telefones celulares. Nas imediações também são encontrados dois supermercados de pequeno e médio porte. Na maioria dos estabelecimentos as compras podem ser pagas com cartões de crédito. Dentro da feira há um caixa eletrônico 24 horas e outro é instalado dentro de um dos supermecados.

Foto 5 – Estrutura interna da feira do Porto do Ceasa²



Foto: o autor

² À direita, fila de veículos que aguardam embarque na balsa com destino ao Careiro da Várzea

Foto 6 – Barracas de vendas de peixes



Foto: o autor

Do porto, saem as balsas que realizam a travessia de veículos, mercadorias e passageiros da cidade de Manaus com destino ao Careiro da Várzea, e no sentido contrário. O número de balsas precisa dobrar durante os finais de semana para dar conta da demanda. A viagem de travessia que dura aproximadamente duas horas é realizada por empresas que possuem concessão para realizar o serviço que é tarifado por veículo transportado. Vale ressaltar que existem dias e horários específicos para a realização da travessia dos veículos que transportam cargas inflamáveis.

Para os demais veículos o serviço é prestado diariamente. Existe uma placa anexada a parede lateral de um dos boxes, área frontal da feira, que discrimina os horários e valores. A primeira balsa sai às 06 horas e a última às 18 horas, de Manaus sentido Careiro da Várzea. No sentido inverso, a primeira sai às 8 horas e a última às 20 horas. Os valores dos serviços podem variar de R\$ 8,00 para motocicletas até R\$ 200,00 para uma carreta carregada.

Do lado esquerdo, seguindo do nosso ponto referencial em direção a margem do rio, alguns metros antes de se chegar no Porto da Ceasa, avista-se as construções residenciais, comerciais e até institucionais da comunidade Vila da Felicidade, que se formou pela invasão em uma área federal. De acordo com o site de notícias *G1*, aquela população sofre com o dilema de ter de deixar o local, para

que seja construído um novo Porto, da antiga Companhia Siderúrgica do Amazonas - Siderama.

Foto 7 – Vista panorâmica do cais do Porto da Ceasa³



Foto: o autor

A reportagem a seguir sobre a obra, com início previsto para 2014, busca dar voz àqueles que serão diretamente impactados.

Segundo o motorista e líder comunitário Júlio César Santos, a comunidade não é contra a construção do porto, mas pede apoio das autoridades já que 410 famílias serão desalojadas. 'Essa situação causa um grande impacto social para as famílias. Como vai ser para procurarem outro lugar e se estabelecerem? Essa situação não pode existir, uma vez que aqui, todos são moradores de longas datas', disse ao G1.

O marinheiro fluvial Elias Noé, morador do bairro, também está preocupado com o futuro das famílias que terão de sair da comunidade. 'Não é justo as famílias terem que sair de um lugar que já é delas. Além do mais, o índice de violência aqui é zero, como é que alguém vai querer sair de um lugar que já conhece para um lugar desconhecido e cheio de violência, não dá', argumentou. (SITE DE NOTÍCIAS G1, reportagem do dia 06/01/2012)

Em outra página de notícias na internet, o *d24am.com*, a matéria chama atenção para a investimento e a dimensão da obra.

A Secretaria Especial de Portos (SEP) publicou, nesta quinta-feira, portaria convocando as empresas para participar da licitação do projeto básico para a construção do Porto da Siderama, uma obra de 376 mil metros quadrados que terá concessão por 50 anos(...). O Porto ficará na área antiga da Companhia Siderúrgica da Amazônia, estatal federal que já foi extinta, próximo da Refinaria Isaac Sabbá (Reman) e ao lado da Rodovia BR-319 (Manaus – Porto Velho), zona sul. A Portaria 174 publicada na página 7, seção 1, do Diário Oficial da União (DOU) e assinada pelo ministro da SEP, Pedro Brito, estabelece o prazo até 31 de agosto para apresentação dos

³ Mostra a estrutura da Feira e, ao lado, a Comunidade Vila da Felicidade.

projetos (...). (SITE DE NOTÍCIAS D24am.com, reportagem do dia 24/06/2012)

Foto 8 – Casas na Vila da Felicidade



Foto: o autor

Foto 9 – Comunidade Vila da Felicidade



Foto: o autor

Na margem oposta, deslizando sobre o Rio Negro numa *voadeira* por cerca de 6 a 8 minutos, chega-se à Comunidade Nossa Senhora do Lago Catalão. Já na metade do percurso é possível avistar algumas casas instaladas na frente da localidade. A imagem que se contempla daquele lado chama atenção pela exuberante e diversificada tonalidades de verde nas árvores que cresceram na restinga. Um cenário tipicamente amazônico, que se completa nos contrastes das cores entre o rio, a floresta e o céu.

Ainda no meio do trajeto, centro do rio, vemos navios ancorados, que quase formam uma fila, e seguem por onde nossa visão é capaz de alcançar, sempre voltados em direção ao Alto Rio Negro. Numa de nossas travessias foram conferido 15 deles, de nacionalidades diversas, com destaque para os mais próximos ao nosso percurso, como Kempton, de Cingapura; Torm A Alborg, de Hong Kong; e o europeu Elka Bene.

É um navio brasileiro, chamado Presidente Floriano, que passou alguns anos ancorado em frente da Comunidade do Catalão, o mais recordado por uma parcela de membros da comunidade. Segundo relatos, muitas vezes, no período de cheia do rio, o navio servia como quadra para a prática do futebol. Também era nele que muitos dos moradores do lago do Catalão se abasteciam de água potável no período da vazante.

A variedade dos tons verde provém das árvores que se adaptaram as condições ambientais do lugar. Elas formam paredes de florestas e dão a impressão de grandes arranhões nas águas da margem, onde se formam os paranás, caminhos por onde são desviadas as águas do rio principal até os lagos.

Essa vegetação possui uma variedade de espécies, algumas bem conhecidas pelos moradores do lugar como o tarumã, piranheira, munguba, catoré, embaúba, taxizeiro, limorana, mari-mari, tintarana, biorana, caxinguba, bacuri, ingá-boi, ingá-chichica, muiratinga e jacareúba. Alguns moradores costumam atribuir o período de floração do taxizeiro a incidência de muriçocas, ou carapanãs como são regionalmente chamados esses insetos. Sobre a vegetação local, o autor citado a seguir complementa:

A composição da vegetação marginal do Catalão é bastante variável, mas a maioria é formada por pastagens. Nas porções mais altas também ocorre a formação de matas ciliares, contudo grande parte já é secundária. Outro importante componente da vegetação são as macrófitas aquáticas *Paspalum repens*, *Echinochloa polytachya*, *Eichornia crassipes* e *Oriza perennis*, que, principalmente no período da cheia, formam grandes bancos de vegetação flutuante. (VALE, 2003, p. 10)

No local, nos damos conta que as contradições não estão apenas nas cores da paisagem natural, mas também nas condições sociais, refletidas nas construções. Todos os flutuantes possuem o mesmo estilo de cobertura – “duas águas”, porém eles apresentam diversos tamanhos. Uns ostentam certa sofisticação, com pinturas arrojadas, grandes varandas e portas entalhadas com imagens que reportam a animais e paisagens amazônicas. Outros, nem tanto, modestos, parecem não passar por reforma há muito tempo.

Vale (2003) explica que o Catalão não refere-se a um lago na acepção rigorosa do termo, ocorre que a terminologia é, geralmente, utilizada para os corpos d'água na região da várzea. Ainda, segundo o autor, dentre os lagos do sistema Catalão há o lago do Padre, um pequeno bolsão em forma de “U” e o Poção, circular e localizado no centro do Sistema. Neste caso, cabe uma observação sobre o modo como o lago do Padre é compreendido pelos habitantes. Para aquela população, o que o autor considera formato em “U”, seriam, dois lagos, onde de um lado estaria o lago do Padre, e do outro, o lago Madalena.

Por ali todas as casas possuem algum tipo de varanda, seja grande ou pequena. Nesse lugar, são recepcionadas as visitas, e também são, geralmente, realizadas as refeições diárias, seja à mesa ou sentados no próprio chão. Ali se

descansa, lava e estende-se as roupas, enquanto crianças pulam no rio e retornam. Dali trocam-se cumprimentos entre os que ficam e os que cruzam nas embarcações.

Outro espaço importante nessas casas é a cozinha, muitas são semi-abertas, para evitar o calor ou simplesmente permitir maior mobilidade para lavar a louça, uma vez que não contam com água encanada, exceto aqueles que possuem caixa d'água e motor para bombear água do rio para abastecer sua pia e usar nas descargas do banheiro e nos chuveiros. Em algumas, é observável a manutenção de um velho hábito, o de pendurar nas paredes as panelas de alumínio, devidamente areadas, ainda que existam armários para armazená-las.

Foto 10 – Galinheiro flutuante



Estrutura improvisada para alocar a criação de galinhas no período da cheia. Foto: o autor

Assim, ao olharmos a nossa volta, descobrimos um ambiente repleto de adversidades, e isso exige de sua população muita disposição e criatividade para se adaptar. Nesse contexto, chamamos atenção para a sazonalidade dos ciclos hidrológicos que desempenha certa influência na vida dessas pessoas. De acordo com Ribeiro e Adis (1984, **apud** Vale, 2003), geralmente, o período de enchente atinge seu máximo, a cheia, no mês de abril, em contrapartida, o período de vazante, atinge seu mínimo, a seca, em setembro.

Porém, contrariando essas definições de período dos ciclos hidrológicos apresentadas acima pelo autor, durante minha visita de campo, os períodos não

corresponderam ao previsto. Já era início de novembro quando as águas atingiam o nível mínimo.

Foto 11 – Banheiro residencial



A área interna de um banheiro residencial.⁴ Foto: o autor

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, foram registrados 81 flutuantes, dos quais 69 referiam-se a domicílios particulares, enquanto os demais distribuíam-se em um bar, um depósito, quatro igrejas, um viveiro de peixes, duas mercearias, um alojamento, uma escola municipal e uma unidade local do INCRA. Porém nossas conferências de atualização apresentam outras informações, pois a quantidade nesse caso pode ser uma variável inconstante. O aumento e diminuição do número de flutuantes é considerado normal, uma vez que essas construções podem ser remanejadas ou instaladas com relativa facilidade.

É mister explicar que as informações concedidas pelo IBGE necessitaram ser analisadas com muita cautela. Embora os dados contidos nas variáveis das planilhas exibissem um conteúdo extremamente interessante, no setor censitário, ou seja, a unidade geográfica de código 130185205000034, agrega também dados referentes a outras 3 comunidades, a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a de Bom Jesus e do Paraná do Xiborena, as quais são compreendidas pelo órgão de pesquisa como Catalão, diferenciando-se do entendimento nesta pesquisa. Os resultados em grande parte são apresentados de modo integral, e não permite o

⁴ Local de higiene pessoal, utilizado tomar banho, lavar roupas e também serve como privada.

desmembramento, a fim de que conhecêssemos apenas as informações pertinentes a Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago Catalão.

O levantamento realizado durante a visita de campo, em novembro de 2012, nos mostrou que haviam 111 flutuantes, dos quais quatro são pontos comerciais de gêneros alimentícios, bebidas e enlatados em geral. Um desses também possui estrutura de restaurante, além de três igrejas, uma peixaria, uma associação, uma unidade de pesquisa do INPA, uma garagem para balsas e outras embarcações de médio porte.

Muitos flutuantes estão agrupados por grupos familiares, quando um filho casa-se e constitui nova família, passa a morar ao lado da casa dos pais ou dos sogros, quando estes vivem no lugar. Esse agrupamento é mais notório durante o período de cheia, quando o canal se alarga, pelo maior volume de água, e esses grupos familiares ficam quase isolados uns dos outros.

Foto 12 - Grupo familiar⁵



Foto: o autor

Na comunidade, os critérios para aceitação de novos membros, embora não sejam claramente definidos, dão indicação que as novas unidades incorporadas vinculam laços de parentesco e amizade com moradores mais antigos, porém não se observa a necessidade de se apresentar qualquer justificativa a alguma unidade institucional ou aos demais moradores.

⁵ Dois flutuantes ladeam o núcleo principal representado pelo casal D. Artemiza e seu esposo Manuel. As habitações estão sempre juntamente dispostas e abrigam 15 integrantes.

Durante o período de enchente, a região permanece totalmente inundada, e das árvores o que se vê são apenas as partes mais altas e todos os paranás existentes ali se alargam pelo volume de água. Nessa época do ano o calor do dia é amenizado, em função da aproximação das casas ao abrigo daquela vegetação.

Os grupos familiares se espalham principalmente por dois, dos cinco canais d'água que formam largas hidrovias entre as restingas, os paranás. Também há, embora em número menor, aqueles que não estão agregados a nenhum grupo familiar. Moradores mais antigos já possuem lugar cativo, como é o caso da família do Seu Borges, muito conhecido na localidade pelas festas que realizava em seu flutuante. Viúvo com 83 anos, a baixa visão e pouca mobilidade o impossibilitaram de continuar tocando o seu bar, por isso passa maior parte do tempo sentado numa cadeira de balanço na varanda, em companhia de seu cachorro.

Ao redor de sua casa estão os flutuantes de seus filhos e netos, os quais prestam o auxílio necessário no cotidiano. A família prefere manter-se instalada a margem do lago principal, também chamado de poção.

Dois depoimentos dão conta do pionerismo nas práticas comerciais, além das condições em que eram realizadas as festas no flutuante do Seu Borges.

O Catalão quando eu conheci só existia o Borges, o primeiro habitante daquela localidade. Flutuante só era o dele, o melhorzinho, onde tinha umas festinhas. Foram as melhores festas que teve dentro do poção. Eu chamo poção (Comunidade N. S.ra. Aparecida). O Catalão tem a Costa. Ali, o lago é poção. [Ele] fazia uma festa muito grande, olha! Com um bom jantar pra todos que vinham. Naquele tempo era orquestra! Saxofone, bateria, tudo quanto era instrumento. Nem era preciso luz. E tinha potência! A iluminação era na lamparina.⁶

Quando nós chegamos aqui [década de 1980] só o Seu João Borges e o Baré tinham comércio aqui. O Baré viaja com o Seu Gildo, e o motor era de convés e ele tinha uma bodega na porta. Aí quando o motor tava aí tinha taberna, mas quando ia embora ficava só o João Borges.⁷

Há diversas razões para explicar a decisão de ir morar ou deixar o Lago Catalão. No caso de Dona Minerva, viúva, aposentada, 66 anos de idade, que relata, com muita simpatia e um sorriso estampado no rosto, ter vivido por 13 anos no lago, o que para ela representa o maior período que já morou num lugar. E expressa ainda: “*a vida da gente é um romance, né?*”. Ela saiu do lago com seu marido, já falecido, “*em busca de dias melhores*” como menciona. Foram para Autazes e depois para Manaus. Não acostumada a vida urbana, deixou com as filhas a casa

⁶ Dona Irene, 86 anos, viúva, parteira e benzedeira. Entrevista concedida em: 03/08/2012.

⁷ Dona Sabá, 53 anos, viúva, comerciante. Entrevista concedida em: 05/11/2012.

que construiu no bairro Colônia Antônio Aleixo, e voltou a morar na zona rural, mas dessa vez na frente do porto do Careiro da Várzea, onde hoje vive na companhia de um neto. Ao lado do seu flutuante está o da família de um dos filhos.

Com frequência, a falta de violência é um aspecto comum nas falas de meus interlocutores para justificar a permanência e a escolha de viver no local. Na localidade não há posto policial, e de acordo com algumas declarações, a polícia da capital recusa-se ao deslocamento, por considerar que a área é de jurisdição do município de Iranduba. Porém, a sede do município é distante dali cerca de 30 quilômetros, inviabilizando um atendimento emergencial. Assim, tanto segurança, solidariedade, tranquilidade, quanto o contato com a família são qualidades descritas do lugar nas palavras de meus interlocutores.

Eu tenho maior orgulho de ser catalãoense, eu amo esse lugar. Aqui é como se fosse um bairro de Manaus, porque a gente mora mais perto de Manaus do que do Iranduba. Aqui é a última comunidade do município do Iranduba. Enquanto o Iranduba fica lá em cima, nós moramos aqui no “encontro das águas”. Aqui a gente tem casas boas, e quando alguém chega aqui sem condições a gente se reúne e tenta ajudar.⁸

Eu vim visitar um irmão meu que estava doente. Quando eu cheguei veio minha família todinha do Juruá, e já não deixaram mais a gente voltar. A maioria do pessoal daqui são dos interiores, de lugares mais longínquos, com uma qualidade de vida muito mais difícil. Eu vivo aqui porque eu gosto desse lugar, e gosto desse trabalho de liderança. Trabalho na escola, mas o dia que Deus me permitir vou morar em Manaus. Ainda acho que a maioria daqui não vai morar em Manaus por falta de condições, mas tem outros que já gostam daqui por causa da tranquilidade. Porque tem gente que teria condições de vender seu flutuante e comprar uma casa lá, mas não vai porque pensa na violência de Manaus e na tranquilidade do Catalão.⁹

Embora não se registrem histórias de brigas e agressões, há alguns relatos de furtos, e até apontamento dos suspeitos, mas essas questões, de certa forma, acabam sendo deixadas de lado por quem foi lesado. Uma fuga para não ter de enfrentar processos burocráticos na cidade. Assim, pode-se interpretar nesta prática uma estratégia para manutenção da “política da boa vizinhança”.

De acordo com Dona Raimunda Viana, presidente da Associação da Comunidade, existem atualmente 106 famílias. Enquanto, os dados do Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, da Secretaria Municipal do Iranduba, apontam que a população da Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago

⁸ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

⁹ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

Catalão é de 347 habitantes. O quadro a seguir apresenta número de habitantes por faixa etária e gênero.

Tabela 1 – Número de habitantes por faixa etária e gênero até julho 2012

Faixa etária		0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais
SEXO	Masc	20	27	16	31	59	12	9	18
	Fem	10	22	17	20	58	8	12	8

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde do Iranduba

Segundo a senhora Cleide, de 55 anos, professora na escola municipal, quem compartilhou uma de suas experiências em sala de aula, muitos dos seus alunos não pensam em sair da comunidade. A conclusão da professora surgiu depois de observar o resultado de uma atividade didática aplicada em sala de aula, que consistia em cada aluno desenhar numa folha de papel bens de consumo que gostariam de adquirir quando se tornassem adultos. Para sua surpresa, relata a professora, a grande maioria, desenhou casas flutuantes e embarcações. A professora é a única que ministra aulas nos três turnos, por essa razão dorme e realiza suas refeições na própria escola. A professora vai para sua casa, num bairro de Manaus, somente nos finais de semana.

Sobre o surgimento da comunidade, as entrevistas abaixo demonstram que seu desenvolvimento ocorreu de forma acentuada nas décadas de 1980 e 1990. No entanto, Dona Viginia Laura - a Dona Santa, como prefere ser chamada, de 80 anos, divorciada, que mora no bairro da Compensa em Manaus, recorda que viveu alguns anos de sua infância no lago do Catalão, na companhia de seus pais e de seus irmãos. Eles teriam chegado por lá ainda na década de 1940 e, juntamente com outra família, foram os primeiros habitantes.

Quando a gente era bem pequenininho, a gente morava no Catalão, mas lá em cima, depois meus avós morreram e as irmãs de criação do meu pai ficaram com todos os terrenos e não deram nenhuma parte pra ele. Por isso ele resolveu vim descendo com a gente e nós fomos parar no lago do Catalão. Depois que eu me casei é que voltei a morar na Costa do Catalão, e eu ainda não tinha nem 14 anos completos. O meu pai se chamava Plácido Cassiano Ribeiro da Silva. Eu não me lembro a idade que eu tinha quando chegamos no lago, o que eu consigo me lembrar é que eu não era mais tão criança assim. Quando nós chegamos lá só existiam duas famílias, a nossa, do meu pai, e a família do seu Cândido que era casado com da

Dona Caetana e tinham três filhos. Eu me lembro de tudinho, como se estive vendo agora.¹⁰

Na verdade eu nasci no Xiborena, hoje estou com 30 anos e eu vim morar aqui no lago do Catalão com a minha avó quando eu estava na faixa de 10 anos. Ela morava na Costa do Catalão, depois ela vendeu o terreno que tinha lá e veio morar pra cá. Às vezes, os meus avós iam visitar a gente lá no Xiborena e até que um dia ela pediu da minha mãe para deixar eu vim morar de vez com ela aqui no lago. Meu avô trabalhava com pesca, mas também sabia fazer serviços de carpintaria e por aqui poderia arrumar mais trabalho. Somos três irmãos, e todos moram aqui no lago do Catalão. Minha mãe, hoje, mora ali na Vila da Felicidade. Ela se mudou pra lá depois que meu pai foi assassinado num assalto ali no Porto da Ceasa.¹¹

Eu nasci no Juruá, quando sai de lá com a minha mãe acho que eu tinha uns 5 anos, por aí assim, não me lembro muito bem, não. De lá nós fomos morar no Tapoá. Lá no Tapoá eu me casei a primeira vez por lá, acho que eu tinha uns 15 anos. Eu e esse meu segundo marido já moramos aqui faz uns trinta anos, chegamos aqui no Catalão no ano de 1992, eu sei porque tenho uma foto que uma mulher tirou logo que a gente chegou aqui. Meus meninos ainda eram todos pequenos.¹²

Eu sou caboco daqui. Antes eu morava em Tefé e de lá vim morar em Manaus, onde conheci a Raimunda, minha esposa. Aí eu passei uma fase ruim de saúde e chamei ela pra vim morar aqui no Catalão, nós tínhamos um filhinho de um mês, o Frank. Quando chegamos aqui tinha apenas oito flutuantes, isso em 1981. Era uma fartura muito grande. Um desses flutuantes era do Seu Vitorino, meu padraço, tinha também o seu João Borges, o do Massimiano, o seu Joca, o seu Lucas, o seu Zé Firmino, esses eram os veteranos, podemos dizer que são os descobridores do lago do Catalão.¹³

A dinâmica de mundanças na comunidade não fica restrita apenas aos aspectos sociais, mas também ambientais, pois as restingas que se formaram a partir da concentração de sedimentos desbarrancados na várzea e sementes de plantas, transportados até ali pela ação das correntes dos rios durante o período de cheia, continuam recebendo material adicional a cada ciclo hidrológico.

No entanto, a cada ano, o material tem se acumulado em áreas mais baixas dos canais, que vão sendo obstruídos, como no caso de alguns que foram totalmente interrompidos, por esse efeito natural. Além de alterar na paisagem, modifica-se o percurso das vias fluviais antes existentes, e certamente, interferem nas vidas dos habitantes.

Na localidade não há sistema de abastecimento de água potável e de coleta e destinação adequada dos dejetos das privadas, que acabam indo parar direto no rio.

¹⁰ Dona Virgínia Laura, 80 anos, divorciada, aposentada. Entrevista concedida em: 12/11/2012.

¹¹ José Raimundo Oliveira Pontes, 30 anos, casado, piloto de voadeira. Entrevista concedida em: 13/11/2012.

¹² Dona Artemiza, 60 anos, casada, pescadora. Entrevista concedida em: 31/07/2012.

¹³ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

Assim, o aumento da população local criou nos moradores o hábito de abastecer seus tambores e garrafões com água tratada, para beber e preparar alimentos, no Porto da Ceasa. Essa foi a alternativa encontrada pelos habitantes para evitar o risco de doenças causadas por água contaminada. Durante o período de cheia a correnteza dos rios faz com que a água se renove, mas a situação é agravada no período de vazante, quando a água fica empocada.

Foto 13 – Via de acesso ao paraná do Catalão durante a seca¹⁴



Foto: o autor

Sobre essas alterações ambientais e as consequências na rotina da Comunidade, o seu Mauro Coelho e dona Sabá, respectivamente, comentam:

Outra coisa: agora aterrou tudo, isso aqui onde nós estamos era um lago. O tio Pedro, irmão da minha mãe, morava aqui e nunca tinha secado, e nesses últimos anos aqui fica só a terra. Nunca tinha acontecido do meu flutuante encalhar no período de seca, mas no ano passado ele ficou encalhado, devido o aterro do pó da madeira que é serrada aqui. Você sabe, tudo vai para o fundo do rio. A condição de vida aqui tá ficando difícil.¹⁵

Aqui no Catalão mesmo até que não tem violência, não. Mas roubo sempre acontece, aqui já me roubaram um motor e minha televisão que eu não tinha nem terminado de pagar, num dia que eu tinha ido lá pro outro lado fazer compras, eles arrombaram minha casa. Aqui não falta gente desconhecida porque é perto da cidade, aí aparece todo tipo de gente.

¹⁴ O canal estreito é a única via de acesso à Comunidade durante o período da seca. No ângulo, a visão é dentro para fora do lago. O navio está ancorado no leito do Rio Negro. Do outro lado, está localizada a cidade de Manaus.

¹⁵ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

Esses que roubaram aqui em casa eram lá do Aleixo. Agora melhorou muito depois que aterrou aquela passagem ali, porque antigamente até os recreios passavam por aqui, essas lanchas dali da Ceasa tudo passavam por aqui pra ir pro Careiro. Agora não, já não passam mais, elas tem que ir lá por fora.¹⁶

Foto 14 – Flutuantes do paraná de Catalão durante período de seca¹⁷



Foto: o autor

Na Secretaria Municipal de Saúde do Iranduba, encontramos com o enfermeiro Roger Rodrigues da Silva, poucas horas antes de sua partida para cumprir mais uma rota pelas localidades que visita com a equipe que coordena, na prestação do atendimento básico de saúde. Uma dessas comunidades é a do lago do Catalão. Esse serviço público é prestado, periodicamente, de modo itinerante em embarcações. Assim, ao ser indagado sobre os tipos de doenças que mais acometem os moradores daquela comunidade, ele explica:

Lá é uma área de várzea, então, com peculiaridade desse tipo de região, que é principalmente: quando seca, tem muita lama e água empoçada. Daqui do Iranduba até lá, a gente classifica como “Solimões”, é assim, várzea. O Catalão é banhado pelas águas do Solimões, mas, principalmente, do Rio Negro. Então quando seca fica um lago e eles defecam e urinam direto na água, e isso fica retido ali. Às vezes, chega a um ponto em que o odor fica bastante desagradável. Estou te falando isso, para que depois você possa entender os tipos de doenças que são mais frequentes por lá. Assim, há ocorrência de doenças causadas por água parada. Não me refiro a dengue, nem malária, porque lá é área de várzea, mas giardíase, amebíase, diarreias por infecção intestinal e, conseqüentemente, febre. Mesmo que eles não bebam água de lá, tem crianças que tomam banho e, de certa forma, acabam ingerindo um pouco daquela água. As doenças são mais as relacionadas com protozoários

¹⁶ Dona Sabá, 53 anos, viúva, comerciante. Entrevista concedida em: 05/11/2012.

¹⁷ O estreito canal apresenta pouca profundidade no período da seca. Isso impede a navegação de embarcações maiores e dificulta o deslocamento mesmo das pequenas “voadeiras”.

mesmo. O que eu posso te afirmar é que são poucas ocorrências, pois eu admiro que o pessoal lá do Catalão é bem consciente e eles evitam utilizar aquela água, consomem somente água que eles buscam lá do outro lado, no Porto da Ceasa. Lá é bem mais próximo de Manaus, então a gente atende eles lá, damos a requisição e eles vão pra Manaus fazer exames ou pegar a medicação que necessitam. Por isso também que eu não tenho nenhum tipo de relatório que te aponte o que estou de dizendo, os números de ocorrências. Esse tipo de registro acaba sendo realizado nas unidades de Manaus que eles frequentam.¹⁸

Foto 15 – Restingas e paranás no lago Catalão no período de seca¹⁹



Foto: o autor

No período da seca, durante a pesquisa de campo, constatou-se que a água fica imprópria para uso, nem mesmo para asseio é possível utilizá-la. Um quadro quase inacreditável e contraditório, escassez de água as margens da maior bacia hidrográfica do mundo. O aspecto esverdeado da água que forma o estreito canal disputado pelos flutuantes e embarcações, nos desencorajava realizar um simples banho, mesmo sob a pressão da alta temperatura da estação que é quase insuportável no período da tarde. Éramos obrigados a manter reservatórios com água para essa finalidade.

No entanto, não podíamos fazer o transporte de grande quantidade de água de uma só vez. Não somente pela falta de espaço na embarcação, mas se a *voadeira* ficasse com peso excessivo, corríamos o risco de encalhar no canal de passagem estreito e com pouca profundidade. Isso nos obrigava a fazer mais de uma viagem até o centro do Rio Negro, onde conseguíamos água limpa. Todo início de noite nós iam lá tomar banho, e no meio do caminho cruzávamos com pessoas

¹⁸ Roger Rodrigues da Silva, enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde do município de Irandubra. É responsável pela equipe de profissionais de saúde que presta atendimento itinerante na região do Lago do Catalão. Diálogo ocorrido em: 06/08/2012.

¹⁹ Em novembro de 2012, o canal da direita estava completamente sem água, intransitável por embarcações e sem as casas flutuantes.

que já retornavam de sua higiene pessoal e que traziam suas canoas repletas de baldes d'água.

Sobre as transformações fisio-químicas que dão à água do paraná e do lago, propriamente dito, a característica imprópria para o consumo humano, no período da seca, os autores a seguir esclarecem:

(...) Já no período de seca, o acúmulo de matéria orgânica e a estagnao do corpo d'água fazem com que haja altas concentraes desses solutos, além de eventual quadro de hipóxia e liberao de gás sulfídrico. Esses eventos ocorrem geralmente em profundidade máxima em torno de 4 a 6 metros e a falta de oxignio  geralmente no período noturno. Por causa da ausência da fotossíntese neste horário e o aumento do consumo de O₂ pelos organismos decompositores, ocasionalmente ocorre anóxia em toda a coluna d'gua (...). (KRAMER *et al.*; 1978; JUNK, 1983; SOARES, 1993; JUNK, 1997 **apud** VALE, 2003, p. 6)

No período da seca também  reduzido o número de embarcaes que levam turistas para visitar a comunidade. Ao contrário do período da cheia, quando a escola torna-se a principal atrao do lugar. A instituio com estrutura flutuante funciona nos padrões convencionais de educao das escolas da terra firme, porém surpreende quem ver pela primeira vez esse tipo de estrutura. A gestora da escola nos conta que em alguns dias as visitas são tão frequentes, que chega a prejudicar o andamento das aulas em razão das interrupes que ocorrem pela presença dos visitantes. Diz também que já pensou em cobrar taxa por essas visitas, a fim de que o valor possa ser convertido em melhorias na estrutura ou simplesmente custear as festinhas organizadas nas principais datas comemorativas.

Notou-se que a atividade turística gera tímidas divisas para a populao local, restringindo-se aos prestadores de serviço de transporte, com suas "voadeiras", se este for um morador da comunidade. De outra forma, quando em visita turística se consomem refeies na peixaria ou compra-se artesanatos. O principal restaurante, que está localizado na entrada da comunidade,  também criadouro de pirarucus em cativeiros, que  o atrativo de turistas ao local. Ou ainda, raramente, quando se faz uma parada para comprar algum tipo de bebida num dos comércios existentes.

A estrutura da escola  utilizada, durante os pleitos eleitorais, como sede das sees 93 e 112, da 56^a zona que corresponde ao Município de Iranduba. Em julho de 2010 a Comunidade saiu do completo anonimato ao ser citada em reportagem nacional. A notícia dava conta da visita do ministro do Tribunal Superior Eleitoral que foi ao local para realizar testes de transmissão de dados via internet. A seguir, destacam-se

alguns trechos da publicação extraída do site da Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

(...) A indicação foi feita pelo presidente da corte, ministro Ricardo Lewandowski, que chega nesta quinta-feira (22) a Manaus, para acompanhar o processo. A informação foi divulgada hoje (21 de julho), pela manhã, pela presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM), desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo (...). Foi a própria presidente do TRE-AM que escolheu a comunidade rural para que Lewandowski possa conhecer, ainda que rapidamente, a realidade crua do Estado. O local escolhido foi a escola de Nossa Senhora Aparecida, localizada no Lago Catalão, que fica próximo ao Encontro das Águas, dos rios Solimões e Negro. (SITE: JusBrasil.com.br, reportagem do dia 21 de julho de 2010).

Foto 16 – Escola Municipal Nossa Sr^a Aparecida do Lago Catalão



Foto: o autor

A escola municipal foi inaugurada em 1987, é a única existente no local, e recebe o mesmo nome da comunidade. Conta com dez funcionários, sendo uma gestora, cinco professoras, dois vigilantes e duas copeiras. A estrutura arquitetônica daquela instituição acompanha o padrão dos flutuantes residenciais. São quatro salas de aula, uma secretaria, um banheiro, e uma cozinha.

A instituição é também a única fonte de emprego gerada pelo município de Iranduba na localidade, mas grande parte do servidores ocupantes daqueles cargos públicos não moram na comunidade. As professoras residem em Manaus, enquanto os vigilantes são de comunidades adjacentes. Somente as copeiras, em número de duas, são moradoras do lago Catalão. A investidura nos referidos cargos ocorreu por intermédio de concurso público, num processo iniciado em agosto de 2011, com a publicação do edital n.º 001/2011, encerrando em novembro do mesmo ano, com a homologação do resultado final. Os aprovados foram empossados no início de 2012.

O atendimento no ensino formal ocorre para 154 estudantes, entre crianças, adolescentes e adultos, conforme relação de matriculados no ano de 2012, com destaque para a elevada evasão na turma do Ensino de Jovens e Adultos – EJA. Em alguns casos há alocação de alunos que cursam séries distintas numa mesma sala de aula, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Tabela 2 – Número de estudantes matriculados por série e por gênero no ano 2012.

SÉRIE/NÍVEL	TURMA	QTDE. POR GÊNERO	FAIXA ETÁRIA
Educação Infantil	A	10 masculino	Entre 4 a 5 anos
		11 feminino	
1ª, 2ª e 3ª (turma mista)	A	12 masculino	Entre 6 a 12 anos
		09 feminino	
1ª, 2ª e 3ª (turma mista)	B	15 masculino	
		04 feminino	
4ª	A	13 masculino	Entre 13 a 15 anos
		07 feminino	
5ª	A	11 masculino	
		16 feminino	
6ª, 7ª e 8ª (turma mista)	A	14 masculino	A partir de 16 anos
		07 feminino	
9ª	A	3 masculino	
		1 feminino	
EJA (Da alfabetização até a 5ª)	A	10 masculino	A partir de 15 anos
		11 feminino	

Fonte: Cadastro de matrículas da escola municipal N. Sr.ª Aparecida do Lago do Catalão

Todas as manhãs as professoras são apanhadas no Porto da Ceasa para ministrarem suas aulas do período matutino e vespertino. A refeição do almoço, dessas servidoras, acontece no pequeno refeitório da escola. E no final da tarde acontece o retorno a cidade, com o mesmo canoieiro, que tem contrato de prestação de serviço com a Prefeitura de Iranduba. A instituição vem passando por mudanças estruturantes, tanto na parte física com o aumento de mais uma sala de aula recentemente construída, como na área pedagógica com as contratações de professores graduados e especialistas.

A escola foi uma conquista do esforço de pessoas que reconheciam a importância e a necessidade da educação formal para as gerações posteriores, como Dona Irene, a parteira moradora da comunidade Santa Maria no paraná do Xiborena, que recorda sobre sua participação neste processo.

Naquela época aquela turma de mocinha e rapazinho, tudo gente menor daí do Catalão, passavam por aqui à remo para ir para a primeira escola fundada ali em cima, no Zé Alberto, acima da boca do lago do Tinga. Depois foi conseguida uma escola aqui em casa, “Santa Maria”, nessa região aqui. O Catalão não tinha escola. A Amélia era a professora – filha do finado André e irmã da vereadora - foi a primeira professora que teve aqui no Xiborena. Ela hoje está no Autazes. Ela [professora Amélia] foi embora e disse: Dona Irene lute por uma professora! Que eu tinha meus filhos tudo ainda menor. Aí, assim fizemos. Criamos a associação da comunidade, de Santa Maria. Procuramos os órgãos que nós podíamos entrar pra fazer a Associação, pra assinar, pra papelada, né? Fui pro Iranduba lutar por uma professora. A primeira que eu levei não aceitaram. Era por causa de política. Meu genro estava em política, aí o cara não gostava dele. Quando disse assim: a senhora é sogra de fulano? Eu disse: sou. Aí ele botou banca e não quis a menina como professora. Poxa vida! Mas não desisti, voltamos outra vez e levei a professora Antônia. Foi essa a primeira professora, que depois da Alzirinha lecionou aqui. Aí daqui o pessoal lutou porque tinha muito menino lá no Lago. Tinha mais do que aqui [no Xiborena], realmente. Assim, levaram [a escola] pro Catalão, conseguiram aquela escolazinha flutuante. Porque a minha aqui era em terra. Que lá é mais fácil de morar. Acharam que em cima d’água era melhor. Por causa do lago que tem mais espaço, aqui seca, fica só o poço. Hoje, tá alto o estudo dentro do Catalão, né?! Esse neto meu estuda lá, duas netas minha estudam lá também. Tá uma coisa mais alegre. E os pais se sentem bem.²⁰

Na vazante, os percursos por água, realizados entre um ponto e outro são mais distantes por não haver condições de desvios. Assim, uma lancha escolar, de porte médio, realiza o transporte dos alunos. Alguns estudantes preferem realizar o trajeto à pé, por terra. O contrário ocorre no período da cheia do rio, quando grande parte das crianças e adolescentes vão a escola em suas próprias canoas, outras são levadas nas embarcações pelos pais ou responsáveis. Apenas os que moram em comunidades adjacentes acabam fazendo uso da “voadeira” escolar contratada pela Prefeitura do Iranduba para o transporte.

É mister ressaltar que, durante a cheia, a escola se torna o principal espaço frequentado que permite a socialização entre as crianças e os jovens. De modo que observou-se que muitos chegam mais cedo ao local, a fim de que possam interagir com os colegas. Isso gera incômodo para alguns servidores pelo barulho e bagunça que são inevitáveis, num espaço físico tão limitado. Na seca, os campos de futebol são os espaços de socialização preferidos. O depoimento de Dona Raimunda Viana, evidencia essa escolha.

O lazer que tem aqui no lago do Catalão é o futebol. Agora, nesse período é complicado, porque o campo fica debaixo d’água aí todos ficam sem opção de lazer. Assim eles procuram se divertir de outra forma como: andar de

²⁰ Dona Irene, 86 anos, viúva, parteira e benzedeira. Entrevista concedida em: 03/08/2012.

rabeta, remar, ir pra casa do vizinho. Eu observo que os jovens, principalmente, ficam muito impacientes.²¹

Os atalhos são utilizados pela comunidade como um todo, não apenas pelos estudantes. Assim, afirma Dona Artemiza, pescadora, que acorda muito cedo para ir ao igapó, onde passa, algumas vezes, o dia inteiro pescando.

No ponto de inverno eu acho melhor porque a água fica em cima e a gente vara por dentro da restinga e já sai do outro lado.²²

Foto 17 – Atalho pela restinga 1



Foto: o autor

Na cheia do rio muitos atalhos são abertos nas restingas, entre os galhos das partes superiores das árvores que ficam de fora da água.

Canoas, *voadeiras*, *deslizadeiras*, lanchas, independentemente de qual seja a denominação dada ou porte, o fato é que se constitui o principal meio de transporte para aqueles que vivem na comunidade e precisam se deslocar pelas águas. A prática é permeada por um mecanismo de cooperação, através da “carona”, aprendida desde a tenra idade. Principalmente no encerramento das atividades escolares diárias, no final da manhã ou da tarde, quando os estudantes necessitam retornar para suas casas. Assim, é comum que um colega leve outro até em casa, ação que certamente será retribuída em ocasião posterior.

Além das conoas, sejam elas confeccionadas em madeira ou alumínio, os motores de popa estão entre os bens de consumo de primeira necessidade para os

²¹ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

²² Dona Artemiza, 60 anos, casada, pescadora. Entrevista concedida em: 31/07/2012.

moradores do lago Catalão, tanto para os negócios quanto para o lazer. É o instrumento que impulsiona a embarcação, fazendo com que ela atinja grande velocidade, levando ao destino de forma mais rápida, com bem menos esforço físico, do que no deslocamento realizado à remo. Por ali, os modelos mais comuns são as “rabetas” e as “voadeiras”.

Foto 18 – Atalho pela restinga 2

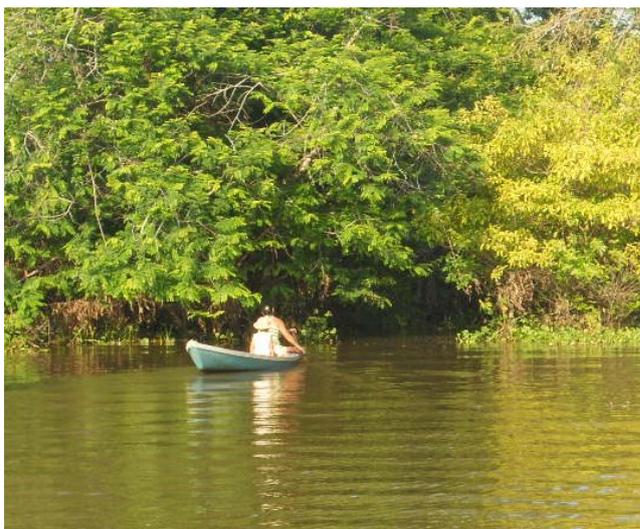


Foto: o autor

Esse padrão de consumo, corresponde a um período contemporâneo, foi alcançado graças ao acesso a novas fontes de renda por aquela população. Nos relatos de meus interlocutores notamos as diferentes condições em épocas distintas.

Meu pai passava bastante tempo pescando e depois vendia o que pegava em Manaus. Ele já tinha freguês certo. Às vezes a gente passava quinze, e até vinte dias viajando, enquanto ele pescava. Tinha uma parte no rio que quando a gente chegava naquele ponto o meu pai retornava. Ele dizia que dali se a gente continuasse por mais oito dias a gente chegaria no Rio Branco, pros lados de Roraima, mas a gente não seguia porque tinha medo dos índios, que naquela época tinha muito índio. **A canoa do meu pai era bem grande, mas sem motor, era só à remo e à vela (grifo nosso).** Quando dava a gente ia rebocado por motor grande que passava por nós. Quando a gente voltava vinha trazendo muito pirarucu seco. Meu pai mesmo pescava e salgava os pirarucus. A gente vinha parando naquelas praias e preparava a nossa comida, tinha muito peixe, e quando era período de desova dos “bichos de casco” tinham muitos ovos. Não faltava comida não.²³

Pra chegar mais rápido em Manaus a gente ia no reboque, várias canoas, uma amarrada no fundo da outra e presas naquela embarcação grande que

²³ Dona Virgínia Laura, 80 anos, divorciada, aposentada. Entrevista concedida em: 12/11/2012.

fazia linha de Manaus pra Terra Nova ou pro Careiro. Eles cobravam uma taxa para sair rebocando aquele monte de canoas.²⁴

Dia de segunda-feira a gente ia pra Manaus e ficava naqueles flutuantes de lá, com uma senhora, aí quando era na terça que dava a primeira chamada da igreja a gente tomava banho, se arrumava e ia pra missa. Quando terminava a missa essa senhora amarrava a nossa canoa na embarcação que fazia o reboque e colocava a gente dentro da canoa e a gente ia embora pra casa. Eu devia ter uns 8 ou 9 anos de idade.²⁵

Por um lado está melhor porque antigamente não tinha a Ceasa, e nem as condições que se tem hoje. **Era uma dificuldade ter um morador que tivesse uma canoinha, mesmo que fosse a remo, era difícil. Hoje não, todos nós temos nosso meio de transporte, uma voadeira, ou nem que seja um rabeta (grifo nosso)**, pra fazer a travessia do rio, quem pode mais tem uma ou duas lanchas, hoje tá assim.²⁶

Retomando a fase dos reboques, mencionada na fala de Dona Santa, Andrade (1978) nos faz revelações importantes sobre as características e o declínio desse tipo de transporte.

Quem vai à praia do mercado, bem em frente da cidade, quase todos os dias, já no fim da tarde, assiste a um espetáculo bem ecológico e, sobretudo, belo. É a hora do reboque, em que os barcos a motor diesel começam a fazer evoluções, chamando os passageiros que constituirão grande reboque com destino aos vários rios da imensa rede hidrográfica do Amazonas. São barcos de todos os tipos e tamanhos. Cada qual com o seu horário, ficam rodando na baía do Rio Negro até que, com uma fila considerável de batelões, canoas e outros tipos menores de transportes fluviais, começam a deslocar-se rumo às cercanias e aos rios dessa imensa região. O nosso caboclo já conhece bem o seu transporte, isto é, o motor que deve levá-lo de volta à casa o dia e a hora habituais das viagens. Conhece, inclusive, o proprietário da embarcação e, principalmente, o cobrador dos reboques. Esse, depois de algumas horas de movimento, quando a noite vai alta e alguns dormem, evidencia a sua presença com algumas batidas no casco do batelão gritando “passagem”. A passagem é paga de acordo com o trajeto, volume do casco, e ainda mais, o seu lugar no reboque deve ser de acordo com o ponto e local onde mora. Por exemplo, os que ficam próximo do motor rebocador, são os últimos a deixar o séquito (...).

(...) Quando se esboça um temporal o motor para evitar uma catástrofe ou mesmo pequenos acidentes, procura com seu imenso comboio atrelado uns aos outros, as margens dos rios, principalmente os locais onde abundam a canarana, pois esse tipo de vegetal serve como para choque aos banzeiros.

(...) Antigamente os reboques eram feitos por pequenas lanchas a vapor, algumas ficaram famosas entre eles: a ‘Leopoldo Mendes’ a ‘Ena’ a ‘Rutinha’ e a ‘Xiborena’, que era conhecida de longe pelo seu apito característico – ‘essa é a Xiborena’, diziam os caboclos. Essas lanchas prestavam aos moradores das cercanias de Manaus, serviços inestimáveis; eram velozes e dotadas de muitos cavalos de força que representavam maior quantidade de passageiros, entretanto, uma coisa era inconveniente nestas lanchas – a grande quantidade de fagulhas constantemente despejadas sobre as

²⁴ Dona Virgínia Laura, 80 anos, divorciada, aposentada. Entrevista concedida em: 12/11/2012.

²⁵ Dona Virgínia Laura, 80 anos, divorciada, aposentada. Entrevista concedida em: 12/11/2012.

²⁶ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

canoas do reboque, causando prejuízos nas roupas e outros objetos dos passageiros (...).

Com a instalação da Companhia de Petróleo da Amazônia, esse aspecto cultural do Amazonas começou a sofrer radical transformação. As velhas lanchas movidas a vapor foram substituídas por possantes motores movidos à óleo diesel. Sua multiplicação e maior velocidade, determinaram a extinção dos morosos e longos reboques que gastavam 24 a 30 horas para distâncias que hoje esses modernos gastam apenas 6 a 8 horas. (ANDRADE, 1978, p. 32; 33; 56)

Essa trama de lembranças reconstrói um passado remoto, certamente, o contexto em que viveram os primeiros habitantes do lago Catalão, no caso de Dona Santa, seus pais, irmãos e vizinhos, conforme já mencionado. Neste sentido, cabe arregimentar esse quadro utilizando parte do seu depoimento sobre os tipos de atividades econômicas, que além da pesca, se realizava nas cercanias do lago para garantir a renda.

Naquele tempo não tinha a Ceasa, não. Tudo ali era mata. A gente foi crescendo e ficando mocinha, começamos a trabalhar para ter nosso dinheiro. A gente trabalhava lá no Catalão mesmo. A gente lavava e cortava juta. Naquele tempo os navios tinham caldeiras e queimavam lenha. Todas as três horas da madrugada a gente atravessava o rio pra ali perto de onde hoje fica o cemitério e ia cortar lenha. Aí na sexta-feira a gente vinha pra Manaus, pra comprar tecido, sapato e mandar enrolar os nossos cabelos.²⁷

Na contemporaneidade, constata-se uma outra realidade entre as famílias que tiveram, de certo modo, seu poder aquisitivo ampliado, embora, as fontes de renda locais ainda sejam bastante limitadas. Assim, se afigura interessante continuar a descrição de tais fontes de renda, já iniciada pela Escola com o provimento financeiro da Prefeitura de Iranduba. Outra que podemos oportunamente citar diz respeito ao benefício do Programa Social Bolsa Família, que de acordo com o relatório do Centro de Referência da Assistência Social, unidade do município de Iranduba, havia registrado no sistema “cadastro único” para programas sociais do governo federal, 91 famílias do lago do Catalão, do início do programa até agosto de 2012.

Nem todas as famílias cumprem as condicionalidades exigidas, motivo pelo qual, dos 91 registros somente 44 estavam aptos, recebendo regularmente o benefício. Sobre os demais citações dos registros dessas famílias destaca-se que, 12 foram rejeitados por apresentarem irregularidade na documentação apresentada junto ao cadastro; 23 foram excluídas por haver superado a condição de vulnerabilidade; 1 teve o cadastro fechado por não cumprir o prazo para

²⁷ Dona Virgínia Laura, 80 anos, divorciada, aposentada. Entrevista concedida em: 12/11/2012.

regularização de documentos e; 11 novos processos de cadastro encontravam-se abertos naquele mês e aguardavam confirmação de regularidade para que pudessem receber o benefício.

Entre aquela população há famílias que tem no benefício proveniente do Bolsa Família, a maior garantia de uma renda mensal. Neste sentido, é importante esclarecer que os benefícios financeiros do programa são definidos pela Lei 10.836/04, e sua concessão é condicionada a critérios como renda mensal *per capita* da família, número de crianças e adolescentes até 17 anos e a existência de gestantes ou nutrizes.

Ademais, existem cinco tipos de benefícios, a saber: o básico, para famílias extremamente pobres com renda per capita igual ou inferior a R\$70,00; o benefício variável, limitado ao máximo de 5 concessões por família, para aquelas que possuem crianças de zero a 15 anos, gestantes ou nutrizes; o variável vinculado ao Adolescente, limitado a dois jovens por família, quando nela há adolescentes entre 16 e 17 anos; o variável de caráter extraordinário, com valor calculado caso a caso, para famílias migradas de Programas Remanescentes do Bolsa Família; e o de superação da extrema pobreza na primeira infância, direcionado a famílias com crianças entre zero e seis anos.

Ainda em conformidade com a página de internet do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, as famílias beneficiadas estão submetidas ao cumprimento de uma série de condicionalidades. Esses compromissos vão desde o acompanhamento do cartão de vacina e o crescimento de crianças menores de 7 anos, a realização regular do pré-natal por grávidas, o acompanhamento da saúde do bebê, e a obrigatoriedade da matrícula de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. As informações são gerenciadas pelo poder público que também fica encarregado de prestar apoio às famílias que descumprem as condicionalidades por apresentarem situação de maior vulnerabilidade.

Quanto ao ramo da pesca observou-se que a atividade como fonte de renda é praticada muito timidamente entre a população local. Não há família que viva exclusivamente da venda do pescado. Os relatos que buscam justificar as razões, dão conta de que os “arrastões”, a pesca com redes de grande alcance, praticada nos últimos anos de forma irrestrita, tem diminuído a quantidade de peixe nos lagos da região. Também afirmam que não tem valido a pena viver da atividade, pois a concorrência e a constituição de cartéis nas bancas de peixe da feira do Porto da

Ceasa, ditam o baixo preço do produto para que aqueles atravessadores possam obter algum lucro com a comercialização.

Nota-se que existem embarcações com grande capacidade para armazenamento de pescado, porém, não são de propriedade dos moradores locais, pertencem a quem vive da pesca, mas reside na capital. Esses barcos ficam atracados em flutuantes de parentes ou amigos. Nesse caso, a prática pesqueira não ocorre exatamente no Lago do Catalão, nem nas cercanias, por não ser reduto dos peixes mais cobiçados nem oferecer grande quantidade de pescado, geralmente, esperado em toneladas ou milheiros

Foto 19 - Dona Artemiza com sua filha e netos²⁸



Foto: o autor

.O lago do Catalão serve apenas como ponto de apoio, segundo informou o proprietário de uma dessas embarcações, conhecido como Afonso “do gelo”, que há dois anos frequenta o local onde guarda, sob os cuidados de um amigo, seu barco que tem capacidade para armazenar até dezessete toneladas de peixe. Mora em Manaus, no bairro São José III, e nos períodos mais propícios, percorre o Rio Solimões por horas, podendo passar até dias esperando para negociar o pescado. Ele explica que é preciso aguardar a “força da lua” que pode ocorrer, três dias antes

²⁸ A pescadora ao centro foto, ladeada por seu neto, sua filha que carrega no colo outra neta. Beneficiária do programa Bolsa Família e também recebe anualmente seguro-desemprego no período do defeso.

ou três dias depois da saída da lua nova, geralmente, pelo dia 17 de cada mês. Assim, abastece de gelo e diesel o barco e sobe o rio para negociar com pescadores locais o melhores preços e produtos. Deixando claro que não é pescador, e sim, atravessador, pois compra o peixe e vende em frigoríficos.

Ainda, de acordo com “Afonso do gelo”, como é conhecido, o valor do pescado sofre muita variação, por isso os melhores peixes para se negociar, porque já tem preço fixo nos frigoríficos, são o aracú e as “feras” ou “peixe liso” como são também conhecidos, o surubim e o dourado. Nessa época, ocasião do nosso diálogo, no início de agosto, quando as águas do rio estão baixando os peixes encontrados são pacú, aracú e curimatã. Já o jaraqui é um peixe do período da cheia, e ele derruba o preço de qualquer peixe porque é muito abundante, a oferta é muito grande, explicou. Tanto que no período do defeso, somente peixes como a pirapitinga, a matrinxã, a curimatã, o surubim, a aruanã, ficam proibidos de ser pescados, o jaraqui é o tempo todo liberado.

O relato aponta para a impressão acerca da escassez do pescado, segundo ele, teria aumentado nos últimos anos. Rios de regiões reconhecidamente abundantes em peixes como, o Curari, Janauacá e o Puraquequara, não estariam fornecendo como no passado. Por isso, ressalta que, a explicação estaria contida no fato de haver muito desperdício com a pesca com os arrastões, pois a rede não permite que sejam selecionados somente os peixes maiores, de modo que os pequenos também são capturados e posteriormente descartados mortos ou com pouca chance de sobreviver. O número pode chegar a dez mil peixes perdidos por não possuírem interesse comercial. Declara ainda: “com o arrastão, se você dar um lance bom mesmo, chega a encher de quatro a cinco barcos iguais ao meu”.

Justificativa semelhante é encontrada em outro depoimento. Dessa vez, de uma moradora do lago Catalão, que afirma ter havido muitas mudanças no lago do Catalão em comparação com o que era há dez anos atrás, principalmente, quanto a falta de peixe. Para ela, na atualidade, o acesso ao local se intensificou o que trouxe a escassez do pescado. Muita gente vem de Manaus e frequenta os lagos para pescar sem qualquer tipo de restrição. Assim, ao invés do peixe servir somente ao sustento da população, acaba boa parte sendo levado por esses pescadores para a cidade.

De certo modo constatou-se que o lugar é bastante frequentado por amigos e parentes de moradores, que vão de Manaus para o lago do Catalão, principalmente

nos finais de semana, a fim de praticar a pescar como forma de lazer. Alguns ciclos já são reconhecidos e aguardados, como o período de pescar a “pescada”, espécie que se concentra anualmente, por cerca de 30 dias, no Rio Negro em frente ao canal de acesso à comunidade. Nesse caso a prática é realizada com linha de pesca e anzol com isca de camarão. Um dia de pesca pode render muito peixe, capaz de alimentar por dias famílias inteiras.

Neste sentido, Dr. Serguei Aly Frando de CAMARGO²⁹ destacou que o peixe é a principal fonte de proteína animal das populações ribeirinhas, com o consumo médio que pode chegar de 600 a 800 gramas ao dia. E que nos últimos anos a população dos centros urbanos tem aumentado, bem como a demanda do pescado. Desse modo, adverte para o surgimento de conflitos no cerne da questão, uma vez a exigência do compartilhamento do estoque pesqueiro, cada vez mais acirrado, gera a escassez do produto (informação verbal).

O pesquisador ainda nos lembra que o Estado tem tentado encontrar soluções para o problema, entre elas o desenvolvimento da gestão participativa da pesca, o que atribui as comunidades ribeirinhas, as mais interessadas, uma grande parcela de responsabilidade. Porém ainda não existe uma legislação, marco regulatório, que ordene essa iniciativa. Ressalta também, que a literatura existente trata a questão por, pelo menos, dois viéses, como alternativa imposta pelo Estado a essas populações e outra que a compreende como uma demanda social.

A pesca se revelou assunto controverso. Há relatos que indicam um clima de descontentamento para alguns moradores quanto a pescaria realizada por quem vem de Manaus. Como afirmou dona Raimunda Viana, que expõe já ter sido ameaçada por tentar impedir pescadores no lago, e desabafa: *“temos um problema sério com o pessoal de Manaus. Todos os anos, no verão, se deixar eles tiram até o ultimo peixe, fazem arrastões e tiram muito peixe, o que dá eles levam”*. Outro depoimento relevante, a respeito da pescaria nos lagos das redondezas, é encontrado na fala de seu Mauro Coelho.

Antigamente o que tinha de peixe no lagos daqui era suficiente para abastecer as poucas famílias que viviam aqui. Hoje aqui no lago do Catalão a população triplicou e a dificuldade de conseguir o peixe é grande. Além disso, tem um bairro aqui perto, o Mauazinho, nesse bairro a maior parte da população é de pessoas que vieram do interior para morar em Manaus, sem estudo, sem profissão certa. Aí, os filhos acabam tendo de roubar ou se

²⁹ Em palestra proferida no dia 10 de dezembro de 2012, por ocasião do Segundo Seminário de Antropologia da Universidade Federal de Roraima.

prostituir. E os mais velhos vem pescar por aqui para alimentar a família. Agora, de agosto em diante, aqui não passa menos do que vinte canoas todos os dias, pegando os últimos peixinhos que tem. Eles invadem, e aí aumenta mais as dificuldades que a nossa comunidade enfrenta.

Durante o trabalho de campo visitou-se a região periférica do bairro Mauazinho, quando se observou que entre algumas edificações de alvenaria, ainda haviam muitas casas de madeira construídas sob palafitas em barranco íngreme que contorna a parte marginal do bairro, esses terrenos e algumas ruas dão acesso ao rio. Muitas embarcações ficam guardadas ali no rio, algumas servindo até de moradia para famílias. Também são encontrados alguns flutuantes, muitos são restaurantes e bares. A impressão gerada na visita foi a de que aqueles moradores daquela área periférica sofrem com falta de infra-estrutura, principalmente saneamento básico. Muito lixo dos fundos dos quintais escorrem para dentro do rio.

De frente para essa área periférica daquele bairro está localizado o cemitério Nossa Senhora das Lages, onde são enterrados os mortos de todas as comunidades que estão no entorno daquela região como a Terra Nova, todo o Catalão e o canal do Xiborena. Embora muito próximo, o cemitério não faz parte do bairro, uma vez que fica instalado numa pequena ilha, por onde o Rio Negro faz um breve desvio e forma o canal de acesso ao bairro Mauazinho.

Cesarino (2012), explica que a população que mora naquela região chama de área de praia, é formada por um grupo de dez famílias que recebe o mesmo nome do bairro, Mauazinho. As primeiras famílias de pescadores começaram a se instalar no local por volta de 1973. Atualmente sobrevivem tendo como atividade econômica principal a pesca artesanal, uma vez que utilizam ferramentas simples, como as próprias embarcações, redes e sistemas de armazenamentos do pescado. Destaca ainda que a produção desta comunidade não chega diretamente ao consumidor final, pois é intermediada por atravessadores.

Ainda se tratando da atividade pesqueira em relação aos moradores do lago Catalão, é fato que, de modo indireto, esta acaba se tornando outra fonte de renda para uma grande parcela das famílias, graças ao seguro-desemprego do defeso. De acordo com informações da página de internet do Ministério da Pesca e Aquicultura, essa categoria de seguro-desemprego foi criada em 2009 através da sanção da Lei n.º 11.958, o benefício é uma política estratégica que visa proteger as espécies de peixes e garantir renda aos pescadores.

É a Instrução normativa n.º 2, de 25 de janeiro de 2011, que prevê as exigências a serem cumpridas para se ter direito ao “seguro defeso”. Entre os procedimentos definidos está o cadastro no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, onde a pessoa física deve definir em qual das duas categorias deve se inscrever, aprendiz ou pescador profissional. O documento também reconhece como pescador, aqueles que trabalham na confecção e reparos de artes e pretechos de pesca e em reparos em embarcações de Arqueação Bruta igual ou inferior a 20, e aqueles que atuam no processamento do produto da pesca artesanal, todavia estes serão qualificados e inscritos no RGP sob condições e critérios estabelecidos em norma específica.

Foto 20 - Sede da Associação da Comunidade



Associação Nossa Senhora Aparecida do Lago Catalão.³⁰ Foto: o autor

O período do defeso, quando a pesca é proibida para garantir a proteção ao ciclo reprodutivo das espécies de peixe com vista a manter o estoque dos recursos pesqueiros, são definidos na portaria n.º 48, do IBAMA, de 05 de novembro de 2007. De acordo com o referido documento, o período para os rios da bacia hidrográfica do Rio Amazonas ocorre do dia 15 de novembro a 15 de março. A portaria, ainda estabelece os limites de captura para subsistência das populações ribeirinhas, além de determinar o segundo dia do início do defeso como prazo máximo para que

³⁰ Reunião realizada em 07/11/2012 para assinatura do Termo de Compromisso do seguro-defeso.

postos de vendas, peixarias, hotéis, restaurantes, frigoríficos e similares, declarem ao órgão ambiental competente seus estoques de peixe *in natura* provenientes de águas continentais.

Em 2006 foi divulgado o *Relatório do Censo Estrutural da Pesca de Águas Continentais da Região Norte*, um marco para o setor, uma vez que reúne em um único documento informações que caracterizam a atividade em toda a região. O relatório resultou do esforço e união entre o Ministério da Integração Nacional; a Agência de Desenvolvimento da Amazônia; a Universidade Federal Rural da Amazônia; a Fundação de Apoio a Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias; e o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte.

De acordo com os dados levantados pelo censo, foi registrada a ocorrência de 16 espécies de peixes nas bacias hidrográficas do Estado do Amazonas. E a safra das espécies, de uma maneira geral, varia de junho a novembro, entretanto, são registrados aumento na produção de algumas espécies em outros meses, fenômeno este conhecido como “repiquete”.

Para Freitas (2002 **apud** Relatório do Censo Estrutural da Pesca de Águas Continentais na Região Norte, 2006, p. 80), as pescarias artesanais exploram uma alta diversidade de espécies, de médio e grande porte, com predominância de espécies migradoras como o tambaqui, o jaraqui, a curimatã, a matrinxã, a piramutaba, a dourada, o surubim, e a piraíba.

O Relatório acrescenta a informação que até aproximadamente a década de 40, a pesca no Amazonas era realizada por uma frota muito primitiva. Mas a partir dos anos 60 houve rápido desenvolvimento tecnológico da pesca motivado pelos incentivos fiscais e abertura da economia a grandes empresas. Então surgiram as embarcações motorizadas e artes de pesca mais resistentes que tornaram a captura mais eficiente. A captura, geralmente, é realizada por pequenas canoas denominadas “barco-mãe” onde é depositada a produção conservada em gelo. Já os barcos “compradores” apenas percorrem os locais de pesca para comprar o peixe. Há ainda os barcos mistos que tanto podem levar pescadores quanto efetuar a compra. (BATISTA; ISAAC; VIANA, 2004 **apud** RELATÓRIO DO CENSO ESTRUTURAL DA PESCA DE ÁGUAS CONTINENTAIS NA REGIÃO NORTE, 2006, p. 83)

Outra informação relevante que o documento registra diz respeito a faixa etária dos pescadores do Amazonas que tem entre 20 e 65 anos, com idade média

de 40 anos, e permanecem na atividade pesqueira por cerca de 12 anos. Para efeito de estatísticas sobre aposentadoria relacionada ao exercício da profissão, o relatório revela que as informações não são completas, o motivo seria que os pescadores mais antigos ainda não estariam legalizados, o que acaba por prejudica-los com a contagem do tempo de serviço. Esses pescadores somente seriam considerados como tal a partir da data de regularização junto à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP.

A lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso, estabelece que o valor seja correspondente a um salário mínimo em número de parcelas relativas aos meses de duração do defeso. O pescador deve possuir inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, comprovando, até a data do início do defeso, o pagamento de pelo menos duas contribuições previdenciárias realizadas em ocasião retroativa. O segurado não deverá possuir qualquer outro benefício previdenciário de prestação continuada, exceto em caso de auxílio-acidente e pensão por morte.

Para muitas famílias, esse recurso de duração temporária, não representa apenas o acesso aos bens de consumo, vai além, garante uma futura aposentaria permanente e contínua para essas pessoas. Assim podemos notar nos comentários de minhas interlocutoras, Dona Artemiza, que se define uma pescadora desde criança, e da comerciante Dona Sabá, respectivamente.

Eu também recebo da Colônia dos pescadores. O bolsa família eu recebo todo mês, mas o da colônia são só quatro meses por ano. Nós já recebemos esse ano, esse dinheiro vem de parcela. Aí a gente compra tudo, compra freezer. Agora nós compramos uma geladeira, nós já temos fogão. Essas coisas assim né?! Antes não tinha isso, a gente cozinhava na lenha. Eu pesco, e se eu pego muito peixe, eu vendo por aqui mesmo na comunidade. Mas só pesco de caniço, não sei pescar de malhadeira, nem de nada. Às vezes, meu marido vai pescar também. Eu vou pra um lado e ele vai pra outro. Ele também não é aposentado, só recebe da Colônia dos pescadores.³¹

Faz dois anos que eu me cadastrei na colônia de pescadores porque a mulher falou que se eu fosse cadastrada seria melhor pra quando eu fosse me aposentar.³²

Ainda se tratando da pesca, mais especificamente, de espécies de peixes, é válido ressaltar que o lago do Catalão possui uma posição estratégica, na confluência do Rio Negro com o Rio Solimões, no que se refere à distribuição,

³¹ Dona Artemiza, 60 anos, casada, pescadora. Entrevista concedida em: 31/07/2012.

³² Dona Sabá, 53 anos, viúva, comerciante. Entrevista concedida em: 05/11/2012

migração e dispersão dos peixes, razão que levou o Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia – INPA instalar unidade, por meio de um projeto institucional denominado “Estrutura e Dinâmica do Ecótono Catalão – (PPI n.º I-3090)”, iniciado em setembro de 1999, com característica multidisciplinar, tem o objetivo de conhecer melhor a composição e a dinâmica da ictiofauna. (VALE, 2003, p. 8)

Foto 21 - Serraria sobre estrutura flutuante



Na cheia, as Micro-serrarias são improvisadas em estrutura flutuante.
Foto: o autor

Assumir uma postura criativa, como mecanismo de superação das imposições ambientais, pressupõe a regra comum dos moradores do lago Catalão. Esse enunciado se aplica também a predisposição de encontrar atividades que possam gerar alguma renda no local. Assim é o caso da dona de casa e vendedora ambulante, conhecida por todos como “Nêga”, que todas as tardes nos dias de aula, aproveita o intervalo do recreio para comercializar na escola suas bananas fritas, pipocas e os din-dins de fruta, que transporta consigo numa pequena canoa de madeira.

Entre os arranjos para se criar postos de trabalho localmente, destaque para o beneficiamento de madeira, atividade considerada a principal fonte de renda. O setor madeireiro que nas últimas décadas, principalmente na região, sofreu declínio motivado pelas exigências legais que se tornaram rígidas, principalmente após a institucionalização dos órgãos reguladores, conseqüentemente, maior aplicabilidade de instrumentos que corroboram para a Política Nacional do Meio Ambiente.

Neste contexto a tecnologia tornou-se instrumento indispensável para o mapeamento das florestas na Amazônia a fim de fornecer informações que gerem medidas com vistas a adoção de estratégias de fiscalização e o planejamento territorial em áreas de floresta visando garantir o uso sustentável do recurso madeireiro, bem como enfatiza a informação da página de internet do Ministério do Meio Ambiente, que destaca a região como o único bioma do país, entre 1988 até 2008, a possuir dados oficiais monitorado por satélite. São informações obtidas do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real – DETER e do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES, ambos produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, fundado em 1990, uma associação sem fins lucrativos qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), em 2010 publicou o relatório intitulado *Fatos Florestais da Amazônia 2010*, um estudo com nove capítulos que se alia a edições anteriores (2003 e 2005). O documento que sintetiza as estatísticas sobre o setor florestal, apresentando um diagnóstico a partir da compilação de dados primários levantados pelo Imazon e dados secundários de instituições como IBGE, IPEA e Ministério do Meio Ambiente.

De acordo com o documento, em 2009 foi registrada na Amazônia Legal a menor taxa de desmatamento da história desde o início do monitoramento, passando o nível de 27,8 mil km²/ano em 2004, para 7,5 naquele ano. Os empregos direto e indiretos gerados na indústria madeireira, segundo dados do IBGE em 2007, representam cerca de 2% da população economicamente ocupada. Ainda de acordo com esses dados, a participação do Estado do Amazonas seria de 2.135 empregos diretos e 4.390 indiretos. O Amazonas apresenta um número de indústrias madeireiras bem aquém, em 2009 era de 59, quando comprado com as 1.067 indústrias do Estado do Pará.

Registros referentes ao ano de 2009 demonstram que o maior pólo industrial madeireiro do Amazonas é concentrado na cidade de Manaus, incluindo dados relativos aos municípios vizinhos de Manacapuru e Novo Airão. São 13 indústrias, inclusive microsserrarias, que geravam 1.246 empregos diretos e indiretos. O histórico sobre a extração de madeira em toras revela um relevante declínio, passando de 140 mil metros cúbicos em 1998, para 51 mil, em 2009.

O relatório classifica como **bloco e pranchão de madeira (grifo do autor)**, aquela desdobrada com motoserras, com acabamento e qualidade inferior àquelas processadas por serras de fita. Possui preço mais baixo que a madeira serrada, porém a maioria não é extraída de forma manejada, o que a caracteriza como ilegal e predatória. No entanto, embora se trabalhe no lago do Catalão com motoserras e a matéria-prima não seja proveniente de áreas manejadas, a extração não estaria na ilegalidade, além de representar um número quase insignificante para compor o quadro da indústria madeireira do Estado. As árvores caem com o efeito natural do desbarrancamento da várzea e são capturadas no próprio rio, quando dali são transportadas até as pequenas serrarias improvisadas.

Segundo seu Mauro Celho, que por experiência conhece bem as madeiras, as espécies mais comuns que são coletadas nos rios e serradas no lago Catalão são, assacú, castanharana, munguba, sumaúma, carapari e macaca. Mas não descarta a possibilidade de encontrar, vez por outra, maçaranduba, piranheira, itaúba, louro e jacareúba, que também são árvores da região de várzea.

O depoimento de Alexandre Ferreira Viana, um jovem de 33 anos, que tem na extração de madeira a principal fonte de renda de sua família, esclarece que é necessário demonstrar, no caso de uma fiscalização da polícia ambiental, a característica da árvore para comprovar que ela não tem precedência de extração ilegal. E também deixa claro que as árvores não são encontradas tão próximo ao local.

A madeira que a gente trabalha aqui ela não prejudica nada porque ela cai no barranco, é de tronqueira. A gente só trabalha com esse tipo de madeira. O rio vai enchendo, e o barranco quebra e as árvores caem dentro do rio. Aí o pessoal fica lá em cima fazendo a 'pescada' até dá um volume grande de cem metros cúbicos, que são cinquenta ou sessenta árvores, para poder suprir a despesa que nós temos com a embarcação para puxar essa madeira. Só é permitido cortar as pontas, onde ficam as galhadas, porque elas tem que chegar aqui com toda a raiz, que é para provar que ela caiu, e não foi cortada.³³

Ele também nos conta, com ar de satisfação na voz, que desde os sete anos de idade começou conviver na atividade madeireira na companhia do avô. Lembra que foi na embarcação do avô que aprendeu contar os números de um a mil, conferindo as vezes que retirava água de dentro do barco com uma lata, durante as viagens realizadas para "pescar" madeira. A seguir, seu relato corrobora com a

³³ Alexandre Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

contextualização de um período anterior ao declínio da indústria madeireira do pólo de Manaus.

Naquele tempo, quando a gente começou, era madeira derrubada, formavam jangadas imensas, que dava para você passar um bom tempo andando em cima delas. Nessa beirada aqui tinham várias madeireiras grandes. Hoje a única serraria grande que tem é a REX, no Aleixo, que pertence ao seu Assis, mas ele só compra madeira se estiver documentada.³⁴

Aqui no lago do Catalão já foi um depósito de uma grande madeireira, a SIM, que era ali no Mauazinho, e do lado dela tinha outra, a MAPLAC, e mais lá em cima tinha uma fábrica de compensado, a CIFEX. Toda jangada que descia o rio encostava aqui dentro.³⁵

Hoje você anda por Manaus e não encontra uma fábrica de compensado. Agora, todo o compensado e a madeira de lei vem das bandas do sul de Roraima, ali por Rorainópolis, onde se instalaram grandes madeireiras. Antes, eram muitas serrarias porque não existia o IPAAM, a Polícia Ambiental. Era só mesmo o IBAMA.³⁶

Ali na frente tinha uma entrada imensa para o lago, era por lá que as jangadas chegavam. Agora foi aterrado pela terra dos barrancos que caíram. Isso que eu estou te contando já faz uns vinte e cinco anos. As jangadas vinham com dez mil, cinco mil metros cúbicos de madeira, precisavam de mais ou menos vinte barcos para fazer o reboque. Elas ficavam atracadas aqui uns quinze dias, depois as madeiras iam sendo divididas entre as serrarias. Eram também jangadeiros grandes, o Seu Orivan, o Raimundinho, o Chinês, o Cristóvão, Raimundo Lobo, esses homens vinham do Juruá, rio Purús e Alto Solimões”.³⁷

Pelo depoimento compreendemos que a prática da “pesca” de madeira no rio acontecia no mercado paralelo à atividade madeireira principal. Essa madeira era recolhida a partir do momento em que algum tronco se soltava de uma jangada. Assim esses “pescadores de madeira” capturavam o tronco que estava a deriva para vender as serrarias, a pirangagem como era chamado, um meio de subsistência para algumas famílias. Também haviam os atravessadores que se deslocavam em suas embarcações às áreas reconhecidamente produtoras para comprar madeira e poder extrair algum lucro com a revenda para a indústria.

O interlocutor lembra que foi naquela época que surgiu a “lei do rio”, que partia do princípio que uma árvore à deriva pertenceria a quem a encontrasse primeiro. Os “barrigas d’água” ou “pirangueiros”, como eram conhecidos esses coletores de madeira no rio, realizavam os percursos em pequenas embarcações, o que inviabilizava a viagem enquanto subiam o rio, contra a correnteza,

³⁴ Alexandro Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

³⁵ Alexandro Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

³⁶ Alexandro Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

³⁷ Alexandro Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

principalmente, se carregassem muito peso. Assim, quem encontrava uma árvore primeiro poderia, com segurança, encostá-la na margem do rio, sem que outra pessoa tomasse posse dela. No retorno, com a correnteza a favor, vinham formando suas pequenas jangadas. Ainda sobre a prática, comenta:

Era uma vida sofrida no meio do sol, mas era animado. A jangada subia em dois ou três motorzinhos, e a gente não podia chegar muito perto não, para os jangadeiros não pensarem que a gente queria roubar. Eles tinham medo dos ladrões que cortavam os cabos que prendiam os troncos. Eles atiravam quando se sentiam ameaçados.³⁸

A gente torcia que as jangadas subissem só com um motor porque se uma árvore se desprendesse ele não tinha como voltar para buscar. Mas, às vezes, iam dois ou três motores. O barco principal empurrava a jangada, enquanto os outros dois vinham atrás reparando se alguma árvore se soltava, daí eles faziam o resgate.³⁹

Eu mesmo vinha rebocando à remo na minha canoa o que eu encontrava. E ia juntando até ter de dez a quinze árvores para poder valer a pena vender.⁴⁰

Nas jangadas as árvores ficavam presas por cabos de aço, as peias, um pino de ferro nas pontas dos troncos, ligados por uma peça de cabo de aço. Os movimentos bruscos na água provocados por fortes banzeiros, geralmente, fazia com que uma ou outra árvore se soltasse.

A logística com as grandes jangadas somente ocorria aproximadamente por seis meses, no inverno, enquanto o rio tava cheio. No período de seca, a alternativa era o mergulho para resgatar as madeiras que se soltaram e foram parar no fundo do rio.

Eu comecei a mergulhar para tirar pau lá do fundo, porque do jeito que tinha pau flutuando tinha muita madeira lá no fundo do rio. Era massaranduba, jacareúba, esse paus duros, tudo iam parar lá no fundo. O fundo desse rio era rico de madeira. Para tirar a gente amarra um gancho como um grande anzol na ponta da madeira e o cara lá de cima vai rebocando com o motor até no raso.⁴¹

Há cerca de dez anos, quando muitas madeireiras começaram o processo de encerramento de suas atividades, Alexandro contou com a ajuda da mãe para comprar uma canoa com motor e, do avô, comprou o motor-serra. Com o equipamento aprendeu serrar a madeira pescada. Hoje, autonomamente, coordena uma equipe que pode variar entre 4 até 6 pessoas, dependendo da demanda pelo

³⁸ Alexandro Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

³⁹ Alexandro Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

⁴⁰ Alexandro Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

⁴¹ Alexandro Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

produto. Possui como seus fiés clientes dois depósitos na cidades de Manaus para quem destina a madeira serrada que é utilizada, principalmente, em obras da construção civil. São essas empresas que adiantam valores que variam entre 10 e 12 mil reais para compra de jangadas maiores. A produção da equipe é de aproximadamente quarenta dúzias de tábuas por semana. Ele é o responsável por toda logística e negociação, como conta.

Eu negocio a compra e a venda da madeira. Corro atrás de combustível, de peça para motor. Tenho dois serradores que trabalham comigo e serram madeira direto. Na minha balsa, hoje, contando comigo, são seis pessoas que trabalham.⁴²

Sobre a possibilidade de ampliação do negócio, comenta:

A gente até que teria condições de estruturar uma serraria grande, mas a polícia ambiental sugeriu que a gente não aumentasse o negócio porque se a gente abrir uma firma já vamos ter problema com eles. Trabalhando como autônomo, as cobranças são menores. Porque da forma como a gente trabalha hoje não prejudica tanto o meio ambiente.⁴³

Foto 22 - Blocos de madeiras serradas⁴⁴



Foto: o autor

Atualmente são onze equipes de serragem de madeira que tiram seu sustento dessa atividade. Cada uma dessas equipes possui um responsável, quem dispõe dos instrumentos de trabalho e realiza as negociações com clientes e fornecedores.

⁴² Alexandre Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

⁴³ Alexandre Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

⁴⁴ Material pronto para ser transportado até o cliente. Durante o período da seca as mini-serrarias se instalam na margem do canal, na porções de terra da restinga.

Há quem reclame da atividade por conta do barulho quase constante dos motores-serras que funcionam desde o primeiro horário da manhã até o final da tarde. Alguns atribuem aos resíduos das madeiras serradas, a aceleração no processo de assoreamento dos canais fluviais mais próximos de onde essas micro-serrarias são instaladas. As sobras de madeira e pedaços maciços dos troncos das árvores acabam indo parar no fundo do rio, comprometendo a navegação das embarcações, quando o nível do rio está descendo, pois o choque com um desses pedaços de pau pode causar acidentes, ou causar prejuízo material com a quebra da hélice do motor.

Foto 23 - Pranchas serradas de madeira



Trabalhador ajustando sua principal ferramenta, o motor-serra.
Foto: o autor

Alguns moradores, principalmente as mulheres chefes de família, no período da seca, aproveitam os resíduos provenientes da serragem da madeira para converter em carvão vegetal que é consumido pelas próprias famílias ou vendido entre os vizinhos, ao preço de R\$ 20,00 o saco com capacidade de 60 quilos.

Além do acesso aos bens de consumo, a ampliação da renda familiar ocorrida nas duas últimas décadas, certamente, refletiu no fluxo daquela população e seu acesso aos serviços e empregos da cidade de Manaus, pois a aquisição de embarcações motorizadas garantiu a travessia do rio de forma mais ágil e segura, uma vez que realizá-la a remo seria quase inviável. No entanto, alguns preferiram guardar suas economias e comprar ou alugar uma casa na cidade, como forma de

respaldar sua chegada no horário previsto ao trabalho, evitando os imprevistos da viagem, principalmente, em dias de chuva.

Uma de minhas experiências, registrada no diário de campo, instrumento utilizado na pesquisa que se mostrou extremamente necessário, observei o quanto a travessia pode se tornar inconveniente para quem possui compromisso com hora marcada.

Manaus/ Lago Catalão, 09 de agosto de 2012

Hoje cheguei no Porto da Ceasa por volta das 8 horas. Logo começou formar um tempo de chuva. Liguei para meu pai, piloto da voadeira, para avisar que o aguardava daquele lado para atravessar. Não demorou e a chuva caiu. Ele esperou a chuva passar e veio ao meu encontro uns dez minutos depois, o tempo que durou a chuva. Intensa e relativamente rápida, o suficiente para deixar o rio bastante agitado com os banzeiros fortes. Antes de atravessarmos fizemos algumas compras de mantimentos num supermercado ali mesmo próximo do Porto. Foram gêneros alimentícios como farinha, arroz, macarrão, feijão, café, açúcar e frango. E nas barracas da feira compramos legumes e verduras.

Ali no cais encontramos um casal de moradores vizinhos, que nos solicitou uma carona para atravessar. Tratava-se do seu Pedro e dona Maria que também vinham das compras. Dona Maria visivelmente abatida, pelo estado de saúde delicado, apresentando dificuldades para falar depois que foi acometida por crises de dores na garganta. Possivelmente, dos anos em que fez uso de tabagismo, destacou seu esposo.

O casal de aposentados vive a cinco anos na comunidade, onde não possuem parentes. Tem na pesca um complemento para aposentadoria que recebem.

Durante a travessia o vento era forte, vindo do lado do rio Amazonas, o que tornava o rio extremamente agitado com grandes banzeiros, a ponto de fazer a “voadeira” saltar alto sobre a água e reduzir bastante sua velocidade. Em oito minutos já estávamos dentro do lago Catalão, completamente molhados pela água que espirrava para dentro da embarcação provocado pelo impacto da “voadeira” com os banzeiros.

A agitação do rio em dias de tempestade é a principal explicação fornecida pelos moradores do lago que preferiram instalar seus flutuantes entre as restingas, ao invés do “lado de fora”, de frente para o rio Negro. Os movimentos bruscos dos banzeiros provocariam muitos estragos nas estruturas das casas. Outra explicação seria que naquela parte principal do rio transitam muitas embarcações, aumentando o risco de roubos.

O fato é que depois que também foi possibilitada a conclusão do ensino médio, seja no próprio local ou em Manaus, alguns conseguiram dar continuidade aos estudos com acesso a faculdade, ou mesmo arrumar um emprego. Embora o nível escolar, nem sempre fosse um condicionante para determinados postos de

trabalho, como o de empregada doméstica, o mais ocupado pelas mulheres do lugar. Mais detalhes a respeito identificamos no relato a seguir de Eliana Martins da Silva, casada, mãe de três filhos, auxiliar de serviços gerais na Escola Municipal, que

passsei seis anos trabalhando em Manaus como diarista. Eu precisava levantar quinze para às quatro da manhã, para deixar comida pronta para meus filhos. Tinha que chegar às sete horas no trabalho. As casas onde eu fazia faxina eram em vários bairros, Flores, Colônia Antônio Aleixo e no São Jorge. Eram clientes certos. Atualmente já existem ônibus que passam direto nesses bairros, mas quando comecei precisava pegar um ônibus até o terminal de integração e de lá pegar outro. Muitas vezes eu atravesssei o rio debaixo de chuva. Peguei muito temporal, tanto na ida quanto na volta. Quando não dava mesmo, eu ligava para avisar que ia me atrasar. Aí no ano passado eu fiz a prova e passei para trabalhar aqui na escola, e a partir de 01 de março desse ano comecei trabalhar. Eu fiquei muito feliz, porque já estava muito cansada e quase não tinha tempo para a família. Minhas irmãs e minha mãe moram no bairro Val Paraíso, em Manaus. Elas já chamaram a gente para ir morar lá, às vezes, até penso que seria bom ficar próximo da minha mãe, mas tenho muito medo da violência. Eu gosto de morar aqui, você pode deixar a porta aberta e sair, e quando voltar vai ainda está tudo lá. A única coisa ruim do lago do Catalão é a falta de emprego. Se tivesse uma fábrica, alguma empresa que gerasse emprego, seria ótimo.⁴⁵

Sobre o acesso aos bancos universitários, podemos citar o caso de um dos filhos de dona Artemiza que vive atualmente na capital onde recebe o valor de uma bolsa de estudos para realizar curso de graduação. E seu Mauro Coelho quem comenta, com ar de orgulho na voz:

Eu tenho uma filha que fez faculdade, se formou, e hoje é professora de educação física e sobrevive do que ela aprendeu. Ela trabalha e mora lá em Manaus, mas tá sempre aqui com a gente.⁴⁶

Das relações de parentesco entre a população do lago Catalão foi analisada uma amostra de 16 núcleos familiares, nesta pesquisa, compreendidos como casal ou chefe de família, considerando que há casos de viuvez e separação. O objetivo foi compreender a partir do número de filhos gerados nesses núcleos, quais descendentes formaram novas famílias e, se, seus companheiros possuem vínculo com outro núcleo familiar dentro da comunidade.

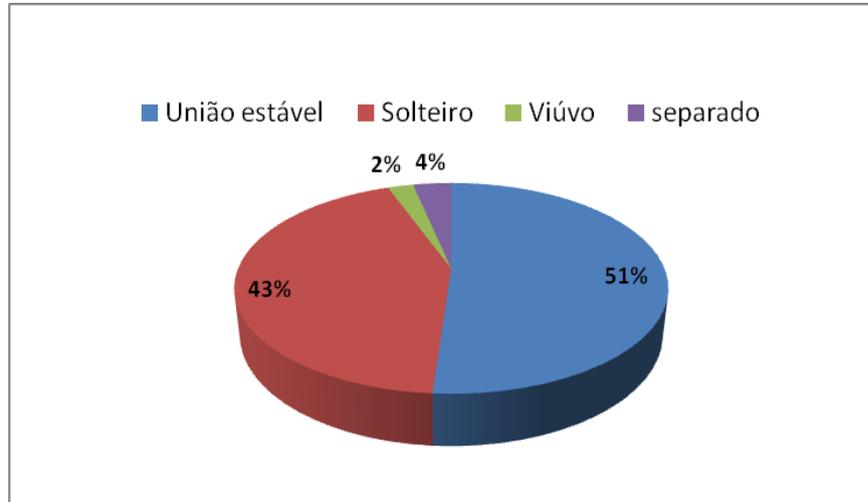
Também se buscou identificar quantos se mantiveram e quantos saíram da comunidade. Do total da amostra, apenas dois núcleos familiares possuem filhos de outros relacionamentos, cinco do gênero feminino e quatro masculino. Os demais filhos, gerados no mesmo núcleo, somam setenta e nove indivíduos, sendo

⁴⁵ Eliana Martins da Silva, 30 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 07/11/2012.

⁴⁶ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

trinta e quatro homens e quarenta e cinco mulheres. Neste sentido, os dados analisados demonstram:

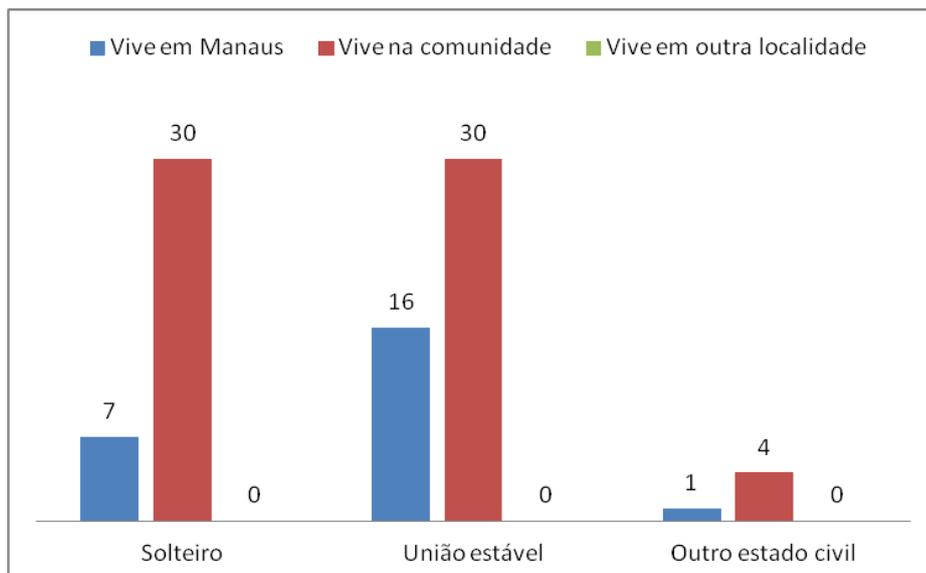
Gráfico 01 - Indicativo do estado civil da população



Fonte: do autor

Dos 30 sujeitos com união estável que vivem na comunidade, 15 são homens e 15 são mulheres. Destes, 20 conheceram seus companheiros fora do lago Catalão. Apenas dez indivíduos formam casais e constituíram cinco novos núcleos a partir da relação de interparentesco entre as famílias da comunidade.

Gráfico 02 - Indicativo de emigração e permanência na comunidade



Fonte: do autor

Quanto ao aspecto religioso, embora a associação da comunidade catalãoense receba o nome de uma santa da igreja católica, Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, a prática religiosa protestante é que se destaca à impressão de quem chega ao local. Há três igrejas protestantes, Igreja Missionária IDE, Igreja Deus é Amor e Igreja Quadrangular, e nenhuma católica.

Foto 24 - Igreja protestante



Igreja Deus é Amor.⁴⁷ Foto: o autor

Há fiéis católicos, no entanto, a igreja frequentada fica localizada no canal do Xiborena, na comunidade vizinha Nossa Senhora dos Navegantes, que uma vez por ano comemora o dia de Santa Maria, com festa e procissão percorrida em embarcações.

É dona Irene, reconhecida na região como parteira, benzedeira, e possuidora de dons para preparar “garrafadas” (remédios caseiros), quem coordena a única igreja Católica no canal do Xiborena. Ela adquiriu com recursos próprios um flutuante que fica encostado a sua residência, e ali estruturou com bancos de madeira, cadeiras e um altar, um ambiente para realização das missas dominicais e outros encontros religiosos, dirigidos por um padre vindo de Manaus. Aos 86 anos, afirma que realizou partos por quarenta anos e a seis anos não realiza mais. Com certo ar de saudosismo, expressa: “*Não tenho mais aquele talento*”.

Há 56 anos na comunidade, descende de pais nordestinos, atribui seus conhecimentos para benzer e preparar remédios ao dom herdado da família.

⁴⁷ Um das três igrejas de fundamentação protestante instaladas na comunidade.

As minhas irmãs também sabem benzer, é o dom do Espírito Santo! Tenho um irmão que tinha visões e dizia as coisas que você jurava que ele tava vendo. É coisa que a gente traz de Dom.⁴⁸

Eu também trabalho com garrafada, de erva de passarinho que serve para a uretra e dor de cabeça. Já a erva de jabuti serve pra dor de urina. Hoje essas ervas são todas vendidas no mercado. Também tem o cipó escada de jabuti que serve para hemorroida. Tudo isso eu aprendi foi do Dom, não foi ninguém que me ensinou. Era um sonho! Acho que pela mente vem um sonho. Ah! Os remédios... Tudo, meu filho, vem de Deus.⁴⁹

E hoje estou velhinha, fiz tudo por Deus! Nunca cobrei. Me davam quando podiam me dar alguma coisa”.⁵⁰

Foto 25 - Representante da Igreja Católica⁵¹



Foto: o autor

Há pouco mais de quatro anos, as duas comunidades, do lago Catalão e do Xiborena, passaram a ser beneficiadas pelo programa “*Luz para Todos*”, do Governo Federal. De acordo com relatório elaborado pelo Departamento responsável pelo programa na companhia Eletrobrás Amazonas Energia, na comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago Catalão foram 71 consumidores que passaram a receber energia elétrica desde novembro de 2008. A obra corresponde a uma rede de Alta Tensão de 1,58 quilômetros que custou R\$ 51.809,15.

Segundo Seu Mauro Coelho, parte do recurso para custear a obra teve a contribuição da própria população, principalmente, de dezessete pessoas que

⁴⁸ Dona Irene, 86 anos, viúva, parteira e benzedeira. Entrevista concedida em: 03/08/2012.

⁴⁹ Dona Irene, 86 anos, viúva, parteira e benzedeira. Entrevista concedida em: 03/08/2012.

⁵⁰ Dona Irene, 86 anos, viúva, parteira e benzedeira. Entrevista concedida em: 03/08/2012.

⁵¹ Orgulhosa, Dona Irene exhibe o altar confeccionado em homenagem a Santa Maria. A igreja instalada no paraná do Xiborena, é a única católica, também frequentada por fiés do lago Catalão.

decidiram em reunião realizar um evento, um bingo, para garantir o levantamento de verba para compra dos postes de madeira. Assim, relata que, nós decidimos:

fazer um bingão. Mas teve gente que disse: nós não temos condições. Minha resposta foi: vamos pedir ajuda de empresários que tem por aqui ou que já morou aqui. Eu acertei com a minha mulher, Raimunda, para ela matar um pato e fazer uma janta. E convidei alguns conhecidos para vim jantar aqui e a gente tratar do assunto. Então foi assim que acertamos. Falei com um rapaz e pedi que nos desse um boi ou quinhentos reais em dinheiro. Nós reunimos aqui onze senhoras para fazer churrascos, de um dos bois que foram doados. Eu sei que o que nós arrecadamos foi cerca de dezoito mil e pouco, livre das despesas que tivemos. Aí acertamos: vamos comprar os postes e o restante do material que precisa. Alugamos uma balsa e um empurrador e fomos comprar no Novo Airão, cento e trinta e cinco peças para fazer os postes. Depois fomos nos reunir para fazer toda a picada, o desmatamento para instalar os postes, em seguida fomos na Prefeitura do Iranduba e na Amazonas Energia, mostrar que nós entramos com a nossa parte. Se a gente fosse esperar iria demorar muito, porque os engenheiros vinham aqui e colocavam dificuldades, diziam que não ia dar pra fazer por causa que alaga e que é perigoso. Então, hoje tem essa energia por causa disso, e isso favoreceu a todo mundo.⁵²

Para dona Raimunda Viana a energia melhorou bastante a qualidade de vida dos moradores do lago Catalão.

Antigamente, quem tinha condições, comprava gelo, quem não tinha tomava sua água quente, como seu peixinho salgado, vivia na luz de lamparina ou vela, aquele calor horrível. Hoje, não, eu tenho quase certeza que todo mundo tem o seu ventilador, sua geladeira pra tomar sua água gelada e conservar seu peixe.⁵³

Ela recorda que foram mais de quatro anos desde que ouviu falar na possibilidade do programa *luz para todos* atender a comunidade com energia elétrica. Nesse ínterim foram muitas viagens que realizou para acompanhar o andamento do projeto na companhia Eletrobrás Amazonas, bem como, na Prefeitura do Iranduba na tentativa de contar com o apoio político do prefeito a fim de agilizar questões burocráticas que se arrolavam no processo. Isso justificaria a reação involuntária e extasiada que teve no dia em que a energia começou ser fornecida, como destaca.

E no dia que essa energia chegou, o rapaz que tava concluindo o serviço disse: Dona Raimunda eu vou na sua casa e na última casa – já era assim de tardinha – a ansiedade tava tão grande. Quando ele deu na chave, aí eu não aguentei e comecei chorar e gritar de tanta alegria e sai foi pela comunidade gritando feito louca, depois todo mundo começou a gritar também. E hoje é uma das melhores coisas que aconteceu nessa

⁵² Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

⁵³ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

comunidade foi essa luz elétrica. Hoje é possível, o pessoal estudar a noite, como eu mesma e um bocado de mãe de família que estudam.⁵⁴

Essa população de característica pacata, expressa seu lado arrojado através da prática esportiva, o jogo de futebol. Crianças, adolescentes e adultos, independente de gênero, reúnem-se todas as tardes para competir e extravasar as energias. Antes havia somente um campo, que atualmente é utilizado apenas em campeonatos de maior proporção. Os comunitários se reuniram e resolveram limpar uma nova área, onde criaram três campos, um para homens adultos, um para mulheres adultas e outro para crianças. A estratégia, além de incentivar uma ordenação por categorias, visou evitar acidentes ocasionados pela disputa desordenada entre crianças e adultos.

No verão também ocorrem campeonatos, quando as comunidades se enfrentam em partidas que premiam com troféus, medalhas e quantia em dinheiro. Como a competição costuma atrair muitas pessoas, alguns moradores aproveitam para faturar uma renda complementar com a venda de salgados, churrasco e bebidas em geral.

Foto 26 - Principal campo de futebol



Campo de futebol.⁵⁵ Foto: o autor

⁵⁴ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012

⁵⁵ Neste campo são realizados campeonatos intercomunitários, de maior proporção em importância para a Comunidade. Possui 100 metros de comprimento por 60 metros de largura.

Durante a cheia dos rios, os campos são inundados, impedindo esses momentos de socialização dos moradores.

Foto 27 - Campo de futebol secundário



Campo de futebol masculino adulto.⁵⁶ Foto: o autor

Para minimizar o tempo sem as partidas de futebol nos campos locais, alguns grupos combinam, geralmente nos finais de semana, encontros nas quadras de esporte localizadas ao longo da Rodovia Ministro João Gonçalves de Araújo, no Distrito Industrial, onde também há também um complexo de bares e lanchonetes.

Foto 28 – Brasão do time local⁵⁷



Foto: o autor

⁵⁶ Espaço onde são realizadas partidas de futebol nos finais de tarde. Este campo é ladeado por outros dois campos menores, onde mulheres e crianças também disputam as partidas separadamente.

⁵⁷ Exibindo o brasão que confeccionou em madeira da espécie assacú para homenagear o time da Comunidade, Londrina Futebol Clube, que incentivou fundar em 1989.

Troféus, fotos, e outros acessórios são comuns na decoração das salas das residências, numa demonstração de orgulho. Tudo lembra os campeonatos locais ou mesmo time da preferência.

Foto 29 – Time de futebol feminino



Foto: o autor

Ao concluir aqui o primeiro capítulo deve-se deixar claro que a opção metodológica de se debruçar sobre ele e escrevê-lo de forma direta, assim referindo-se a construção de um texto sem diálogos paralelos com conceitos e teorias da disciplina Antropologia. O objetivo foi reunir o melhor em termos de detalhes acerca da população e produzir uma descrição minuciosa. Desde o princípio fez-se essa opção de modo consciente, reconhecendo que esta segmentação expõe o trabalho à possibilidade de críticas severas quanto ao seu formato, mas acredita-se que essa escolha não invalida, nem compromete a qualidade do esforço intelectual, centro desse empreendimento científico, para citar Geertz (2008). Ao elaborar este trabalho sob estado de emoção, como já foi mencionado, considerou-se pertinente seguir a intuição que acabou por fornecer esta direção.

No capítulo seguinte constrói-se um arcabouço teórico para nele enquadrar o contexto social da Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago Catalão desenvolvendo uma discussão sobre sociedades “não-urbanas” contemporâneas da Amazônia, permitindo o embasamento e provocando um debate que leve a análises pertinentes que forneçam sustentação para esta etnografia.

2 NO RIO E NA METRÓPOLE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CATALÃOENSE.

Por um lado está melhor porque antigamente não tinha a Ceasa, e nem as condições que se tem hoje (...). Hoje, todos nós temos nosso meio de transporte, uma voadeira, ou nem que seja um rabetá, pra fazer a travessia do rio, quem pode mais tem uma ou duas lanchas, hoje tá assim. E lá do outro lado, em Manaus, tem taxi lotação fazendo rota e vários ônibus que te levam para o centro ou qualquer bairro da cidade. Você olha aqui, agora, e ver tudo parado, mas não que esteja desabitado não, é que tá todo mundo trabalhando em Manaus, aqui o pessoal só vem pra dormir. Eu acredito que só umas dez ou doze pessoas que trabalham aqui no lago do Catalão, que tira seu sustento daqui, é pouco, o restante todos trabalham em Manaus e vem só no final da tarde. Os nossos filhos estudam lá em Manaus, então todos os dias tem de levar e buscar, por isso o que a gente precisa, como arroz, café, açúcar, compramos lá do outro lado (...).⁵⁸

Hoje as coisas mudaram bastante, principalmente com a chegada da energia. Naquele tempo era difícil. Se a gente quisesse beber água gelada tínhamos de comprar gelo. Hoje, nós podemos ter geladeira, televisão. E ainda recebo o bolsa família, são R\$ 160,00, que ajuda bastante.⁵⁹

São duas coisas boas que vieram do governo e que melhorou a qualidade de vida da gente. Uma é o bolsa família, que é um grande quebra-galho, e outra é o luz-para-todos. Ah mano! Essa luz-para-todos, isso aí mudou cem por cento a qualidade de vida da gente, foi tudo aquilo que a gente precisava. Antigamente, quem tinha condições, comprava gelo, quem não tinha tomava sua água quente, comia seu peixinho salgado, vivia na luz da lamparina ou da vela, naquele calor horrível. Hoje, não, eu tenho quase certeza que todo mundo tem o seu ventilador, sua geladeira para tomar sua água gelada e conservar seu peixe.⁶⁰

Os depoimentos acima que assinalam para mudanças socioeconômicas locais, permitem compreender a percepção do catalãoense acerca da melhoria no padrão de vida daquelas famílias ocorrida nos últimos anos. Observa-se, portanto, que os discursos concentram-se no acesso aos bens de consumo, compondo um estilo de vida sedentário. Neste contexto, também se verifica uma preocupação acentuada com arranjos para criação de postos de trabalho na comunidade, e às condições de mobilidade que ampliam as possibilidades de geração de renda e emprego em Manaus, o que garante os meios de subsistência e novas aquisições materiais. Novos elementos para esta observação são acrescentados através das falas seguintes:

⁵⁸ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

⁵⁹ Eliana Martins da Silva, 30 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 07/11/2012.

⁶⁰ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

Eu aprendi construir flutuantes com a necessidade, e com o esforço de querer vencer na vida. O primeiro flutuante que eu construí foi pra mim mesmo, naquele tempo eu fui derrubar árvore aqui onde eu nasci e me criei, fui derrubar capitarizeiro, piranheira e fui lavrar com machado para fazer as vigas, (...) Infelizmente eu não tenho nenhuma foto daquele tempo. Mas hoje a gente faz o desenho de como vai ficar o flutuante antes e depois tira fotos para deixar registrado nosso trabalho. E nós aprendemos tudo aqui, depois que acabou as serrarias e nós ficamos pensando no que a gente ia fazer pra viver. Nós chegamos até a pensar em ir embora daqui, e fazer uma nova vida num outro canto, mas aí vinha aquela dúvida: ir pra Manaus, mas pra onde? Aí eu pensei, vou fazer o seguinte: saí nas beiradas, bairro do Aleixo, Puraquequara, bairro do Educandos, Cacau-Pireira, Manacapuru, Iranduba, fui por tudo isso aí oferecendo meu serviço de carpinteiro, e assim fomos (ele e seus filhos mais velhos) pegando nome, e depois as pessoas indicavam a gente. Hoje, nós somos chamados pra trabalhar, toda semana tem gente aqui atrás de nós pra fazer serviço.⁶¹

Quando eu comecei a vender gelo meu marido ainda era vivo. Eu comecei porque um tio meu foi embora e me perguntou se eu queria comprar dele a caixa de gelo e eu resolvi comprar, seis meses depois meu marido adoeceu e morreu. Quando meu marido morreu eu fiquei muito preocupada pensando o que eu ia fazer pra sobreviver. Aí eu desmanchei o meu canteiro e fiz no lugar uma balsinha com uma cobertura pequena só que cobrisse a caixa de gelo. Aí a gente colocou o flutuante lá pra fora e passamos o verão todo vendendo gelo. Depois eu economizei e comprei novas boias e mandei construir uma casinha maior pra aumentar a quantidade de gelo no estoque. Naquele tempo eu vendi muito gelo. Tinha dia que era tanto gente comprando gelo que não dava nem tempo de eu parar para fazer minha comida.⁶²

Estes apontamentos, de modo introdutório, refletem parte da organização socioeconômica dos moradores do Lago do Catalão e objetivam, contudo, reforçar a justificativa para a adesão à perspectiva do grupo de pesquisadores que compreendem que a sociedade cabocla tem se transformado em virtude de tipos específicos de relações sociais mantidas entre uma economia de enclave e estruturas remotas. Mesmo que o ambiente presente imponha certas limitações.

Mais especificamente, menciona-se Nugent (1981) que chama atenção para o fato de como a floresta tropical reagiu à incursão humana e que tem variado historicamente. Segundo a análise deste autor, os sistemas sociais da Amazônia passam por mudanças significativas, entre elas crescente diferenças de classes e aumento na proporção da população urbana, expansão do comércio e do sistema rodoviário. Neste contexto, entende-se ser conveniente introduzirmos uma explanação que demonstre o estado da arte, quanto aos estudos realizados sobre o tema: sociedades caboclas na Amazônia.

⁶¹ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

⁶² Dona Sabá, 53 anos, viúva, comerciante. Entrevista concedida em: 05/11/2012

Ainda guiando-se por Nugent (2006), do final da década de 1960 ao início de 1970 a literatura antropológica sobre as sociedades caboclas manteve-se com uma grande lacuna provocada, entre outros motivos, pela visão construída a partir de clichês acerca de uma Amazônia retratada como região essencialmente natural. Esse tratamento ideológico criou uma assimetria em que o sistema natural se sobrepõe ao sistema social, portanto, gerando a invisibilidade das populações habitantes da região. Os resultados desses estudos esboçavam uma Amazônia exótica, a-histórica, características que o autor denomina distopia, termo inexistente na língua portuguesa, que se refere a uma sociedade imaginária onde tudo é ruim.

Dessa maneira, concluí que a sociedade cabocla, enquanto reconhecida, tem sido retratada de tal forma a não enfatizar a sua integridade social ou cultural em favor de sua dependência em relação ao meio ambiente como sua estrutura fundamental, um determinismo ambiental. A sua passividade relativa em relação ao meio ambiente também encontra reflexão em mais representações históricas específicas.

Sobre esses estudos antropológicos acerca das sociedades caboclas, afigura-se oportuno reproduzirmos o quadro cronológico de contribuições que Cristina Adams constroeu demonstrando que:

(...) Embora já se observe, desde o final do século XIX e início do século XX, um esforço entre a elite intelectual local e nacional em registrar e analisar o papel do campesinato caboclo na Amazônia (Figueiredo 1999) é com Charles Wagley e Eduardo Galvão, nas décadas de 1940 e 50, que se deu o salto inicial na construção, nas ciências sociais, de uma literatura centrada nas sociedades caboclas (Maués 1990, Murrieta 2000, Pace 1998, Parker 1985b, Parker 1985c) (...).

Dentre os poucos antropólogos que, nesse período, procuraram estudar sistematicamente as sociedades caboclas, estão três alunos de Eduardo Galvão: Heraldo Maués, Angélica Motta-Maués e Lourdes Furtado (...). Desde então, estes antropólogos vêm contribuindo para a caracterização e a verticalização dos estudos antropológicos de caboclos no contexto contemporâneo da sociedade amazônica. Apesar de importante contribuição dos brasileiros acima citados, este campo da antropologia é dominado por pesquisadores estrangeiros (Emilio Moran, Eric Ross, Eugene Parker, Marianne Schmink, Richard Pace, Stephen Nugent, Mark Harris e David Cleary). Esta situação demonstra, claramente, como a antropologia brasileira, pelo menos até recentemente, não dedicou à investigação das sociedades caboclas a devida importância. (ADAMS, 2002, p. 2).

A autora destaca ainda que na última década houve a formação de uma nova geração de pesquisadores brasileiros entre os quais estão Andréa D. Siqueira, Célia Fudemma, Cristina Adams, Deborah de Magalhães Lima, Eduardo S. Brondízio, Fábio Castro, Hilton da Silva, Rui S. S. Murrieta. Estes pesquisadores que investigam o tema sob uma perspectiva interdisciplinar foram em grande parte

formados por Emilio Moran, nos Estados Unidos, e por Walter Alves Neves, no Brasil.

Alguns dos trabalhos dos pesquisadores que fazem parte deste grupo são apontados a seguir:

(...) (Aguiar *et al.* 1991, Brondizio 1996, Brondizio e Neves 1996, Brondizio e Siqueira 1997, Brondizio *et al.* 1994, Castro 1999, Fudemma 1995, Fudemma 2000, Murrieta 2000, Murrieta *et al.* 1989, Murrieta *et al.* 1992, McGrath *et al.* 1993a, McGrath *et al.* 1993c, McGrath *et al.* 1999, Murrieta 1994, Murrieta 1998, Murrieta *et al.* 1998, Murieta *et al.* 1999, Silva 1995, Silva 2001, Silva e Eckhardt 1994, Silva *et al.* 1995, Siqueira 1997, Siqueira *et al.* 1993) (...) (ADAMS, 2002, p. 2-3)

No ensaio intitulado “*Amazônia: ecossistema e sistema social*”, Nugent apresenta críticas ao conjunto de explicações dependentes de modelos ecológicos aplicados a Amazônia. Para dar conta da empreitada de desconstruir argumentos utilizados por uma abordagem socioecológica com objetivo de explicar o comportamento e evolução sociais, ele lança mão de um exemplo bastante emblemático ao analisar o quanto pode ser considerada insustentável a ideia contida no estudo de Carneiro (1970) sobre a relação entre sedentarismo e modo de subsistência de grupos tribais - uma teoria do sedentarismo – em tese a evolução social reflete exigências da natureza, o que permitiria se estabelecer um índice de sedentarismo em combinação com um quociente de subsistência.

De acordo com essa teoria, as aldeias com acesso a grandes rios e, portanto, com melhores condições de satisfazer suas necessidades de consumo de proteína são sedentárias, o que seria evidência da forte dependência na agricultura e na pesca. O contrário ocorreria com os grupos tribais com forte dependência da caça e coleta, que são obrigados ao deslocamento de seus assentamentos para garantir a subsistência. No entanto, para Nugent esta é uma equação impossível, uma vez que no quociente de subsistência não leva em conta que as diferentes formas de produção são praticadas em diversas combinações em ciclos distintos pelas sociedades tribais, portanto, insuficiente para explicar a relação entre sistemas de diferentes demandas.

Neste contexto, Nugent propõe uma inversão a esses relatos sobre sociedades amazônicas que utilizam do modelo sincrônico do ecossistema no qual os aspectos sociais são restringidos por fatores limitantes da natureza. Para ele deve-se considerar em primeira instância as condições históricas particulares em

que determinados aspectos ambientais assumem proeminências explicativas. Assim, complementa:

O que sugiro extrair desses exemplos é simplesmente que não há unidade que incorpora ambos sistemas social e ecológico. O que é demonstravelmente sistemático na análise do funcionamento de **um ecossistema não pode ser utilizado para atribuir determinismo quando se considera um sistema social que funciona dentro de um ambiente (grifo nosso)**. O sistema social, não pode ser reduzido à dimensão natural. (NUGENT, 1981, p. 70)

Para enfatizar seu posicionamento Nugent (1981) recorre ao exemplo da cidade de Santarém, no estado do Pará, durante o período do *boom* da borracha quando a elevada demanda pelo produto exigiu o recrutamento de mais mão-de-obra (índios, caboclos e nordestinos). Neste período havia ausência de uma base agrícola forte e os alimentos para suprir esse contingente foram importados e o custo foi transferido aos seringueiros. Neste caso, a ausência de recursos agrícolas poderia ser considerada um limitante ambiental, se fosse concebida a noção de sociedade como unidade subordinada ao ecossistema. Porém, a produção da borracha, relação social, foi realizada independentemente da capacidade local de produção de alimentos para sustentar o exército de seringueiros.

Interpretação semelhante foi constatada durante a observação que se procedeu sobre sistema social da comunidade do Lago do Catalão em relação às alterações ambientais daquele ecossistema, nos períodos de seca e cheia dos rios. Na vazante do rio, quando os atalhos são interrompidos, tornando mais distante o trajeto entre um ponto e outro se realizado pelas hidrovias. Mesmo período que, em alternativa às vias aquáticas, são formados caminhos terrestres transitáveis até determinado ponto, onde novamente cortados pelo canal d'água. Dali, geralmente, se recorre ao empréstimo da canoa de algum morador conhecido para se chegar até o destino.

Já no período de cheia, é a principal prática esportiva que fica comprometida pela submersão dos campos de futebol locais. Porém, no relato a seguir podemos notar que novamente a população busca por alternativas que superem as imposições dos limites ambientais.

O lazer que tem aqui no lago do Catalão é o futebol. Agora, nesse período [cheia] é complicado, porque o campo fica debaixo d'água aí fica sem opção de lazer (...). E aqui, não são só os homens que jogam bola não, as mulheres também. A partir das quatro horas da tarde você encontra poucas mulheres em casa. Até as seis da tarde tem gente jogando, enquanto enxergar a bola. Quando sai a terra, tem campo bem ali. Tem o campo dos

homens, das mulheres e ainda tem o dos meninos. É muita gente, então precisa separar para não dá confusão. Sem falar nos torneios entre as comunidades, ocorrem muitos, mas só na seca porque agora fica sem condições. De primeiro, tinha um navio chamado Presidente Floriano, daí fizeram amizade com alguém de lá e aí o jogo acontecia lá em cima. O pessoal voltava para casa com os pés todos queimados de pisar no ferro quente do navio, mas queriam mesmo saber era de jogar futebol. Mas também tem o calçadão⁶³. Eles combinam o jogo, e aqueles que tem carro levam um bocado, e outros vão de ônibus até lá.⁶⁴

Em qualquer que seja a estação do ano, as limitações ambientais são enfrentadas por aquela população com muita criatividade e alguns improvisos. Estes decorrem de conhecimentos acumulados ao longo da experiência cotidiana diante de um ambiente adverso. Nestas circunstâncias, a solidariedade é, sem dúvida, também um instrumento essencial nesse processo de superação.

Em se tratando do local da pesquisa, há de se contar muito com a criatividade, pois é no ato das escolhas e no modo de agir diante imposições naturais que as superações prevalecem. A começar pela própria opção ao estilo de moradia flutuante, cuja estrutura permite a manobra de deslocamento das casas, possibilitando ajustar-se ao melhor ambiente. Na mesma medida se destacam as estruturas flutuantes que garantem a sobrevivência sobre as águas, seja de animais destinados ao abate (pequena criação) como, galinhas e patos, ou animais domésticos (gato e cachorro). Bem como, das plantas (ervas medicinais e temperos) nos canteiros suspensos quando o rio inunda todas as porções de terra.

Desse modo, vê-se emergir uma série de conhecimentos técnicos desenvolvidos ao longo da experiência, exemplo disso é o modo cauteloso com que se pilota uma “voadeira” durante uma tempestade, quando os fortes banzeiros tornam a viagem de travessia do rio muito arriscada. Alguns desses conhecimentos são adquiridos desde tenra idade, como nadar e remar a canoa. Mesmo sob condições naturais tão adversas, observa-se uma predisposição para transpor os obstáculos e manter uma rotina, conforme depoimento a seguir:

Eu trabalhei seis anos em Manaus. Eu precisava levantar quinze para às quatro da manhã, (...). Era importante levantar nesse horário para eu conseguir chegar às sete horas no trabalho. Eu trabalhava com diaristas, em vários bairros, mas em clientes certos (...). Muitas vezes eu atravessei o rio debaixo de chuva. Peguei muito temporal, tanto na ida quanto na volta.

⁶³ Área de entretenimento com vários campos de futebol localizada ao longo da Rodovia Ministro João Gonçalves de Araújo, no Distrito Industrial.

⁶⁴ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

Quando não dava mesmo, eu ligava para a patroa e avisava que ia chegar atrasada.⁶⁵

Ainda hoje, quando seca, eu faço carvão. A gente aproveita os pedaços de pau que sobram das serrarias, o pessoal de lá corta pra gente do tamanho que a gente pede. Quando tá cheio [o rio] não tem como a gente fazer carvão.⁶⁶

Retrocedendo-se um pouco, ao ponto em que se buscava esclarecer os motivos que provocam a sociedade cabocla a ser retratada de modo a não enfatizar a sua integridade social ou cultural em favor de sua dependência em relação ao meio ambiente, também devem ser mencionadas as novas práticas de colonização envolvendo formas de produção de capital intensivo (criação de gado, extração de madeira e mineração) que minam a base local das pequenas comunidades produtoras de commodities sobre as quais respingam a responsabilidade pelos efeitos degradantes ao meio ambiente. Segundo a compreensão desses autores que defendem a restrição à exploração dos recursos da Amazônia, o efeito do desenvolvimento é prejudicial ao meio ambiente, tanto que descrevem dois tipos de sociedade, uma adequada (indígena) e outra rejeitada (imigrantes do passado e da empresa colonial atual).

Um grande impulso em tentativas para recuperar sociedade cabocla do esquecimento histórico teve lugar no contexto da redescoberta modernizacionista da Amazônia como um domínio de recursos baratos, uma tendência exemplificada em Parker (1985a), que consistia principalmente da inserção do que o caboclo sabe sobre a sociedade em uma explicação padrão da história colonial da Amazônia. Importante que este esforço é, há uma dimensão significativa em falta, que definiu pela ideologia nacional brasileira racial (NUGENT, 1993).

Outros aspectos também foram relevantes para influenciar os relatos do tipo *folk* encontrados nessas monografias. Entre eles, o fato de que os campesinatos amazônicos não eram pós-indígenas, como observado em outras sociedades mundiais, como da região andina. Além disso, a relação da Amazônia com economia mundial, durante o ciclo da borracha, ocorreu quase de forma independente, com pouca intervenção do Estado brasileiro. Um campesinato com característica extrativista, distinto do que se praticava em outras regiões do país, a *plantation*.

⁶⁵ Eliana Martins da Silva, 30 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 07/11/2012.

⁶⁶ Dona Artemiza, 60 anos, casada, pescadora. Entrevista concedida em: 31/07/2012.

Harris (2006) complementa que as abordagens relativas à Amazônia sempre foram no sentido de contrapor o tradicional e o moderno. Esse último teria iniciado na região pela intervenção do governo militar no final da década de 1960. A modernização segundo S. N. Eisenstadt refere-se ao processo de mudança em favor de tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa Ocidental e na América do Norte desde o século XVII, o qual se propaga pela difusão da racionalidade científica, numa corrente de pensamento, gerada a partir do centro, o Ocidente.

Essa ideia valoriza a mudança e a inovação, compreendendo o novo como progresso, como o futuro, além do que dissocia os fatos da natureza dos fatos da sociedade. Em contraste, nas sociedades da tradição os fatos técnicos, sociais e políticos são inseparáveis, são imbricados. Nesta perspectiva, num único discurso é possível unir imaginário, poder, procedimentos técnicos e o mundo de deuses e espíritos (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 1997, p.23).

Na proposição de Harris (2006), também adotada neste trabalho, não se deve posicionar em sentidos opostos tradição e modernidade para analisar a categoria do campesinato amazônico, os caboclos. Segundo o autor, esses se tornam modernos a medida que são capazes de se reinventar seu cotidiano diante das condições econômicas e políticas da região. Isso porque teriam adquirido “características-chave”, resiliência e flexibilidade, no contexto histórico da segunda metade do século XVIII, que se mantêm presentes no comportamento desses povos até os dias atuais.

Fatos históricos ocorridos na região sustentam essa análise, como a expulsão dos missionários, criação dos diretórios nos povoados, domínio imperial português na região e a criação de um comércio de mercadorias de exportação, se concentrariam no bojo de uma fase turbulenta, obrigando essas populações a buscar adaptações ao modo de vida por intermédio da reinvenção de diversas tradições, com destaque para as colônias portuguesas, missionárias europeias e tupis ameríndias. A confluência e a divergência dessas tradições o levam a afirmar que, para os ribeirinhos, esse é um modo de ser no tempo, de enfrentar as imprevisibilidades alheias.

Diante da interpretação acima, acrescentando-se à proposição de Oliven (2010) quanto a se considerar as diferenças entre campo e cidade a partir de uma perspectiva histórica e todo arcabouço montado até este ponto, demonstra-se interessante uma reprodução mais específica de fatos históricos com ênfase nos

elementos que evidenciam a dinâmica e características da cidade de Manaus. Isto porque a capital amazonense é entendida como o sujeito relacional em sentido urbano/rural neste estudo. Dessa maneira, utiliza-se como argumento a frequência com que ocorre o contato direto através do fluxo entre as populações nesses dois ambientes. Assim, as influências e transformações socioeconômicas foram e ainda são inevitáveis historicamente, portanto, sinaliza coerente uma sucinta exposição sobre duas mais importantes fases, o ciclo da borracha e a instalação da Zona Franca.

A proposição apresentada encontra maior consonância na maneira, sistêmica e recíproca, como os autores a seguir mencionados interpretam as relações desenvolvidas entre estes dois espaços socialmente construídos:

Em primeiro lugar, é preciso entender que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço; pelo contrário, sempre estabeleceram – e continuam a estabelecer – relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e a vida em escala global (...). (FRAXE et al, 2009, p. 33).

De acordo com Melo e Moura (1990) Manaus é uma grande cidade portuária e está posicionada na calha central do sistema hidroviário da Amazônia Brasileira, uma gigantesca rede de circulação hidroviária. De franca navegabilidade o Rio Amazonas, assim chamado a partir da confluência do Rio Negro e Rio Solimões, também designado “rio-mar”, possui uma grandeza em volume de água que favorece decisivamente a navegabilidade fluvio-oceânica. A malha composta por muitos subsistemas hidroviários representados pelos afluentes que atravessam extensas faixas terrestres da Amazônia Ocidental tornam-se rotas de convergência para Manaus. Alguns desses caminhos possuem notável papel histórico, é caso do Purus, Madeira e Juruá.

Ainda segundo estes autores, a cidade originou-se a partir da construção da fortaleza de São José do Rio Negro, fundada próximo a foz do rio Negro em 1669 por uma pequena povoação denominada *Lugar da Barra* que até 1786 não passava de um pequeno núcleo habitacional com pouco mais de trezentos moradores. Um crescente deslanche do efetivo populacional ocorreu na fase do ciclo econômico da borracha, entre 1870 e 1920, quando do pequeno povoado passou para 75 mil habitantes, destacando para Manaus uma posição entre as dez maiores capitais do país. Mesmo após o declínio do ciclo mercantil extrativista da borracha o

crescimento citadino se manteve intensificado e contínuo, chegando rapidamente a 283.685 habitantes em 1970.

Longe da tentativa de se propor explicações sob uma perspectiva que aponte para um determinismo econômico, o que se pretende é apenas evidenciar como a criação da Zona Franca de Manaus⁶⁷ provocou transformações significativas quanto à atividade econômica no sentido de promover uma migração vertiginosa para Manaus e seu entorno, o que inclui a comunidade do Lago do Catalão, inclusive alterando as relações econômicas, como se observa a seguir:

O advento da Zona Franca de Manaus agravou a situação a ponto de constituir um grave problema para o Governo do Estado, que entrega, por sua vez, a solução à COHABAM que participa de maneira decisiva sem, entretanto solucionar o problema de vez que o grande êxodo que deixa o interior em busca das cidades, principalmente a de Manaus, capital da Zona Franca, é muito maior e permanentemente atraído pelo sonho de uma melhoria de vida e principalmente pelas notícias divulgadas por milhares de transistores espalhado por toda a área Amazônica, emitindo a todo instante notícias fantasiosas de “tudo muito barato quase dado (...). (ANDRADE, 1978, p. 48)

(...) O processo de ‘inchamento’ de Manaus se acelerou com a criação da Zona Franca, conhecido como segundo ciclo. Falava-se que a indústria absorveria 300 mil trabalhadores (...). Ao mesmo tempo acelerou a vinda de muitos ribeirinho e gente de outras pequenas cidades para Manaus (...). (COSTA, 2000, p. 61).

À época [início da década de 1960], Manaus constituía mero entreposto comercial que ligava a economia extrativista praticada no interior com o restante do mundo (...) Comerciantes e mascates de Manaus procuravam o interior do Estado em embarcações (regatões) que percorriam as estradas líquidas para suprir as necessidades das populações (...) levavam alimentos, fumo, tecidos, roupas, remédios, e, em troca, adquiriam os produtos extraídos da floresta, em típica transação de escambo, sem a participação de moeda (...). (BOMFIM e BOTELHO, 2009, p. 18-19).

Cabe ainda destacar, utilizando os esclarecimentos de Oliveira (2000), que além da zona de livre comércio de Manaus, em 1970 se instalou o Distrito Industrial baseado na montagem de componentes importados. E em 1989 a atividade industrial atingiu seu ponto máximo, com 425 empresas instaladas e 112 em processo de implantação. Todavia no ano seguinte massificou-se um declínio na produção e desemprego com ociosidade de grande parte das empresas e até paralisação de alguns setores, por consequência da crise brasileira decorrente de arrocho salarial e abertura da economia ao mercado externo.

Neste contexto, outro dado relevante sobre os efeitos desastrosos dessa crise econômica diz respeito ao conjunto de contradições diante dos problemas urbanos

⁶⁷ Instituída em 28/02/1967 na forma do Decreto-Lei 288/67.

que foram agravados, especialmente, no que se refere à moradia. Com a dificuldade de acesso às áreas centrais, que envolve uma série de fatores, as regiões periféricas passaram a ser habitadas por muitas famílias, de modo que no ano de 1995 havia aproximadamente 111.057 indivíduos vivendo às margens de igarapés de Manaus. Isso representaria 8,4% da população da cidade (OLIVEIRA, 2000).

Em relação a comunidade do Lago do Catalão, segundo as narrativas coletadas, teria sido nas décadas de 1980 e 1990 a ocorrência de maior concentração populacional naquela área. Portanto, falta de infraestrutura da cidade, mencionada acima, dá margem a interpretação de que o local foi escolhido pelas famílias que resolveram se instalar no lago como alternativa em relação ao ambiente urbano conturbado e repleto de problemas sociais. Mesmo na margem oposta de Manaus, a proximidade geográfica entre os dois espaços permitiria o acesso à tão desejada melhoria de vida, como se nota nos depoimentos:

A maioria do pessoal daqui são dos interiores, de lugares mais longínquos, com uma qualidade de vida muito mais difícil. Tem um bocado aqui que veio do Juruá, tem outros que vieram do Alto Solimões.⁶⁸

Eu cheguei aqui com 10 anos, vinda do Juruá. Eu lembro que a gente veio pra cá porque lá era muito carente. E meu tio queria muito que meu pai viesse pra cá, porque ele achava que aqui seria melhor de criar a gente. Lá no Juruá naquela época as coisas eram muito difíceis, não é com agora.⁶⁹

Alencar (2009) desenvolve interessante análise pela qual identifica os padrões de povoamento em função da participação de diferentes atores, como os comerciantes, a Igreja Católica e o Estado, nos dois momentos da história da ocupação da região. O primeiro momento chama de “o tempo dos patrões”, ocorrido o final do século XIX e a primeira metade do século XX, caracterizado pela economia predominantemente extrativista, com o comércio centrado na área rural constituído em torno do barracão dos patrões⁷⁰. O segundo momento é o “tempo das comunidades”, ocorre a partir de 1960 quando são formadas as comunidades⁷¹ com

⁶⁸ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

⁶⁹ Eliana Martins da Silva, 30 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 07/11/2012.

⁷⁰ A autora esclarece que até os anos 60 do século XX os patrões são os principais agentes do processo migratório dessa região, ao divulgar as oportunidades de trabalho e viabilizar o deslocamento das famílias. Eles também garantiam o abastecimento dos pequenos seringalistas que aviavam mercadorias para os extratores e coletores.

⁷¹ O termo foi introduzido nessa região da Amazônia pela Igreja Católica nos anos 1970, que incentivou as famílias que viviam dispersas a se juntarem em povoamentos e formar uma organização política com forte viés comunitário. Ver Faulhaber 1987, Lima 2000, Alencar 2004, 2007.

incentivo da Igreja Católica com o objetivo de tornar esses grupos organizados politicamente.

Neste segundo momento buscava-se uma maior representação que concentrar-se-ia na figura do presidente da comunidade, cujo papel principal seria desempenhar a intermediação diante das reivindicações comunitárias junto ao poder público e outros setores, principalmente ligados à economia.

A experiência na comunidade do Lago do Catalão nos mostrou que, de fato, essa organização corrobora positivamente para conquistas em relação às reivindicações dos comunitários. Entretanto, o mais revelador no trabalho de Alencar (2009), é a referência que faz a existência de um complexo sistema de trocas de informações e de articulação de redes sociais como mecanismo para circulação de informações sobre oportunidades econômicas, que também se evidencia na rotina dos comunitários do Lago do Catalão. Isso se faz notar pelos depoimentos seguintes dos interlocutores:

A gente tem um comprador certo da madeira (grifo nosso), que financia a gente com dinheiro, pra gente poder comprar a madeira que chega, aí eles fazem adiantamentos pra gente, porque qualquer madeira que chega custa dez mil, doze mil reais, a gente não tem todo esse dinheiro, aí a gente vai pagando de vagarinho. **São dois depósitos grandes daí de Manaus (grifo nosso)** que compram a madeira da maioria do pessoal aqui.⁷²

Tem de haver algum meio de sobrevivência, né?! E aqui nós temos a pesca, outros trabalham em Manaus, aí no Distrito Industrial, são carpinteiros, vigilantes, motoristas, **conseguiram esses empregos através da indicação de amigos (grifo nosso)**. Outro meio de gerar renda pra famílias da comunidade é a madeira(...). E eu te digo uma coisa: se isso aqui acabar, vai muita gente embora, porque isso gera renda desde pro que pesca a madeira até o que sobrevive aqui beneficiando dela.⁷³

Ademais, na realidade local o que se observa sobre a relação econômica catalãoense é que esta ocorre mediante a troca de mercadoria por moeda corrente, desviando-se de qualquer possibilidade de escambo. Na mesma medida em que a venda itinerante de mercadorias por marreteiros é prática vivenciada, porém extinta, manifesta apenas em lembranças, conforme:

Quando nós chegamos aqui [faz pouco mais 30 anos] só o Seu João Borges e o Baré tinham comércio aqui. O Baré viaja com o Seu Gildo, e o motor era de convés e ele tinha uma budeguinha assim na porta. Aí quando

⁷² Alexandro Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

⁷³ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

o motor tava aí tinha taberna, mas quando ia embora ficava só o João Borges.⁷⁴

No lago do Catalão é baixa a exploração de recursos naturais no ecossistema local como fonte de geração de renda, exceto pelas pequenas serrarias de beneficiamento de madeira, que ainda assim, se submetida ao crivo de classificação rígida, também excluiria da atividade a noção de exploração de recursos, uma vez que se trata do beneficiamento da matéria-prima *in natura* que não é extraída naquele ecossistema local.

A prática da pesca ocorre muito timidamente, restringe-se a alimentação das famílias e de alguns amigos e familiares que vivem na cidade e encontram na prática uma opção de lazer, principalmente, nos finais de semana. Quando ocorre a venda do pescado se limita a estes grupos. Duas questões justificariam a exclusão da pescaria como fonte alternativa de renda, a primeira diz respeito à produção que em proporções comerciais é aquém do esperado; a segunda corresponde às espécies de peixes que se reproduzem na região de baixo valor comercial, ademais, atuar autonomamente exigiria enfrentar o cartel existente entre as bancas de peixes na feira da Ceasa ou simplesmente transferir o resultado da pescaria aos atravessadores.

Quanto à atividade agrícola, no lago do Catalão, é inexistente. Ainda que, respeitando os limites ambientais quanto a sazonalidade do nível dos rios, fosse possível desenvolvê-la no período da seca como a exemplo de outras comunidades da região da várzea. As únicas árvores frutíferas (goiabeiras, mangueiras e coqueiros), quando se tem, estão plantadas em alguma estrutura flutuante anexa as residências. Entre as justificativas para esta opção, encontramos na mobilidade com que as famílias se deslocam entre os paranás, embora, algumas destas tenham locais cativos. Todavia, este ato de deslocamento constante pelos paranás não permite que se definam as margens limítrofes, como se procedem no caso das propriedades privadas em terra firme.

Os depoimentos a seguir demonstram a inclinação econômica contemporânea da comunidade:

Meus pais e meus avós eram pescadores (...). Eles pescavam tanto pra consumir como pra vender. Naquela época não tinha feira no Porto da Ceasa, como tem hoje. Você podia só encostar a canoa na beira e ficar vendendo à retalho. Naquele tempo você conseguia negociar com o cliente,

⁷⁴ Dona Sabá, 53 anos, viúva, comerciante. Entrevista concedida em: 05/11/2012.

não é como hoje que todos os barraqueiros combinam de praticar o mesmo preço.⁷⁵

Eu trabalho há oito anos como piloto de “voadeira” lancha, fazendo travessia pro Careiro da Várzea. O vizinho é o dono da lancha e eu trabalho pra ele. Antes não tinha outro meio de trabalho não, aí eu sobrevivia da pescaria. Ainda hoje eu gosto de pescar e sempre vou quando estou desocupado. Ainda hoje, emprego por aqui é complicado. Não dá nem para plantar, porque os bichos [búfalos] não deixam. A pessoa que tem um saberzinho mais ou menos tem de ir pra Manaus arrumar um emprego por lá. Hoje, tem muita gente daqui que trabalha lá Manaus, mesmo morando aqui. Vão todos os dias e voltam no final da tarde ou início da noite.⁷⁶

Aqui na Comunidade, eu poderia dizer que hoje é 50% que trabalha em outras atividades e 50% sobrevive da madeira.⁷⁷

E lá do outro lado, em Manaus, tem taxi lotação fazendo rota e vários ônibus que te levam pro centro e qualquer bairro da cidade. Você olha aqui, agora, e ver tudo parado, mas não que esteja desabitado não, é que tá todo mundo trabalhando em Manaus, aqui o pessoal só vem pra dormir. Eu acredito que só umas dez ou doze pessoas que trabalham aqui no lago do Catalão, que tira seu sustento daqui, é pouco, o restante todos trabalham em Manaus e vem só no final da tarde.⁷⁸

Alves e Tavares (2006), numa perspectiva macroeconômica, fornecem críticas fundamentais a respeito do crescimento da economia informal como novo fator que se processa no bojo das atuais transformações produtivas. Tais críticas nos levam a refletir sobre como isso afeta e promove a organização socioeconômica na comunidade do Lago do Catalão. Segundo essas autoras, o mercado de trabalho informal possui relações estreitas com as empresas capitalistas, portanto, a sua manutenção estaria condicionada ao desenvolvimento e fortalecimento destas. Na mesma medida, os trabalhadores informais dependem do movimento do mercado de trabalho regularizado que demonstra queda, em decorrência da diminuição do poder aquisitivo dos assalariados.

Ademais, a forte concorrência entre os próprios informais, em função do aumento do número de integrantes nesse segmento, corrobora para as condições desfavoráveis do trabalhador informal que na maioria das vezes consegue apenas o necessário para sua subsistência e, muitas vezes precisa contar com a ajuda os outros membros empregados do seu grupo familiar para subsidiar a atividade. Em

⁷⁵ José Raimundo Oliveira Pontes, 30 anos, casado, piloto de voadeira. Entrevista concedida em: 13/11/2012.

⁷⁶ José Raimundo Oliveira Pontes, 30 anos, casado, piloto de voadeira. Entrevista concedida em: 13/11/2012.

⁷⁷ Alexandre Ferreira Viana, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

⁷⁸ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

alguns casos, esse auxílio proveniente da família se estabelece como força de trabalho eventual e não paga.

Ao atingirmos esta etapa do debate, algumas questões imbricadas nele são pertinentes para que detalhes importantes sejam considerados e possam completar o elo. Assim, observa-se o fato de Fraxe et al (2009) referirem-se a essas populações ribeirinhas da Amazônia como grupos sociais, não os classificando como grupos étnicos. Entretanto, localizamos nos pontos de vistas destes mesmos autores argumentos para a maneira de se compreender esses grupos. Como vemos em:

(...) Em face das misturas e presenças entremeadas neste vasto território emergiram diferentes tipos sociais, trabalhadores que, diante das condições mais adversas, inventaram e reinventaram formas de sobrevivência, adaptaram-se passiva e ativamente às sutilezas complexas de seus múltiplos ecossistemas. A alteração na composição étnica da região fez surgir não só novos tipos sociais, frutos da mistura social, cultural e racial, mas também um novo estilo de vida (...). (FRAXE et al, 2009, p. 35)

O conceito de 'cultura cabocla', portanto, pode ser entendido para além das limitações que a questão étnica poderia impor (...). (FRAXE, 2004, p. 23)

Nugent (1993) levanta outro ponto conflitante da teoria antropológica em relação às sociedades caboclas da Amazônia que se centraliza no desafio para categorizá-las, em virtude da sua construção como já mencionado anteriormente. Tais populações seriam advindas de um processo de mestiçagem a partir de suas origens que podem torná-los tanto não-indígena quanto indígena. Isso categorizaria os caboclos como sujeitos antropológicos não-autênticos, os "outros falsificados" - amazônida não-autêntico, na qualidade de índio.

Athias (2007) apresenta um estudo no qual demonstra cronologicamente a realização de importantes eventos e menciona trabalhos que influenciaram o desenvolvimento do conceito da identidade étnica na Antropologia brasileira. Realiza uma exposição pela qual esclarece que esses estudos no Brasil, por iniciativa de etnólogos estrangeiros a exemplo de Theodor Koch-Grünberg, começaram a ser sistematizados com a reorientação dos estudos de aculturação e foram fortemente marcados pela tradição norte-americana. Também discorre sobre as características das três correntes de pensamentos existentes no país no início do século XX. Mas de maior relevância para a discussão estabelecida diz respeito à noção do grupo de antropólogos filiados à Roberto Cardoso de Oliveira, que se baseia na proposição

inovadora de Frederick Barth (1969) para quem grupo étnico é considerado um “tipo organizacional”.

As duas citações a seguir, embora, não apresentem definições completas dos termos temporalidade e etnicidade, dada a ambivalência e complexidade a que esses conceitos estão submersos na literatura. De interesse maior, é saber que eles contornam o tema e fornecem elementos primários que podem contribuir paralelamente para melhor compreensão.

While ethnic differences and group identities have a history and a historical dimension, as noted in restricting the use of ethnicity *sensu stricto* to the historical time of the rise and spread of nation-states and to kinds of social and cultural orders called modern, there is a kind time, or most exactly temporality, that is a cultural construct rather than a chronological record of time and events as they actually passed – if that sequence could be recovered and its facticity agreed upon. This temporal aspect of culture is grasped in the concept of ‘tradition’. Tradition is the past of a culture, as that past is thought to have continuity, a presence, and a future. These features of tradition bestow upon the past a weight of authority; the very fact of survival, pastness, and continuity give an aura of authority, legitimacy, and rightness to cultural beliefs and practices. (...) The preservation and the continuity of tradition is enjoined on its carriers. (...) The group has strengths from the evidence fact of its survival, and that strength is augmented if individual survival is but a link in group survival. In the forward motion of tradition the elements of blood, commensality, and cult are those most emphasized through their symbolic markers. In brief, an identity is fashioned by name and symbol. A recursive metaphor of social differentiation is constituted, and tradition is enshrined. (...) Theories of social class always refer to systems of social ranking and distribution of power. Ethnicity, on the contrary, does not necessarily refer to rank; ethnic relations may well be egalitarian in this regard. Still, many polyethnic societies are ranked according to ethnic membership. (...). (HUTCHINSON; SMITH, 1996, p. 27, 28, 30)

Fernand Braudel considerava que o tempo social, o tempo dos humanos decompõe-se em temporalidades múltiplas, heterogêneas e *superpostas*, que podemos *grosso modo* classificar em três categorias: o tempo curto do acontecimento, medido em horas e dias; a duração média, medida em dezenas de anos; a longa duração, medida em séculos e milênios. Tomemos o exemplo de um fato histórico como a Guerra do Golfo (...). É um *tempo curto* do jornalista. É a atualidade. Esta atualidade não é inteligível senão a partir de uma série de fatos que pertencem a períodos medidos em dezenas de anos, isto é, de média duração: a criação e a consolidação do Estado de Israel, o enorme desenvolvimento da produção e do consumo de petróleo (...). (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 1997, p. 65-6).

Cardoso de Oliveira (2006) realizou estudo sobre identidade étnica historicamente constituída. Teve como pano de fundo o cenário cultural e político catalão, onde buscou traçar características marcantes da identidade catalã em relação ao ressentimento anticastelhano, uma representação coletiva justificada pelo fato do Estado espanhol, o mediador das relações sociais, econômicas e políticas

entre os dois povos, ser dominado pelos herdeiros da Casa de Castela, percebida como secularmente opressora pelos catalães.

Em sua análise Cardoso de Oliveira (2006) demonstra que no caso catalão a afirmação de si é a negação do outro. Uma luta em prol de direitos baseados a cultura milenar, visando à manutenção do espírito das origens da nacionalidade catalã e a garantia da distinção entre as demais etnias do território espanhol, em especial a castelhana.

Para concluir, o autor ratifica a noção de etnicidade existente no quadro de investigação, apontando como suporte para sua argumentação a proposta de Abner Cohen, que afirma que etnicidade terá pouco valor se for estendido para denotar diferenças culturais entres sociedades isoladas, regiões autônomas ou *stocks* independentes de populações. E ainda, cita como exemplo que as diferenças entre chineses e indianos, em relação as suas respectivas pátrias, são diferenças nacionais, não étnicas. Mas quando os grupos desses imigrantes interagem em uma terra estrangeira podem ser considerados como grupos étnicos.

Em *O poder da identidade*, Manuel Castells defende a hipótese de que os ambientes locais *per se* não induzem um padrão específico de comportamento e que, segundo sua observação intercultural, as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, assim agrupam-se em organizações comunitárias e com o passar do tempo produzem sentimento de pertença, uma identidade cultural, comunal. Contudo, destaca que para se atingir esse ponto é necessária a participação em movimentos urbanos, mobilização social, para que sejam revelados e definidos interesses em comum, de modo que se possa produzir novo significado.

Ademais, propõe romper como esquema ideológico de uma sociedade dualista rural/urbana, agrícola/industrial, tradicional/moderna. Defende que esse esquema é, na verdade, reflexo de uma estrutura única, na qual os efeitos dos pólos são produzidos pelo tipo particular e determinado de sua articulação com o outro pólo. (CASTELLS, 2006, p. 87)

De acordo com Harris (2006), não existe cultura cabocla no sentido ontológico porque o modo amazônico de ser no tempo não corresponde a ganhos e perdas de características culturais. Do mesmo modo, reflete essa compreensão Lima (1992,1999 **apud** HARRIS, 2006) de que não há uma identidade cabocla estabelecida a partir uma fronteira interétnica, de modo que permita a separação do modo de vida caboclo de outro modo de vida. Essa identidade, no caso desses

ribeirinhos amazônicos, seria o produto do que são no presente em contraste com o que foram no passado recente. Neste sentido, compreende que o contexto de cada conjuntura histórica forma uma nova configuração de discursos, gerando uma nova inteligibilidade que supera as distinções entre modernidade e tradição, o interno e o externo, e o local e o global. Podemos perceber isso em:

Eu recebo do bolsa família, dos meninos. Daí faço um ranchinho, e assim vou vivendo. Pra mim agora que estou na Igreja nunca mais faltou nada em casa. Hoje estou indo para a vigília, na igreja Quadrangular, do pastor Júlio.⁷⁹

A visão de mundo concebida no discurso de Dona Artemiza que se mostra um tanto contraditória, indica uma ideia construída diante de transformações sociais históricas. Em sua fala admite que os alimentos em sua casa são adquiridos com o recurso proveniente do programa social do Bolsa Família e logo em seguida, atribui a garantia da permanente fonte de alimento a sua prática religiosa. Não é que se deseje enfatizar que ambas atribuições são excludentes. De fato, o que se mostra mais relevante para a discussão são as informações sobre novo acesso e adesão, relativamente recentes, como ao programa social que se constitui nova fonte de renda de famílias carentes na comunidade, bem como novas práticas religiosas pela instalação de igrejas de fundamentação protestante. Certamente, isso fornece elementos novos que se entrelaçam com antigos e formam uma reinterpretação do mundo do catalãoense.

De fato, em se tratando de religião, o que se encontra na Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago Catalão, é uma população adepta ao protestantismo, o que se demonstra visualmente pelo confronto no número de três igrejas protestantes e nenhuma católica. A igreja católica mais próxima está instalada na comunidade vizinha do Xiborena. Numa espécie de contradição, como já foi mencionado, o mesmo nome da Santa da Igreja Católica e padroeira do Brasil é concedido ao lugar. Uma homenagem que nos leva a refletir se por ali, em momento passado, porém não tão distante, o catolicismo já foi a prática religiosa dominante.

Em reforço as observações sobre a prática religiosa no lago do Catalão, destaca-se ainda o depoimento de Dona Sabá:

Eu sou católica, sempre vou à igreja na Dona Irene. Aqui, em janeiro a gente faz a novena, do dia 01 até o dia 19. Mas aqui no Catalão só quem vem é um vizinho que mora ali, porque o resto quase todos são crentes. Aí

⁷⁹ Dona Artemiza, 60 anos, casada, pescadora. Entrevista concedida em: 31/07/2012.

vem mais é o pessoal da Dona Irene que vem de lá para cá. No mês de maio nós é que vamos para lá.⁸⁰

Quando tomamos como referência a realidade do passado relatada nos estudos pioneiros sobre os aspectos religiosos da cultura cabocla na Amazônia e comparamos com a prática atual na comunidade do lago do Catalão, percebemos mudanças significativas em relação a ampliação da prática religiosa protestante. São transformações que ocorrem desde décadas atrás, e já eram previstas em grande parte de estudos pioneiros sobre religiosidade. Assim, informações adicionais relacionadas a esta questão, podem ser identificadas através da experiência relatada em:

(...) Ao ali chegar [Itapuá]⁸¹, em 1995 (...), visitando casa por casa de Itapuá, e obtendo, entre outras, a resposta de que todos os habitantes ali eram 'católicos'. Foi possível constatar uma forte aversão dos moradores para com o 'protestantismo', isto é, o pentecostalismo da Assembléia de Deus que, a partir da sede do município, já havia procurado se estabelecer, sem êxito na povoação (...) Vim a perceber depois a razão disso, que reside na forte repressão a que estiveram sujeitas as crenças e práticas ligadas à pajelança na Amazônia (...) O catolicismo popular dessas populações, não só de Itapuá, mas da região de Salgado como um todo, e de várias outras áreas da Amazônia já investigadas por pesquisadores, centra-se na crença e culto de santos (...). (MAUÉS, 2005, p. 260)

No caso do catalãoense é relativamente baixa a diversidade de mitos, crenças e concepções de caráter sobrenatural, se considerada a variedade existente em outras comunidades ribeirinhas de acordo com registros etnográficos em literatura correlata. É possível identificar que naquela população sejam conhecidas lendas envolvendo histórias de "cobra-grande", boto que vira homem, entre outros personagens comuns a essas populações do meio rural da Amazônia. Porém, essas lendas, para o catalãoense, não são traduzidas como crença, de modo que, possuam alguma representação que os levem a prestar culto, festas ou rituais. Isso nos dá sinal sobre transformações que Maués (2005) nos aponta:

Em cidades maiores da Amazônia, como Belém, talvez já não seja possível encontrar mais nenhum pajé; mas no final da década de 1970, Chester E. Gabriel (1980) ainda pôde presenciar sessão de pajelança cabocla em Manaus. Apesar disso, a pajelança cabocla continua muito viva no interior da Amazônia, como parte integrante da diversidade religiosa do caboclo da região, integrada ao catolicismo e passando por transformações, como processo social dinâmico que tem grande influência na vida das populações rurais dessa região (cf. Maués, 1995). (MAUÉS, 2005, p. 271-272)

⁸⁰ Dona Sabá, 53 anos, viúva, comerciante. Entrevista concedida em: 05/11/2012.

⁸¹ Povoação de pescadores no município de Vigia, na região do Salgado, no nordeste paraense.

Maués (2005) também esclarece que o catolicismo popular ou pajelança cabocla⁸² a que se refere em seu ensaio trata-se da crença e culto aos santos da igreja católica numa prática que mantém relações com xamanismo nativo que por sua vez teve influência portuguesa e africana. Neste sentido, a única experiência que meus interlocutores fazem referência no lago do Catalão diz respeito à Dona Irene, que além de representante da Igreja Católica, na comunidade vizinha do Xiborena, também tem reconhecidos dons como parteira, rezadeira e curandeira através de chás e compostos que produz à base de ervas medicinais, as popularmente conhecidas “garrafadas”. A própria Dona Irene tem sua explicação para os dons que detém, conforme se observa em suas declarações seguintes:

E essa mulher com uma pereba na perna, desse tamanho! Aí comecei a tratar, foi o primeiro tratamento que eu fiz. Tirei ervas do mato, da minha cabeça, da minha memória. Tirei ervas de passarinho, tirei fedegoso, Maria-mole, richão. Tudo isso dá na várzea, quando não alaga. Várzea alta, isso dá com abundância. Remédios medicinais. Não sei se a medicina sabe, mas pra mim é medicina. Juntei uma grande quantidade de tudo que foi erva. (...) com quinze dias de tratamento (...) você olhava e via a diferença. A perna da mulher foi ficando limpa. (...) a mulher foi embora, alegre e satisfeita, contando piada! Chegou chorando na minha casa e saiu sorrindo. Então é assim, aprendi tudo pelo dom, pela necessidade.⁸³

Eu também trabalho com garrafada, com erva de passarinho, que serve para a uretra. Tu conhece erva de jabuti? [pesquisador: não, não conheço]. Erva de passarinho é para enfermidade, principalmente dor de cabeça. E a erva de jabuti serve pra dor de urina. Hoje, essas ervas são todas vendidas no mercado. Dava tanto dessas ervas lá no meu canteiro. Também tem o cipó escada de jabuti que serve para hemorróida. Tudo isso eu aprendi foi do Dom, não foi ninguém que me ensinou. Era um sonho! Acho que pela mente vem um sonho.⁸⁴

Outra experiência de igual relevância para demonstrar a elevada variação do catolicismo popular na Amazônia, é apresentada por Vieira (2012) ao relatar que a Comunidade São José⁸⁵ desenvolve um cristianismo partilhado entre evangélicos, católicos e daimistas. Segundo a autora, os moradores da comunidade que aderiram, no final dos anos 1980, à Doutrina do Santo Daime se consideram também católicos. Destaca ainda que há vários curadores na região que também se dizem católicos. Ademais, a crença nos santos católicos e outras divindades da floresta regula o comportamento da população. De tal forma que, a recomendação é não praticar esforço físico nos “dias santos”, bem como, nas quintas-feiras e nos

⁸² Segundo o autor não se trata de xamanismo clássico siberiano, pois não há necessariamente a incorporação de entidades no processo terapêutico.

⁸³ Dona Irene, 86 anos, viúva, parteira e benzedeira. Entrevista concedida em: 03/08/2012.

⁸⁴ Dona Irene, 86 anos, viúva, parteira e benzedeira. Entrevista concedida em: 03/08/2012.

⁸⁵ Está localizada na área central da Reserva Extrativista Arapixi, no Estado do Amazonas.

domingos não se praticar a caça, pois o Caboclinho da Mata ou a Mãe da Mata poderão punir quem desobedece à regra.

Sobre esse modo de ser no tempo do camponês ribeirinho amazônico, Harris também lançou mão do trabalho do antropólogo social Maurice Bloch (1998 **apud** Harris, 2006) que realizou estudo comparativo sobre diferentes tipos de memórias em relação às noções de parentesco entre diversas sociedades e como isso afetaria a relação do indivíduo com a história.

O estudo de Bloch que compara duas planícies católicas, uma nas Filipinas e outra no Lêmen, analisa que podem existir diferentes sentidos de passado. Desse modo, conclui que nem sempre a mudança é ocasionada por eventos externos, da mesma forma que a força da continuidade pode não ser impulsionada pela tradição. Com isso, Harris buscou mostrar que em relação à Amazônia a oposição essencialismo *versus* hibridismo é muito simplista, e que existem continuidades e convergências, assim como descontinuidades e resistência, que resultam num presente ambivalente.

Neste sentido, o autor considera que estabelecer uma fronteira para conservar a identidade seria contrariar a própria natureza do ribeirinho da Amazônia, uma vez que seu modo de ser no tempo pode ser comparado ao “andar sobre a crista de uma onda”, contra a qual se opõem aspectos de não-reificação como a imigração, os ciclos econômicos e o fluxo ambiental. É um modo de ser na história vinculado às condições estruturais e econômicas e às disposições ideológicas. Aspectos sistemáticos da modernidade o orientam para o presente, a fim de satisfazer as demandas rapidamente, criando uma disposição ideológica caracterizada pela abertura a influências externas que modificam um valor no ser e fazer do cotidiano. Uma visão do tipo “o mundo está ali para ser assumido e negociado”.

Neste sentido, Fraxe (2004) esclarece, referindo-se ao tipo de organização desses grupos sociais da região da várzea amazônica, que no passado se definiam por “nexos de energia” e que atualmente, com frequência, por “nexos de informação”. Com isso conclui que as segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, dois recortes espaciais, ao que chama provisoriamente de horizontalidades e verticalidades, que estão permanentemente sujeitas à lei do movimento.

Na concepção da autora, horizontalidades correspondem a espaços contínuos, formados de pontos que se agregam sem descontinuidade, são áreas produtivas: regiões agrícolas, cidades, conjunto urbano-rurais. Já verticalidades seriam os sistemas urbanos, como pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. Em ambos recortes os contornos e conteúdos mudam, impondo novos mapas ao mesmo território e acrescenta mais:

A informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações definidoras das novas realidades espaciais. Um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes. (FRAXE, 2004, p. 256-257)

Acrescente-se à interpretação acima as explicações de Castells (2011) sobre o que define como “revolução tecnológica”, a expansão exponencial da tecnologia da informação principalmente a partir das últimas décadas do século XX, responsável por introduzir novas práticas e alterar, no tempo e no espaço, a experiência social, provocando mudanças sociais drásticas, confusas e incontroladas, orientando reconfigurações quanto ao reagrupamento das pessoas, agora ocorrendo em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais.

Ainda segundo o autor registram-se em várias épocas outros processos históricos de revoluções tecnológicas, porém a grande diferença em relação a da tecnologia da informação é, sem dúvida, a abrangência e a velocidade com que difundiu-se pelo globo em menos de duas décadas foi sem precedentes. As novas tecnologias da informação agem sobre todos os domínios da atividade humana. O modelo atual de produção e administração global não se baseia apenas na informação, mas inclui atributos culturais e institucionais de todo o sistema social.

Desse modo, é significativo mencionar o que diz de Santos (1989 **apud** LIMA, 2006) ao afirmar que sempre houve por parte do campesinato, não apenas em relação à Amazônia e sim em se tratando de Brasil como todo, uma dependência de trocas comerciais para a realização da produção, prática esta desenvolvida na própria origem que se deu a partir da implantação colonial de uma economia mercantil. Neste sentido, as populações camponesas modernas vem enfrentando um processo gradual de crescimento do consumo, provocado pelo envolvimento crescente da economia doméstica com o mercado.

Diante dessas circunstâncias, são geradas novas reinterpretações para a definição das suas necessidades diante da atração prática e simbólica das mercadorias, assim, observa-se uma tendência à redução do consumo de artigos produzidos localmente e o aumento da produção destinada à venda que é suscetível a flutuações e retrocessos eventuais (LIMA, 2006).

Neste sentido, Fraxe (2004) afirma que o espaço no mundo de hoje se estabelece por “sistemas de objetos” povoados por “sistemas de ações” imbricados em artificialidade. A autora encontra apoio para essa interpretação mencionando:

(...) Corroborando esta ideia, Yi-Fu Tuan (1983) diz que, a partir de segurança e estabilidade do lugar, se está ciente da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa. Além disso, se pensa o espaço como algo que permite movimento, então lugar é a pausa; cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar. (YI-FU TUAN, 1983 apud FRAXE, 2004, p. 254)

As declarações a seguir demonstram o quanto às interpretações anteriores são aplicáveis ao contexto da comunidade do Lago do Catalão, no que diz respeito ao espaço, mobilidade e identidade:

Tem gente que tem condições de vender seu flutuante e comprar uma casa lá, mas não vai porque pensa na violência de Manaus e na tranquilidade do Catalão.⁸⁶

Acho que poucos são os [jovens] que pensam em se mudar daqui. Primeiro porque os pais nasceram e se criaram no interior. (...) se precisam Manaus tá bem aqui pertinho. Eles não falam muito em ir morar em Manaus (...). Minha filha (...) vive dizendo que vai viajar. Um dia desses um menino daqui foi pra São Paulo jogar bola, passou na peneira, e pra gente aqui já é um sucesso. Eu disse pra ele: quando chegar lá você não tenha vergonha de dizer que é Catalãoense, amazonense.⁸⁷

Ao buscarmos compreender como as mudanças tecnológicas e econômicas em nível global transformam as concepções de tempo e espaço, fazendo surgir novas interpretações para o entendimento de sociedade, devemos considerar o que Viveiros de Castro (2011) afirma sobre a fase pós-moderna, quando a representação clássica de sociedade, desenvolvida nas tradições funcionalista e culturalista, é contestada. Na noção contemporânea, a sociedade se constitui por abordagens fenomenológicas, que tornam a intencionalidade e a consciência a essência de sua explicação. Sua ênfase é na interdependência das relações constitutivas de

⁸⁶ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

⁸⁷ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

configurações regionais mais amplas que determinam os processos internos às unidades locais, o que dissolve a sociedade em sistemas cada vez mais globais.

O autor acrescenta que diante desta concepção o comportamento humano torna-se agência social. Esta perspectiva centra-se numa dimensão constitutiva de sociedade, onde regulações instintivas são deslocadas ao segundo plano e se prioriza uma compreensão de grupo humano com:

territorialidade; recrutamento principalmente por reprodução sexual de seus membros; organização institucional relativamente autossuficiente e capaz e de persistir para além do período de vida do indivíduo; distintividade cultural. (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 298).

Como se observa, o catalãoense está inserido num contexto de constantes mudanças de caráter comportamental provocadas, entre outros aspectos pela aproximação com um centro do poder, Manaus, de onde emanam novas demandas político-econômicas, e acabam sofrendo uma influência muito mais facilitada que outras comunidades mais distantes. Já com relação a mudanças físicas e ambientais que ocorrem por imposição natural como é o caso quando os sedimentos de terra obstruem as passagens de hidrovias que antes serviam de atalho, obrigando a busca por novos caminhos. A estratégia, então, é interagir no sentido de se organizar e reorganizar através de arranjos. Conforme podemos notar a seguir:

Isso aqui, num tempo que nem nós estamos aqui [período de seca], não secava como seca agora, não. Devido a grande erosão de terra, veio aterrando, aterrando e ficou desse jeito. Mas não era assim não. Ali na frente tinha um paraná que passava até balsa por lá, e atravessava direto. Passava motor, recreio. Mas cada ano que vai se passando tá ficando mais difícil, tá aterrando tudo. A balsa do Careiro cansou de passar aqui por dentro. Agora, no período da seca, é bastante difícil pra gente, principalmente, quando seca tanto que veda nossa passagem pro nosso meio de transporte. A gente tem de deixar a canoa pelo lado de lá. Tem que ir por terra buscar água longe pra encher os baldes em casa. Pra lavar roupa tem de ir lá pra fora [leito do Rio Negro]. Aqui onde nós estamos até que não é tão difícil, mas pra que mora lá pra dentro, próximo do Poção, é mais complicado ainda.⁸⁸

No período da cheia é bem melhor. Porque na cheia não fica como tá essa água, sem condições de você tomar banho, de fazer nada. Lá em casa eu só lavo roupa dia de domingo. Eu vou lá pro rio. Saio de casa cinco e meia da manhã para aproveitar o sol frio, aí é assim que eu lavo roupa, porque aqui não tem condições, não. Nem lavar louça, é meu esposo que traz água todo dia pra eu lavar louça. Pra beber e pra fazer comida ele pega lá na Ceasa. Pois é, o ruim da seca é isso. Mas na cheia não, a água é corrente

⁸⁸ José Raimundo, 30 anos, casado, piloto de voadeira. Entrevista concedida em: 13/11/2012.

dá pra você lavar roupa, só não dá pra beber, porque mesmo na cheia a gente não bebe água daqui.⁸⁹

Alencar (2009) apresenta relevante análise acerca do desafio que representa a realização de pesquisa sobre a história dos moradores da Região Amazônica, destaca que a maior dificuldade relaciona-se com a profundidade da memória social, não apenas para resgatar em suas memórias sobre eventos passados, mas também para situá-los cronologicamente. Argumenta ainda, que a razão para esta dificuldade estaria relacionada com o próprio modo de vida dessas populações, no que diz respeito à falta de referências materiais e, principalmente à frequente migração das famílias. Este último caso, seria encarado como consequência de mudanças ocorridas no sistema produtivo-econômico ou problemas de caráter fundiário, além das modificações no próprio ambiente biofísico. E destaca ainda que:

(...) Nesse contexto, o fator ambiental possui um papel importante devido às variações sazonais expressas nas cheias e vazantes dos rios, e as mudanças que ocorrem na paisagem física causadas pela terra caída e pela formação de novas terras (como praias e ilhas) que alteram a configuração da paisagem física, mudam o curso dos rios, formam paranás, e também formam ou destroem lagos. A relação dos grupos humanos com esse tipo de ambiente é marcada pelas estratégias que adotam para explorar os recursos naturais disponíveis e garantir sua subsistência. Alguns fatores sociais também tiveram um papel importante nesse processo, destacando-se os laços sociais e de parentesco; o sistema de produção econômica; as estratégias econômicas e as redes de comercialização; a forma de ocupação e controle do território e dos recursos naturais; a problemática da posse e da propriedade da terra, a presença ou não do Estado, dentre outros (...). (ALENCAR, 2009, p. 184)

Lima (1999) observa que no modo de vida do caboclo existe o privilegiar do tempo presente e o desinteresse pelo futuro e pelo passado. As constantes modificações ambientais e a frequência com que a população muda de assentamento, resulta na perda de vínculos e referências, na ruptura dos laços de parentesco relacionada com a migração das pessoas mais velhas para as áreas urbanas compromete a reconstrução da memória social através dos depoimentos desses sujeitos – amnésia histórica. Fato que também está relacionado com descontinuidade das redes de relacionamentos pessoais em função expulsão das famílias do lugar de assentamento por conta de modificações geomorfológicas.

Ademais as inundações anuais dificultam o planejamento agrícola tornando o futuro econômico incerto, portanto, menos relevante. Desse modo gerações ascendentes são raramente recordadas, enquanto que os laços horizontais são

⁸⁹ Eliana Martins da Silva, 30 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 07/11/2012.

valorizados e estendidos. Neste contexto, dada a ênfase social ao presente, a memória coletiva não representa uma referência para a construção da identidade cabocla (LIMA e ALENCAR, 1996).

No lago do Catalão o fluxo dos que vão morar em Manaus e daqueles que retornam à vida junto ao grupo familiar na comunidade é constante. Naquela localidade, geralmente, estes grupos estão organizados numa espécie de clã, que, para a maioria dos interlocutores tem objetivo de proporcionar maior aproximação que leve ao auxílio colaborativo entre os seus membros, ou mesmo quando esta não é destacada como função principal, atribui-se a busca por algum tipo de referência familiar.

(...) O Catalão pra mim é o paraíso, porque aqui eu vivo independente, vivo aqui despreocupado. Tenho meus meios de transporte e instrumentos de trabalho. E, principalmente, meus filhos, com as famílias, todo mundo reunido aqui. Pra mim não tem outro lugar melhor. Pra mim, a melhor coisa da minha vida foi me casar ter e vindo morar aqui no Lago do Catalão.⁹⁰

Meus pais são separados, mas mesmo assim moramos todos aqui perto um do outro, pra tu ver, o primeiro flutuante é do papai, esses outros dois é dos meus irmãos, aí o próximo é o da minha mãe, e aqui o meu. Aqui moro com o meu filho que tem 27 anos.⁹¹

O Zé tem família e mora em Manaus. A Sandra também mora lá. Dos meus filhos, só mora comigo aqui no Catalão a Marta, a Eunice e o Lailton. A Eunice tem quatro filhos e mora bem ao lado do meu flutuante com o marido dela. O Lailton, meu filho mais velho, também mora ao lado com o flutuantezinho dele. Hoje são 15 pessoas que mora lá.⁹²

Nota-se, portanto, que de maior interesse para este estudo sobre a comunidade do Lago do Catalão é de promover um entendimento de como a sociedade cabocla tem se transformado em virtude dos tipos específicos de relações sociais mantidas entre uma economia de enclave e estruturas remotas. De modo que, buscou-se se dar atenção às questões que Stephen Nugent aponta acerca do emaranhado de ambiguidades e contradições que dizem respeito às origens das populações caboclas amazônicas e a dificuldade no processo de autoidentificação dessas populações.

Na mesma medida também se buscou suporte na interpretação de Mark Harris, quando aposta nos resultados de pesquisas inovadoras, as quais criticam etnografias produzidas a partir de modelos clássicos para explicar a construção da Amazônia. O argumento se concentra na capacidade dessa população cabocla em

⁹⁰ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

⁹¹ Dona Sabá, 53 anos, viúva, comerciante. Entrevista concedida em: 05/11/2012.

⁹² Dona Artemiza, 60 anos, casada, pescadora. Entrevista concedida em: 31/07/2012.

se adaptar com sucesso às mudanças e que as características da mudança, da auto-imagem, da recuperabilidade e das oportunidades não são simples técnicas de sobrevivência, mas elementos construtivos das identidades sociais.

Enquanto o catalãoense não é atingido diretamente pelo que Almeida (2012) define como política de “reorganização de espaços e territórios”, assiste acontecimentos com as comunidades vizinhas. Em seguida, traduz em uma expectativa de quem se imagina poderá ser o próximo. Tomemos como exemplo a possibilidade de remoção da comunidade vizinha “Vila da Felicidade”, mencionada no primeiro capítulo, por ocasião da construção de um novo Porto, da antiga Companhia Siderúrgica do Amazonas - Siderama. Na “Vila da Felicidade”, atualmente, vivem alguns parentes de moradores da Comunidade do Lago do Catalão.

As duas citações mencionadas abaixo fazem referência à ilha de Marapatá localizada à frente de Manaus, onde havia instalada em sua cercania uma comunidade numerosa que recebia o mesmo nome da ilha. De acordo com relatos dos meus interlocutores, essa população também habitava casas flutuantes. A remoção dos moradores da comunidade do Marapatá em função da instalação da Zona Franca de Manaus é fornecida pelo catalãoense como exemplo e reflete a preocupação sobre o que pode ocorrer com a Comunidade Nossa Senhora do Lago do Catalão.

Na volta encontrou João Ramalho, o português que virou índio e “deu uma chegadinha até a boca do rio Negro para buscar a consciência deixada na ilha de Marapatá”. Não a encontrou. ‘Então o herói pegou na consciência dum hispano-americano, botou na cabeça e se deu bem da mesma forma’. Quem sabe se nossos irmãos da América do Sul também não passem por Marapatá e assim vamos trocando consciências.⁹³ (TURINO, 2005, p. 237)

Será estudada a adaptabilidade da ilha de Marapatá, em frente a Manaus, como área complementar da zona franca, reservada a certos produtos que possam nela ser depositados, para fins de beneficiamento, sem possibilidade de deterioração que lhes diminuam o valor comercial. (BRASIL, 1957)⁹⁴

A circunstância apresentada acima nos remete para a exposição contida em Almeida (2012). Segundo sua análise está havendo uma reconceituação de território, marcada por novos critérios de classificação. Esses critérios são

⁹³ O autor elabora a crônica a partir de uma passagem do romance modernista Macunaíma, de 1928, escrito por Mário de Andrade.

⁹⁴ Parágrafo segundo da Lei n.º 3173, de 6 de junho de 1957, referente a criação da Zona Franca de Manaus. Essa Lei foi revogada pelo Decreto de Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967.

incorporados nas ações governamentais recentes numa espécie de reelaboração do quadro ecológico, priorizando biomas e ecossistemas, e submetendo a dimensão social para segundo plano. Destaca ainda que, normas jurídicas de garantia dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais estão sendo flexibilizadas com o propósito de atender as demandas progressivas de um crescimento econômico. E acrescenta:

A Amazônia consiste num *locus* privilegiado para se observarem, empiricamente, tais transformações. Aí não se veem muralhas nem foram erguidos “guetos”, mas se sente, com todo vigor, a força das pressões de políticas que articulam a ação governamental, objetivando uma “organização hierarquizada dos territórios”. Essa ação tem sido rápida, com objetivos de curtíssimo prazo, que exigem prontos resultados (hidrelétricas, gasodutos, minerodutos, hidrovias, rodovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia), cujos efeitos referem-se a acidulados debates jurídicos e à intensificação de conflitos sociais. (ALMEIDA, 2012, p. 67)

O site de notícias *Amazonas 24h*, consultado no dia 18 de junho de 2013, apresenta matéria da categoria de meio ambiente com o seguinte título: “*Operação orla do Rio Negro para retirada dos flutuantes*”. O conteúdo informa que cinco secretarias e órgãos da administração municipal estarão cumprindo ordem judicial para retirada de flutuantes instalados à margem da orla do Rio Negro. A notícia ainda esclarece que a decisão emitida pelo juiz da Vara do Meio Ambiente foi emitida em 2004 por ocasião da Ação Civil Pública Ambiental movida contra a Prefeitura de Manaus, no ano de 2000, sob o argumento que a permanência dos flutuantes ao longo da orla em frente a Manaus (margem esquerda do Rio Negro) geraria “poluição hídrica e visual”.

Em ocasiões anteriores foram investidas operações com o mesmo propósito, porém sem êxito na retirada dessas populações do local, como foi o caso da chamada “Limpa Orla” – houver resistência para deixar o local e, posteriormente, muitas famílias que haviam saído acabaram retornando. Foi somente a partir de 2010 que ações conjuntas e sistematizadas passaram a ser discutidas para se colocar em prática o que determina a decisão. A matéria destaca ainda que, o Juiz considera que além de “fonte de poluição”, o efeito visual que estas moradias promovem representa um “insulto estético”, o que o leva afirmar que algumas unidades são “cloacas flutuantes”. Ademais, seriam dutos de nefastas como a exploração da prostituição infantil, tráfico de drogas, além de um perigo ao tráfego naval.

Entre os interlocutores, notou-se em determinadas ocasiões a preocupação quanto a serem retirados do Lago do Catalão. Geralmente utilizam a problemática do destino do lixo doméstico provocado pelo aumento da população local para sustentar que este seria um bom pretexto para retirá-los. Podemos observar essa ênfase através das declarações a seguir:

O lixo hoje é um dos grandes problemas que a comunidade enfrenta, porque nos não temos coletores. A maioria a gente queima. Outros como, latas e vidros acabam sendo jogados no rio porque tem gente que não tem condução para atravessar [e deixar o lixo em Manaus]. Tem gente que tem consciência e leva o seu lixo pra Ceasa. A gente precisa de pelo menos dois garis, pois além de gerar dois novos empregos vai melhorar a qualidade da nossa água. Se a prefeitura não der pra gente, vai ser o jeito a comunidade se organizar pra pagar. Nós já fizemos uma gincana ambiental com o apoio da Petrobrás e retiramos 300 sacos com lixo dos igapós. E aí o pessoal questiona: todo esse lixo é do Catalão? Sim, uma parte, porque nós moramos aqui na frente de Manaus e as vezes quando dá uma chuva grande o lixo desse bairros próximos, desce pro rio vem parar aqui. De primeiro a gente tomava água do Rio Negro, hoje tem não condições, ninguém toma mais água daí por causa do lixo. E também porque a população da comunidade cresceu muito e aí apareceu outro grande problema que são os dejetos que são despejados no rio e no período da seca o problema é bem pior.⁹⁵

Hoje eu vejo que o que piorou é que tem muito lixo que eu vejo. A cada período de seca tá mais complicado pra gente. Antigamente não ficava assim. Secava, mas não era tanto assim. As pessoas aqui não tem consciência. Elas acham que isso aqui nunca vai acabar, jogam lixo no rio, e eu não concordo com isso.⁹⁶

Embora, na atualidade a problemática do lixo, mencionada na fala dos interlocutores, não seja definida como um conflito, não se descarta a possibilidade de em ocasião futura se constituir. Todavia, de maior relevância é notar o modo como questões desta natureza vem sendo interpretadas, tomando-se como base a decisão judicial no caso das comunidades ribeirinhas no entorno da cidade de Manaus. Observa-se que tal interpretação é batante arraigada no tratamento ideológico que cria uma assimetria, onde o sistema natural se sobrepõe ao sistema social, ocasionando a invisibilidade das populações habitantes da região.

Isso nos remete ainda a ideia da Amazônia caracterizada como exótica e a-histórica, o que Stephen Nugent denominou de distopia, referindo-se a uma sociedade imaginária onde tudo é ruim. A interpretação é movida por um determinismo ambiental que não enfatiza uma integridade social ou cultural em favor

⁹⁵ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

⁹⁶ Eliana Martins da Silva, 30 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 07/11/2012.

de sua dependência em relação ao meio ambiente como sua estrutura fundamental - passividade relativa em relação ao meio ambiente.

As constatações até aqui devem se voltar ao posicionamento de Viveiros de Castro (2011) quanto à mudança no rumo analítico dos estudos antropológicos sobre a Amazônia ter adquirido a capacidade de articular cosmologia e história, etnicidade e ritual, economia política e análise simbólica. Os motivos foram às transformações históricas objetivas como é o caso da incorporação maciça da região, a partir da década de 70, à economia mundial.

Nesse aspecto, a crítica contemporânea provocou uma crise conceitual que atingiu inclusive a noção antropológica de sociedade com fim do colonialismo político formal e a aceleração dos fluxos econômicos e culturais. Instalou-se uma crise histórica que interferiu na percepção social ocidental, uma crise cultural, na qual o objeto ideal da antropologia, a “sociedade primitiva” dissolveu-se graças à falência da noção de “sociedade moderna” que lhe servia de contramodelo.

A citação abaixo fornece uma significativa interpretação sobre nova concepção de sociedade:

Se é possível definir uma orientação predominante na antropologia contemporânea (Ortner 1984), esta consiste no abandono de concepções estruturais da sociedade em favor de pragmáticas da agência social capazes de “promover uma recuperação do sujeito sem cair no subjetivismo” (Giddens 1979 : 44). (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 314)

Diante das apresentações expostas nos dois capítulos iniciais desta dissertação, chega-se a última etapa, o terceiro capítulo, que corresponde uma composição promovida pela análise e interpretações procedentes sobre o material produzido. Neste sentido, é indubitável, que o objetivo primordial são as revelações que emergem dessa espécie de amálgama figurativa que se processa por intermédio da articulação das informações.

3 AMÁLGAMA DE INTERPRETAÇÕES: REVELAÇÕES DA DINÂMICA LOCAL

Ao atingirmos a terceira e última etapa deste estudo configura-se pertinente e indispensável promovermos reflexões voltadas a “aproximação”, propondo mantê-la em posição central como condição da Antropologia contemporânea considerando que seu efeito transformador tem agido diretamente sobre o objeto de estudo desta disciplina de modo a permitir a institucionalização de novos paradigmas dentro dela. Assim, será necessário ainda considerar, inexoravelmente, a relação indissociável existente entre esta variável e as particularidades significativas predominantes nas “antropologias periféricas”, mencionando Cardoso de Oliveira (2006), diante do que o autor destaca nesta categoria a singularidade que transforma em objeto quase exclusivo, referindo-se aos contextos socioculturais das regiões da América Latina, como é caso da Amazônia.

O escopo para esta proposição se encontra no modelo organizativo da Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão, o qual se reproduz por intermédio do tipo de relação que aquela população estabelece, principalmente, com o ambiente urbano, a cidade de Manaus. A manutenção de um fluxo contínuo entre campo e cidade é garantida com o acesso aos meios de transporte particulares, bem como pela prestação de serviços de transporte por embarcações presentes no Porto da Ceasa. Essa relação, especificamente, alimenta uma rede de contatos que favorece o trânsito de informações, especialmente, sobre oportunidades de empregos e outras fontes geradoras de renda na cidade. Já que estamos tratando de um processo que reflete na formação identitária de um grupo social, antes de prosseguirmos, julga-se sensato uma passagem pelos esclarecimentos contidos em:

Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais (...).Diríamos que o progressivo crescimento diferenciado da malha urbana é acompanhado por um movimento concomitante de surgimento de novos segmentos sociais, gerados pelo processo político, econômico e cultural no interior das metrópoles. Deste modo, o famoso mito do anonimato das cidades é colocado em questão. Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro da urbe onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. Somos habitantes desta confusa rede metropolitana, mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há lugares de passagem, há os de permanência, há também os horários convenientes e os espaços completamente proibidos ou vetados. (HAESBAERT, 2011, p. 93-94)

Ao oferecermos este entendimento introdutório e indicarmos como se pretende conduzir esta etapa do debate, analisando o modo de vida do catalãoense, buscando demonstrar características marcantes da relação que transforma as práticas sociais, nota-se que, em certa medida, podemos adicionar parte da compreensão de Wagley (1953) quando descreve que a introdução de novos elementos, após serem aceitos como inovações, são incorporados à cultura e sofrem resignificados. Na mesma medida, podemos aceitar sua compreensão que é a cultura que determina os fins para o qual os homens fazem uso de sua tecnologia, e é o sistema social que determina a organização do trabalho e da distribuição dos produtos (WAGLEY, 1953, p. 19).

Ademais para Wagley (1953) o ambiente físico na Amazônia é um fator transponível entre vários que determinam o ajuste final do homem. Assim, em se tratando de comportamento, a racionalidade não atua sempre no sentido de manter uma vantagem absoluta. Dessa forma, cada cultura constrói o conceito de vantagem a partir de seus valores particulares. Neste sentido, se empreendermos uma espécie análise do ponto de vista do catalãoense em relação ao Rio Negro como condicionante natural, atingiríamos, pelo menos, duas conclusões alternativas.

De certa forma, o Rio Negro ao ser encarado como obstáculo transponível, em termos comparativos quanto ao seu efeito, representaria para o catalãoense o mesmo que um engarrafamento de carros é para o morador citadino que não consegue evitá-lo na sua rotina diária. Por outro lado, o Rio Negro poderá ser percebido como mecanismo de segurança permanente em relação à ação de malfeitores contra o patrimônio particular, uma vez que é fato a exigência de um meio específico de transporte para se chegar e transitar no local, o que diminui consideravelmente esse tipo de ocorrência indesejável. Neste caso, devemos lembrar que as narrativas apontam para a segurança como uma das principais vantagens de se viver na comunidade.

Retornando ao ponto em que tratávamos sobre “aproximação” em relação à comunidade do Lago do Catalão, obviamente, não nos referimos apenas ao sentido geográfico do termo, mas ao contato que transforma a relação na comunidade. Nesse aspecto, percebe-se que alguns membros notam o Lago do Catalão como uma espécie de “bairro” de Manaus, o que nos remete à noção de pertencimento e semelhança. Isso exprime uma proximidade que afasta daquela população a característica de exotismo a que se tem notícia na literatura antropológica sobre

sociedades caboclas do final de 1960 e início de 1970. De fato o que se percebe é que o termo “catalãoense” serve para fazer referência ao grupo em que se exerce algum tipo de participação, organizado em espaço geográfico específico.

A circunstância mencionada acima, nos remete a quatro questões que são essenciais para uma compreensão de como se procede a identificação no caso do catalãoense. A primeira, diz respeito ao agrupamento de pessoas produzido pelo efeito do sentimento de pertença de acordo com Castells (2002), de modo que essas organizações comunais se envolvem em mobilização social voltada para defesa de interesse comum. O segundo ponto, se relaciona com o fato de que não há cultura cabocla no sentido ontológico, conforme afirmado por Harris (2006). Em terceiro lugar, Lima (1992, 1999 **apud** HARRIS, 2006) é quem nos fornece, ao descrever que o contexto de cada conjuntura histórica forma uma nova configuração de discursos e gera nova inteligibilidade que supera as distinções entre modernidade e tradição, o interno e o externo, e o local e o global. Por último, acrescentaríamos as relevantes considerações de Haesbaert (2011) em relação às marcas da identidade metropolitana, que notamos possuir bastante aderência ao contexto que estamos esboçando:

(...) a quebra do servilismo feudal que obrigava o camponês a permanecer nos estritos limites de seu feudo impôs para a cidade moderna a figuração da liberdade pela qual ela teria sido gerada (...). Na verdade, esses circuitos não são completamente exclusivos de um grupo ou classe; existem na moderna Babel espaços de convivência permitida. Ao se apresentar aí, no entanto, cada grupo o faz segundo seus signos de referência, que são, ao mesmo tempo, excludentes dos demais, de tal modo que seria possível imaginar o estabelecimento de matrizes interconectadas que associam códigos sociais a determinados territórios urbanos. Nem só em guetos, portanto, cria-se segmentação. Mesmo dispersos em determinada área geográfica e sem conotação explícita de segregação, podem-se formar grupos identitários na metrópole. Vivendo sob determinados signos como o vestuário, o código verbal, as aspirações sociais, etc, são, em geral, grupos que detêm algum tipo de privilégio social e, portanto, não necessariamente restringem seu confinamento a determinados sítios espaciais. Seus atributos permitem não só uma controlada e relativa dispersão espacial, como também indicam que esta dispersão constitui a própria afirmação de seu prestígio. (HAESBAERT, 2011, p. 94-95)

Ao nos referirmos ao fluxo, não se deve voltar toda a ênfase ao trânsito do catalãoense na cidade, é necessário observar que o deslocamento em sentido contrário é uma realidade. Lembramos que as professoras moram na capital e diariamente vão à comunidade para trabalhar; alguns pescadores que são proprietários de embarcações e as deixam guardadas no local; turistas que visitam o

“encontro das águas”; e moradores, principalmente, dos bairros periféricos de Manaus localizados à margem do Rio Negro, como o caso do bairro Mauzinho.

Neste contexto, demonstra-se significativo recorrermos à visão que Hannerz (1999) nos oferece sobre fenômeno da globalização em relação aos estudos antropológicos, considerando que, dois aspectos relevantes contidos em sua explicação vêm ao encontro do que acabamos de observar sobre o fluxo na comunidade do Lago do Catalão. Assim, o primeiro aspecto é o da noção de “fluxo”, que emprega na sua percepção sobre os processos que se desenvolvem no espaço e no tempo. Enquanto o segundo corresponde a sua proposição de que o trabalho etnográfico diante das condições atuais do mundo, deve estar voltado para o fato de que uma boa parcela da população mundial encontra-se envolvida em vários tipos de mobilidade geográfica.

Ademais, devemos levar em conta o significado que o autor atribui ao termo globalização representando-o por uma interconectividade que não é restrita ao sentido econômico. Neste sentido, completa seu entendimento expondo que:

(...) Creio que depois que as implicações gerais tenham sido exploradas, a globalização será de alguma forma normalizada: ela não será necessariamente o problema central por muito tempo. Quando as pessoas escolherem os tipos de unidades com as quais trabalharão seus projetos, torna-se-á talvez evidente para elas que o mundo é uma mistura de relações locais e de longa distância, e isso será percebido nas diferentes camadas da vida social com as quais trabalharão. Mas elas não farão muito barulho em torno disso, e o contraste entre ‘global e o local’ também não será tomado como uma evidência. Quero dizer com isso que, no futuro, veremos uma maior variedade de tipos de unidades a serem estudadas: algumas locais, outras combinando relações de diferente alcance e, talvez, algumas que envolvam majoritariamente conexões de longa distância (...). (HANNERZ, 1999, p. 155)

Considerando ainda que os limites entre cidade e a zona rural são bastante fluídos, e o movimento entre eles é bastante intenso. As pessoas vem e vão para vender sua produção, encontrar trabalho temporário na cidade, ou frequentar a escola (especialmente os adolescentes, já que as escolas secundárias são raras nas comunidades). Para Parker (1985), “as comunidades caboclas podem ser caracterizadas por um gradiente de integração à vida socioeconômica regional”. (ADAMS, 2002, p. 88). Isso nos remete ao que Harris (2006) definiu como características-chaves, referindo-se a resiliência e flexibilidade, dessas populações da Amazônia.

Os pontos chaves para nossa questão se verifica, basicamente, na ideia de projetos e variedade dos tipos de unidades as quais as pessoas participam.

Enquanto a ideia de um “gradiente” proposta em Parker (1985) tomaríamos emprestada para relacionar com contraste, cada vez menos evidente, nas relações locais e de longa distância principalmente quando voltamos nosso olhar ao caso da Comunidade do Lago do Catalão.

Assim, para nossa análise, caberia acrescentarmos ainda o que Nugent (1981) afirma quanto às mudanças significativas por que passam os sistemas sociais da Amazônia como resultado, entre outras causas, da expansão do comércio e do sistema rodoviário. Adicionalmente, interpretaríamos tais mudanças como resultado daquilo que Castells (2011) chamaria de “revolução tecnológica”, ao se referir à expansão da tecnologia da informação que introduz novas práticas e altera a experiência social no tempo e no espaço. Ademais, de efeito mais revelador deve-se considerar a passagem a seguir:

Assim, dentro do ecúmeno global, existem muitas formas novas de vida, como nos ensinaram Hannerz e outros: formas sincréticas, translocais, multiculturais e neotradicionais, em grande parte desconhecidas de uma antropologia demasiadamente tradicional. Do mesmo modo, as técnicas para se compreender as culturas classicamente estudadas pela antropologia não possuem uma relevância eterna. À luz das transformações históricas globais, a crítica pós-modernista da etnografia tem uma certa pertinência. Mas seu corolário não é o fim da “cultura”, e sim que a “cultura” assumiu uma variedade de novas configurações, e que nela agora cabe uma porção de coisas que escapam ao nosso sempre demasiado lento entendimento. Em lugar de celebrar (ou lamentar) a morte da “cultura”, portanto, a antropologia deveria aproveitar a oportunidade para se inovar, descobrindo padrões inéditos de cultura humana. A história dos últimos três ou quatro séculos, em que se formaram outros modos de vida humanos — toda uma outra diversidade cultural —, abre-nos uma perspectiva quase equivalente à descoberta de vida em outro planeta. (SAHLINS, 1997, p. 58).

Outra observação que chama atenção concentra-se no fato de serem raras as circunstâncias em que se procede autoidentificação de “caboclo” por parte do catalãoense. As poucas ocorrências em que se testemunhou esta forma de tratamento foi apenas para destacar o ambiente rural como local de nascimento e não, necessariamente, para reforçar uma distinção ao modo de vida ou a identidade local.

Principalmente entre os mais velhos, se considera “caboclo” por nascido em determinado município de zona rural, ao mesmo tempo em que se é catalãoense em função do grupo que participa. Entre os jovens percebe-se que a autoidentificação é prioritariamente com base no termo catalãoense. No entanto, não há subsídios suficientes para afirmarmos que esta opção entre os jovens corresponde a uma estratégia a fim de evitar a referência relacional depreciativa que o termo caboclo

remete no sentido de desqualificar o habitante rural percebido como rústico em relação à elite cidadina.

Neste sentido, devemos destacar outra característica do catalãoense relacionada a importância que o atribui ao trabalho assalariado, com isso, é cada vez mais eminente a preocupação com a educação formal, entendida como mecanismo de acesso às melhores oportunidades de emprego. Dessa forma, permeia na atmosfera local a consciência que para manter um meio de subsistência a solução vem da cidade, devido às poucas fontes de renda existentes na comunidade. Assim, se forma a convicção de que é fundamental cumprir alguns requisitos de qualificação a fim de lograr êxito, de tal maneira que se concentram esforços no sentido de direcionar os mais jovens para uma formação profissional - uma perspectiva capitalista de mercado de trabalho comum às regiões metropolitanas.

Assim, ao empreendermos uma interpretação acerca da característica acima mencionada devemos antes reproduzir elementos importantes das visões de Harris (2006) e Fraxe (2004), respectivamente. Do primeiro discurso, deve-se considerar o que este autor comenta sobre a incongruência que é tentativa de conservar uma identidade do ribeirinho amazônico a partir do estabelecimento de uma fronteira e que o modo de ser deste na história encontra-se vinculado às condições estruturais econômicas e às disposições ideológicas. Assim, a disposição ideológica dessas populações é caracterizada pela abertura a influências externas que orientam para o presente, a fim de satisfazer as demandas rapidamente. Já no segundo caso, o que se deve extrair está na afirmação de que esses grupos sociais, atualmente, se definem por “nexos de informação”.

Vale salientar que a respeito da sociedade contemporânea podemos localizar em Augé (2010) explicação quanto à questão da “aproximação” que propomos abordar desde o início deste capítulo. Este esclarece que não é que a Antropologia tenha cansado do exótico que por muito tempo foi característica comum à alteridade em seus campos de pesquisa e com isso tenha se voltado para temas mais familiares. Trata-se, segundo o autor, de três transformações do mundo contemporâneo, que estão relacionadas a três aspectos, a saber: o tempo; o espaço; e o indivíduo (ego).

Sem dúvida, deixar de tratar cada um desses aspectos, ainda que de maneira breve, criaria uma grande lacuna para o entendimento sobre a análise de Augé

(2010) o qual se demonstra de extrema conexão com a perspectiva sob a qual buscamos discutir até o momento os estudos antropológicos mais recentes sobre as populações ribeirinhas amazônicas.

Com essa compreensão, iniciamos a exposição pela percepção e o uso que se faz do tempo nos dias atuais que na análise de alguns intelectuais, não se pode entender o tempo como princípio de inteligibilidade. Isso porque a ideia de progresso se esvaiu diante várias ocorrências, entre elas muitas atrocidades das guerras mundiais, que provocaram um progresso moral da humanidade, representado a derrocada das grandes narrativas e dos sistemas de interpretação que procuravam justificar uma evolução da humanidade, e que inspiravam alguns sistemas políticos.

No entanto, do ponto de vista de Augé (2010) vivemos em uma fase de superabundância de fatos históricos que provocam o que o autor chama de “aceleração” da história a qual se pode notar graças a superabundância da informação, além das interdependências que constituem o sistema-mundo de hoje. Assim, esta superabundância factual do mundo contemporâneo corresponderia uma situação de “supermodernidade” instaurada sob a figura do excesso de tempo. Isso sinalizaria a razão para a dificuldade que temos hoje de pensar o tempo, e não, necessariamente a derrocada de uma ideia de progresso.

Com relação ao espaço, a figura de excesso o atinge com as mudanças significativas de escalas que nos permitiria fazer uso de uma figura de linguagem denominada fase de “encolhimento do planeta”. Isso se expressa pela multiplicação das referências energéticas e imaginárias, e nas espetaculares acelerações dos meios de transporte. Como resultado, o que se percebe são as significativas alterações físicas que o autor chama de “não lugares”, caracterizadas por concentrações urbanas e migrações populacionais. Os não lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou grandes centros comerciais (AUGÉ, 2010, p. 36).

A terceira figura de excesso que para o autor corresponde à individualização das referências, consiste no fato do indivíduo perceber-se no centro de todas as questões. Assim, passa a interpretar por e para si mesmo as informações que chegam a ele.

Apresentar esses componentes da “supermodernidade” faz sentido à medida que estes precedem o entendimento para “lugar antropológico” como construção

concreta e simbólica do espaço a que se designa como lugar, portanto, este torna-se simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa. Neste sentido, fazer adesão à ideia por trás do termo contribui com a análise que podemos realizar sobre o processo identitário e relacional do catalãoense, cujo indicativo notamos nos trechos de depoimentos a seguir:

Eu sou caboco daqui (grifo nosso). Antes eu morava em Tefé e de lá vim morar em Manaus, onde conheci a Raimunda, minha esposa. Aí eu passei uma fase ruim de saúde e **chamei ela pra vim morar aqui no Catalão (grifo nosso)**, nós tínhamos um filhinho de um mês, o Frank.⁹⁷

Eu tenho maior orgulho de ser catalãoense (grifo nosso), eu amo esse lugar. Aqui é como se fosse um bairro de Manaus, porque a gente mora mais perto de Manaus do que do Iranduba.⁹⁸

Nota-se que, quando seu Mauro Coelho afirma ser caboclo nascido no “Catalão”, busca dar ênfase ao fato de haver nascido na área rural e, não, que deseje requerer uma legitimidade de ser catalãoense por uma precedência natal. Já o caso de D. Raimunda Viana, utilizamos para demonstrar que se pode tomar para si a identidade “catalãoense” mesmo não havendo nascido naquele espaço geográfico.

Nugent (2006) nos apresenta uma leitura reveladora acerca dos critérios de inclusão no processo de composição identitária. Para tanto, argumenta que não se é amazônida pela preferência por uma determinada fruta regional ou pelo gosto de um ritmo musical produzido localmente. Seguindo o mesmo propósito, afirma que neste caso é de pouca importância citar antecedentes culturais extra-amazônicos, e para demonstrar isso descreve que “ser de Itaituba é ser amazônida, quer sua mãe venha de Paris ou Rabat”. Assim, diante da existência de diversas versões oficiais da Amazônia, a *amazonidade* se confirma não por qualificações formais, mas por aquelas conferidas por ser um agente ativo num campo social em movimento. (NUGENT, 2006, p. 43)

Assim, sinaliza-se procedente tomarmos como modelo ilustrativo nessa questão da qualificação como agente ativo o caso de Dona Raimunda Viana, presidente da Associação da Comunidade do Lago do Catalão. Notemos que a líder comunitária, se reconhece tanto quanto é reconhecida pelos membros da

⁹⁷ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

⁹⁸ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

comunidade por seu envolvimento constante em questões de interesse comunitário. Essa atuação instantaneamente torna-se critério de inclusão quando Dona Raimunda, mesmo tendo nascido na região do Juruá, se autoidentifica Catalãoense ao declarar “*eu tenho maior orgulho de ser catalãoense, eu amo esse lugar*”. Neste aspecto, o que aparentemente seria visto em primeira instância como uma maneira contraditória, se revela, na verdade, uma questão de resiliência. Assim, destaca-se que:

(...) As muitas diversidades de formas de amazoneidade – de possibilidades caboclas – são uma proteção contra a tendência de reificação de uma categoria estereotipada e intermediária de caboclo, residindo vagamente entre o índio precariamente situado e o cidadão plenamente modernizado do futuro. (NUGENT, 2006, p. 43)

Na mesma direção desse entendimento deve-se considerar o que Lima (1992, 1999 **apud** HARRIS, 2006) nos trás de reflexão ao afirmar que não há uma identidade cabocla estabelecida a partir de uma fronteira interétnica que permita separar o modo de vida caboclo de outro modo de vida. Acrescente-se a esta interpretação, a análise de Harris (2006) quando atribui ao modo de ser no tempo desses grupos sociais o sentido de conceber o mundo para ser “assumido e negociado” - um modo de ser na história vinculado às condições estruturais e econômicas e às disposições ideológicas, ao qual se opõem aspectos de não-reificação como a imigração, os ciclos econômicos e o fluxo ambiental.

Assim, ainda segundo Augé (2010), as regras gerais que permeiam o modo de habitar um determinado local constituem um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições que são simultaneamente de caráter espacial e social. Dessa maneira, o local de nascimento poder ser considerado substância de composição da identidade individual. Por outro lado, tomando emprestada a interpretação de Michel de Certeau, quanto ao aspecto relacional, o autor busca explicar que num mesmo lugar podem coexistir elementos distintos, o que não impede pensar nem as relações nem a identidade partilhada. Isso ajuda a compreendermos o modo como o catalãoense se percebe em relação ao morador citadino, bem como as regras e elementos utilizados no seu processo identitário.

Neste ponto é recomendável que nos inclinemos em outra direção a fim de incluirmos em nossas análises características deveras singulares da organização socioeconômica dos moradores do lago, que dizem respeito à inexistência de produção agrícola e o baixo interesse pela atividade pesqueira como fonte de renda.

Assim, ao empreendermos acesso nesta seara mostra-se pertinente tomarmos as explicações concedidas por Alencar (2005) acerca da caracterização dos processos produtivos das comunidades da várzea.

Segundo a autora, a economia dessas comunidades é baseada na diversificação de atividades como estratégias econômicas que combinam a exploração de diferentes recursos. Quanto à atividade agrícola, afirma que para o morador da várzea esta representa uma atividade com alto nível de incerteza do resultado. Ademais, nos lembra que durante o ano, tanto a agricultura quanto a pescaria sofrem variações da produção, o que reflete no preço do produto, na renda familiar e no consumo doméstico (ALENCAR, 2005, p. 89).

Embora anteriormente se tenha ensaiado a formulação da hipótese que a falta de atividade agrícola como opção da população catalãense se justificaria pelo fato da grande mobilidade dos imóveis residenciais, o que não permitiria uma delimitação de áreas “privadas” definidas através de pontos limítrofes, no período em que a terra é visível - não é que se queira aqui descartar completamente essa possibilidade. Deve-se levar em consideração que, seria necessário aos que desejassem tornar a atividade uma fonte de renda, anualmente, a construção de cercas na área de plantação para impedir o acesso dos búfalos⁹⁹ que são criados nas fazendas da “costa do Catalão”, pois estes animais transitam livremente e com frequência na “boca do Catalão” em busca do capim novo que nasce na margem do rio durante a vazante.

O que se deseja propor, ao se produzir a análise neste caso, é o agrupamento de uma série de razões que levariam a comunidade catalãoense rejeitar a atividade agrícola como fonte de renda. Assim, além dos motivos apresentados acima, também acrescentaria-se o acentuado interesse pelo trabalho assalariado, como garantia de manutenção de uma renda constante, não sujeita às incertezas e variações diante da sazonalidade ambiental.

Essa questão nos sugere migrar para outro ponto de igual relevância para nossa reflexão que diz respeito aos espaços simbólicos que segundo Haesbaert (2011), neles múltiplos “valores simbólicos” se manifestam associados a outros

⁹⁹ Durante o trabalho de campo, algumas vezes, na madrugada, enquanto se trabalhava sobre os dados coletados fui surpreendido pelo barulho vindo da margem do rio. Neste caso o medo era inevitável gerado pela dúvida, uma vez que não era possível identificar de imediato à origem do barulho, em virtude da cor preta do animal e baixa iluminação no local. Passados alguns minutos emergia a lembrança da passagem desses animais pela região.

papéis de natureza mais concreta. Contudo, a qualificação simbólica do território, do espaço cotidiano ao território internacional, materializa-se por determinadas concepções e imagens, que se constituem os signos da memória coletiva nacional, regional ou urbana (HAESBAERT, 2011, p. 85).

Neste contexto, centrando-se na tarefa de fornecer interpretações às características marcantes das práticas sociais, as observações do trabalho de campo mostraram que as famílias no Lago do Catalão têm se organizado numa relação interfamiliar sob um contato bastante específico. Esses grupos se constituem por pequenas unidades familiares, porém não se pode deixar de fora os que preferem se manter isolados e aqueles que estão agrupados sem possuir laços consanguíneos, mas por afinidade e confiança.

Numa relação de interdependência familiar, busca-se sempre um distanciamento de situações conflituosas interna e externamente. Todavia, é importante frisar que não se tem o propósito de apontar uma homogeneidade da comunidade com essa exposição, uma vez que mesmo não declarada, existem divergências na política de liderança local, conforme já foi mencionado.

Constatou-se que na comunidade do Lago do Catalão, num sentido micro, ocorre a ressignificação de espaço em função do que pode ser considerada “área particular”. Esta área estaria limitada apenas a estrutura física construída do imóvel a que se é proprietário. Assim, esse tipo de moradia permite um deslocamento relativamente fácil, o que possibilita afastar-se de uma relação indesejável. Além disso, dificulta uma padronização de referências como, por exemplo, afirmar que uma pessoa mora à sombra de determinada árvore ou algumas casas após a residência de alguém especificamente.

Essa característica também promove maior interrupção do convívio direto pela facilidade com que as famílias podem desligar-se levando consigo todo o patrimônio adquirido para outra região. Da mesma forma deve-se entender que ocorre o vínculo de novos membros.

Entretanto, é fundamental notar que ao interromper o convívio local pelo deslocamento de sua propriedade para outra região não significa, necessariamente, o rompimento definitivo da relação social. Os referenciais de compadrio muito comuns nesses grupos sociais e os laços de parentescos das famílias são mantidos. Embora Alencar (2009) e Lima (1999) apontem para a falta de “profundidade” da memória social provocada pela frequente migração das famílias, seja por ocasião da

busca de melhores condições econômico-produtivas ou pelas modificações geomorfológicas. Nesse aspecto, ambas autoras ao utilizarem esta explicação reforçam a ideia de descontinuidade pela perda de vínculo e referências.

Portanto, ao analisarmos a situação existente no lago do Catalão, demonstra-se temerário aceitarmos na íntegra a proposição das pesquisadoras acima mencionadas. Assim, objetivando estabelecer uma compreensão mais cautelosa, devemos afirmar que a condição de alta rotatividade de migração permeia o modo de vida do ribeirinho, e possui relação com o comportamento que privilegia o presente em detrimento ao passado e ao futuro. No entanto, a “amnésia histórica” não possui relação com a descontinuidade das redes de relacionamentos, que permanecem mesmo depois do distanciamento geográfico.

Dessa forma, uma malha de interconectividade é estabelecida por meio da referência de compadrio ou laços de consanguinidade e o contato é facilitado por instrumentos tecnológicos cada vez mais acessíveis, como internet e telefones celulares, além da rede de transportes. Neste sentido, mesmo que o passado não permeie com tanta veemência o modo de ser do ribeirinho, uma vez que os depositários dessas histórias não participam fisicamente do convívio no espaço geográfico da comunidade, não é possível afirmar perda ou inacessibilidade dessas informações. Assim, tomemos o exemplo da reconstrução da história da formação da comunidade do Lago do Catalão, a qual foi possível através do acesso às narrativas de quem vive, geograficamente, fora da comunidade, como Dona Santa (Virgínia Laura) e Dona Irene.

Dessa forma, não apenas o que acabamos de tratar, bem como tudo mais que dissemos sobre as características do modo de vida catalãense tem total aderência ao conceito de sociedade translocal, evidenciado na seguinte passagem:

Em contraste com as concepções ocidentais sobre sua pequenez, os ilhéus do Pacífico embarcaram em um processo inédito de “ampliação do mundo”. Em lugar de recursos fixos e insuficientes, eles ganharam acesso aos produtos de uma divisão de trabalho internacional, pois seus ‘lares alhures’, na expressão de Hau’ofa, estão unidos por laços de parentesco e por um intercâmbio de pessoal — sem esquecer as comunicações por telefone, fax e correio eletrônico — à ilha natal, que ainda é a base de sua identidade e seu destino. Tampouco é preciso recorrer ao economês ocidental e falar em *remittances* [remessas de dinheiro dos migrantes]. As trocas são bilaterais, são algo semelhante à reciprocidade costumeira entre parentes, mostrando aspectos de um sistema de prestações totais que acrescenta valores sociais determinados às transações⁴. Hau’ofa nos fala do fluxo de objetos e alimentos que seguem de Tonga para Auckland e Honolulu, e do fluxo contrário de dinheiro e de objetos como geladeiras e motores de popa. Entretanto, aquilo que aparece como “remessas” e “pagamentos” é apenas

a dimensão material de uma circulação de pessoas, direitos e cuidados entre as ilhas natais e os lares alhures. As fronteiras internacionais e as distâncias oceânicas que, na concepção ocidental do espaço planetário, significam diferença e isolamento, são atravessadas por um sistema especificamente tonganês de relações sociais e culturais. Os ilhéus de Tonga — bem como os de Samoa, Tuvalu ou das ilhas Cook — vivem em comunidades multilocais de dimensões globais. Eles expandiram seu horizonte e potencialidades culturais de um modo que escapa totalmente à compreensão daquelas teorias economicistas e desenvolvimentistas que postulavam sua insignificância. E afinal de contas, que povo haveria de se conceber a si mesmo como 'remoto'? (SAHLINS, 1997, p. 108)

Entretanto, as narrativas dão conta que nos últimos anos mais famílias tem se instalado na comunidade gerando um aumento considerável no número de habitantes. Neste contexto, uma interpretação bastante interessante é apresentada a seguir:

Em comunidades face-a-face as relações humanas acontecem, e cada dia as pessoas estão sujeitas aos ditames de sua cultura. Em suas comunidades as pessoas de uma região ganham a vida, educam os filhos, vivem em família, formam-se em associações, adoram os seus seres sobrenaturais, tem superstições, medos e tabus, e são motivadas pelos valores e incentivos de sua cultura particular. Na economia da comunidade, religião, política e outros aspectos de uma cultura aparecem inter-relacionados e parte de um sistema de cultura total, como eles são na vida. Todas as comunidades de uma área particular do patrimônio cultural de uma região, e cada um é uma manifestação local das interpretações possíveis de padrões regionais e instituições. (WAGLEY, 1953, p. 22)

Essas narrativas ainda deixam evidente que novas famílias foram chegando e se instalaram junto ao grupo que já vivia no Lago do Catalão sem a exigência do cumprimento a qualquer acordo explícito, determinado por regras anteriormente estabelecidas. O que se percebeu durante o trabalho de campo quanto aos requisitos que encorajaram as famílias a morar no local foi algum tipo de contato estabelecido com algum morador veterano. Todavia, não é possível afirmar a existência de regras gerais, além de laços de parentesco e amizade que parecem ser mais comuns. Na verdade, de maior relevância é reconhecer como o aumento populacional na comunidade do Lago do Catalão tem interferido no modelo organizativo, assim permitindo identificar como a agência social tem atuado em relação às principais reivindicações da comunidade. Em parte podemos notar nos relatos abaixo:

São duas coisas boas que vieram do governo e que melhorou a qualidade de vida da gente: um é o bolsa-família, que é um grande quebra-galho; e outro é o luz-para-todos. Ah mano! Esse luz-para-todos! Isso aí mudou cem por cento a qualidade de vida da gente, foi tudo aquilo que a gente precisava (...). **Nós passamos quatro anos brigando por essa luz (grifo nosso)**, e em 2007 chegou a energia. Foram quatro anos, brigando,

chorando, me humilhando, tudo que estava ao meu alcance e no meu limite eu fiz (...). E hoje é uma das melhores coisas que aconteceu nessa comunidade foi essa luz elétrica. **Hoje é possível, o pessoal estudar à noite (grifo nosso)**, como eu mesma e um bocado de mãe de família que estudam.¹⁰⁰

Nós decidimos assim: vamos fazer um bingão, e teve gente que disse: mas nós não temos condições, eu respondi: **vamos pedir ajuda de empresários que tem por aqui ou que já morou aqui (grifo nosso)** (...). E com o que nós arrecadamos com o bingão, nos compramos todos os materiais necessários para trazer a luz. (...) Aí acertamos: vamos comprar os postes e o restante do material que precisa. Alugamos uma balsa e um empurrador e fomos comprar no Novo Airão, cento e trinta e cinco peças para fazer os postes. (...) em seguida fomos na Prefeitura do Iranduba e na Amazonas Energia, mostrar que nós entramos com a nossa parte. Se a gente fosse esperar iria demorar muito, porque os engenheiros vinham aqui e colocavam dificuldades, diziam que não ia dar pra fazer por causa que alaga e que é perigoso. Então, hoje tem essa energia por causa disso, e isso favoreceu a todo mundo (...).¹⁰¹

Mas ainda faltam muitas coisas pra gente conquistar pra cá (grifo nosso), como por exemplo um posto de saúde, pois hoje nós temos uma agente de saúde, que inclusive é minha nora. Mas o trabalho é só ir uma vez por mês na casa do morador para saber se tem alguém doente. Aqui se a pessoa adoece tem que se virar para ir se tratar em Manaus. De uns tempos pra cá é que começou a vim o médico, uma vez por mês, mas a única medicação que eles trazem é um captopril pra pessoas que já estão cadastradas e que precisam tomar essa medicação. **Na verdade era para gente receber mais ajuda porque quando foi colocado o gasoduto aqui pra Manaus, tem um raio de espaço que atinge aqui o Catalão, e o certo é que as comunidades que foram atingidas devem ter ajuda da Petrobrás (grifo nosso)**.¹⁰²

As explicações de Becker (2009) sobre as mudanças estruturais ocorridas na Amazônia em fins do século XX nos ajudam na reflexão sobre o contexto em que essas populações ribeirinhas se encontram atualmente inseridas. A autora apresenta cinco categorias de mudanças de naturezas distintas que atingiram todas as dimensões da vida regional, a saber: conectividade; estrutura da economia; urbanização; estrutura da sociedade regional; e implantação de uma malha socioambiental. Um dos principais resultados que se deve destacar refere-se ao rompimento da condição de “grande ilha” que recaia sobre a região amazônica, que graças à conectividade passou a se comunicar internamente com o restante do país. No mesmo sentido, acrescenta que a urbanização alterou a estrutura do povoamento, tornando a Amazônia em uma floresta urbanizada. Assim, acrescenta que:

¹⁰⁰ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

¹⁰¹ Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

¹⁰² Seu Mauro Coelho, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

Em fins do século XX, tornam-se acentuadas as feições da globalização, com a interconexão não só da economia e das finanças mas também das arenas políticas nacional e internacional, a redefinição do papel do Estado, a revalorização da natureza, os financiamentos descentralizados, a velocidade acelerada de transformações que, contudo, que não é homogênea, pois depende do acesso às redes, bem como dos atributos do território em termos de potencialidade humana, patrimônio natural e cultural, e iniciativa política. (BECKER, 2009, p. 33)

Neste sentido, também se percebe pelos depoimentos dos interlocutores que estes além de estarem engajados mostram-se cada vez mais conscientes acerca da garantia de seus direitos que organização comunitária lhes possibilita. Além disso, o acesso às informações tem proporcionado conhecer ainda melhor os papéis das instituições, como consequência nota-se maior conscientização política. Com isso podemos afirmar que a interação com as instituições nos centros de poder é cada dia mais frequente. Assim, essas interconexões se estabelecem e se fortalecem pela materialização dos benefícios coletivos alcançados.

Dessa forma, quando inclinamos o olhar de modo a perceber a existência de agência social própria no Lago do Catalão, se torna necessário antes, notar as características apontadas no estudo que Alencar (2005) realizou na região do Alto Solimões em 11 comunidades de quatro municípios e como resultado destaca-se a estreita relação entre a representação política do grupo social e a antiguidade ou pioneirismo da família do representante (ALENCAR, 2005, p. 83). No maior número das comunidades pesquisadas constatou-se que esses cargos representativos são exercidos por patriarcas locais, quando não, por filhos ou netos dos fundadores. Essa condição diverge da situação encontrada no lago do Catalão onde desde que foi fundada a Associação a liderança está a cargo de uma mulher, escolhida muito mais por sua postura pró-ativa de destaque entre os comunitários, que por uma relação de parentesco.

Por outro lado, no Lago do Catalão assemelhasse a necessidade de se promover a escolha do representante que, segundo a autora, é uma exigência das administrações municipais para reconhecer o grupo social. Pela observação da autora acrescenta ainda que, as famílias desprovidas de representação política acabam não estabelecendo contato com os governos municipais e muitas vezes deixam de ser beneficiadas por políticas públicas. Entre os catalãoenses somam-se os exemplos de benefícios obtidos depois da oficialização da organização social, dos casos, o mais emblemático, certamente, se traduz pelo fornecimento de energia elétrica do programa “*luz para todos*”. Mas também devemos acrescentar nessa lista

o programa “bolsa-família”, o seguro-desemprego do período do defeso e até descontos em lojas especializadas para compra de “voadeiras” e motores-de-popa.

Todavia, percebe-se que a maneira como vimos tratando as transformações na comunidade catalãoense converge para uma reflexão diante do pensamento de Ortner (2007) sobre agência social. Assim, antes de chegarmos especificamente na ideia principal de Ortner é necessário frisar inicialmente que a autora lançou mão de trabalhos como *Of Revelation and Revolution* (Jean e J.L. Comaroff, 1991; J.L. e Jean Comaroff, 1997) para chamar atenção às dimensões de complexidade do tema. Exemplo disso é tomado pelos riscos imbricados na discussão da agência, entre os quais se destaca o fato de “desejos e motivações”, ainda que sejam ingredientes da agência, algumas vezes podem se tornar irrelevantes aos resultados.

Vale destacar que as reflexões dessa autora sobre agência humana fazem parte de um projeto intitulado “jogos sérios”, o qual emerge de seus *insights* diante da obra de Pierre Bourdieu denominada *teoria da prática*. Um trabalho cujo pressuposto principal é que a cultura constrói as pessoas como tipos particulares de atores sociais, enquanto sua vivência concreta de práticas variáveis reproduz ou transforma a cultura destes (ORTNER, 2007, p. 45). Neste sentido, Ortner ao tecer suas críticas à obra de Bourdieu chama atenção para o panorama teórico do final da década de 1970 quando foi publicado. Assim relata a existência de três paradigmas bem diferentes entre si, mas com uma característica comum, conforme se observa a seguir:

(...) Contudo, sob outro ponto de vista, todos tinham uma coisa em comum: tratava-se essencialmente de teorias da “coersão”. O comportamento humano era plasmado, moldado, ordenado, definido, etc., por forças e por formações sociais e culturais externas: cultura, estrutura mental, capitalismo (...). Mas uma teoria puramente baseada na coersão, sem considerar nem a agência humana nem os processos que produzem e reproduzem essas coersões – as práticas sociais – parecia cada vez mais problemática. (ORTNER, 2007, p. 20)

É mister frisar que a metáfora “jogos sérios” corresponde a formações culturais e pressupõe atores culturalmente variáveis (e não universais) e subjetivamente complexos (e não predominantemente racionalistas e interessados em si mesmos). Sem a pretensão de substituir uma teoria de processos sociais, se interessa por entender as forças, formações e transformações mais amplas da vida social.

Tentamos esboçar a essência do que Ortner nos oferece a respeito do conceito de agência humana. Obviamente existem muito mais conteúdo que não vem ao caso acrescentarmos, em primeiro lugar porque não nos objetiva desenvolvermos um resumo de material específico; segundo que o propósito foi levantar pontos relevantes que nos permitissem não apenas compreender a complexidade da questão, mas que paralelamente viesse aliar-se à maneira como vimos desenvolvendo a análise interpretativa da Comunidade do Lago do Catalão no que diz respeito as transformações sociais em função de uma agência. Neste sentido, devemos considerar uma importante interpretação encontrada em:

(...) o significado profundo de transformação social não é apenas um rearranjo de instituições, mas implica a transformação da “cultura”, tanto em seu sentido novo-antigo como em seu sentido mais novo. Se tomarmos a cultura no sentido novo-antigo – como os esquemas (politicamente infletidos) por meio dos quais as pessoas vêem o mundo e atuam sobre ele e as subjetividades (politicamente infletidas) por meio das quais as pessoas têm sentimentos (emocionais, viscerais, às vezes violentos) sobre si mesmas e sobre o mundo –, a transformação social implica a ruptura desses esquemas e subjetividades. E, se tomarmos a cultura no sentido mais novo -pública, móvel, viajante –, a transformação social funciona, em parte, por meio da constante produção, contestação e transformação da cultura pública, da mídia e de outras representações de todos os tipos, incorporando e procurando plasmar antigos e novos pensamentos, sentimentos, ideologias. Em ambos os sentidos, então, diremos, parodiando um velho ditado: a transformação social deve ser também transformação cultural, ou não será nada. (ORTNER, 2007, p. 40)

Neste ponto demonstra-se conveniente reclinarmos a atenção, sem perder o foco desse debate, a fim de prestarmos análise a outros pontos tão relevantes que foram mencionados nos capítulos anteriores sobre a comunidade do Lago do Catalão. Assim, ao reintroduzirmos acima a questão do aumento populacional como um aspecto problemático, seguindo o indicativo das narrativas dos interlocutores, convém reativarmos o debate sobre território e territorialidade que se iniciou a partir da preocupação com a grande quantidade de lixo produzida por aquela população. Introdutoriamente, a observação a seguir reforça apoio a nossa proposição:

O mundo da supermodernidade não tem as dimensões exatas daquele no qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Temos que reaprender a pensar o espaço. (AUGÉ, 2010, p. 37)

Embora a problemática instituída pela super-população e a produção elevada de lixo seja percebida apenas como possível ameaça em potencial de conflitos para a população catalãense, muito se pode revelar sobre uma política “higienizante” que Manaus tem adotado em relação às populações que se concentram a sua margem

com o estilo de moradia flutuante. Assim, numa análise primária, pode-se dizer que esse tipo de moradia representa “prejuízo” ao erário público se considerarmos o fato de que seus moradores não geram recursos monetários, pois não são obrigados a recolher em favor dos cofres públicos algum tipo de imposto que possa, posteriormente, subsidiar a implementação de políticas de controle, recuperação e prevenção ambiental.

Nos casos mencionados no capítulo anterior, referentes a retirada das famílias que viviam na ilha de Marapá em virtude da construção da estrutura da Zona Franca e, mais recentemente, à possibilidade de retirada da população que vive na Comunidade “Vila da Felicidade” sob a tutela do discurso da retomada de uma área federal invadida, onde se tem oficialmente, de acordo com a portaria 174 do Diário Oficial da União de 31/08/2011, o objetivo de construir o Porto da Siderama, uma obra de caráter essencialmente progressista com 376 mil metros quadrados. O que recai literalmente na visão que nos é concedida por Almeida (2012):

As instâncias político-administrativas incorporam, assim, o próprio termo “território” para designar não apenas aparatos burocráticos, mas também programas, planos e projetos. “Territórios da Cidadania”, “Secretaria de Ordenamento Territorial”, “cadastro territorial” e quejandos tornam-se termos e expressões usuais no léxico desses aparatos burocráticos. Os sentidos práticos de território transcendem, contudo, ao significado estrito de políticas fundiárias, ambientais ou minerais. Eles se apoiam em medidas protecionistas, também chamadas de “medidas de defesa comercial”. Os agentes do aparato político-burocrático argumentam que, com as sucessivas crises econômicas, a questão ambiental passou a ser ligada diretamente à do “desenvolvimento sustentável”, tornando-se uma agenda do Estado, e não apenas de grandes empresas transnacionais e de agências multilaterais. Consideram que, para tanto, faz-se imprescindível delimitar os recursos naturais estratégicos, reformar os códigos florestal, mineral e comercial e disciplinar a aquisição de terras por estrangeiros. Em virtude disso é que estamos constatando a tramitação simultânea de propostas no legislativo de alterações de quase todos os códigos que regem as relações produtivas e comerciais. Verifica-se, nesse contexto, uma retomada de medidas de defesa da “natureza” e dos denominados “interesses nacionais”, num momento em que as exportações para os países europeus e para os Estados Unidos mostram-se declinantes. Esse “protecionismo da natureza” implica, primeiramente, a identificação dos recursos naturais estratégicos e subordiná-los à implantação de grandes obras de infraestrutura e à expansão dos produtos para o mercado de *commodities*, consideradas essenciais ao “desenvolvimento sustentável”, o qual passa a ser reinterpretado como coadunado com “interesses nacionais” e articulado de maneira disciplinada, sem passar necessariamente por entidades multilaterais, com a ação de determinados fundos de investimentos e conglomerados transnacionais. (ALMEIDA, 2012, p. 64)

Outra questão que nos chama atenção é com relação à poluição “visual” com a qual se busca sustentar argumento na ação civil pública movida contra a prefeitura

para retirada das famílias instaladas a margem esquerda do Rio Negro. Segundo este argumento os flutuantes instalados na orla de Manaus corroboram para gerar o efeito que caracterizam um tipo de poluição visual. Nota-se claramente, neste caso, que ao instituir sentença o juiz partilha desta noção, ao afirmar que essas moradias são fontes de poluição e que seus efeitos promovem “insulto estético”.

Esta circunstância nos remete a uma indagação intrigante, a saber: até que ponto pode-se considerar uma natureza imparcial na gestão da política ambiental aplicada no caso dessas populações ribeirinhas que vivem à margem de Manaus? Essa pergunta que emerge no cerne da acentuada preocupação que se apresenta com relação “estética” da orla. Portanto, objetiva questionar se seria meramente uma ação pautada no interesse público ou se haveria alguma ligação em “preparar o terreno” para atrair investimentos imobiliários privados.

Um forte motivo que nos levou formular o questionamento que acabamos de apresentar, advém do fato da expansão no setor imobiliário em Manaus. Entre as notícias que tratam sobre o registro de aumento da produtividade no setor, destaque-se a reportagem divulgada no site de notícias da internet “*em tempo*”, segundo a qual a indústria da construção civil foi surpreendida no início do mês de abril de 2013 com a suspensão dos licenciamentos para obras particulares, quando antes havia previsão para construção de novos empreendimentos na orla de Manaus, que corresponde a cerca de 20 quilômetros que vão do lago do Puraquequara até o rio Tarumã. Pela nova legislação estabelecida no novo Código Florestal Brasileiro, as construtoras devem respeitar o limite mínimo de 500 metros da orla para preservar área florestal.

Dessa maneira, nota-se que este debate se estabelece com base em dois pressupostos imbricados na problemática ambiental, o primeiro diz respeito aos “precarizadamente territorializados”; enquanto o segundo corresponde aos critérios das ações governamentais que priorizam biomas e ecossistemas e relegam a dimensão social. Neste contexto, há de considerar extremamente relevante o que Almeida (2012) enfatiza quanto a flexibilização das normas jurídicas de garantia dos direitos territoriais dos povos e comunidade tradicionais com o propósito de atender demandas progressivas. Na mesma medida, é importante esclarecer o entendimento que se tem sobre “precarizadamente territorializados”:

Geograficamente falando, não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um "animal temtorial" (ou

"territorializador", como afirmou o sociólogo Yves Barel). O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento (HAESBAERT, 2004a). Por outro lado, é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização, tão pouco enfatizada, que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o "controle" etou a "segurança" sobretêm seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais "destemtorializados" ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados. (HAESBAERT, 2007, p. 20)

Se formos um pouco mais afundo nos fatos históricos poderemos ampliar o quadro de exemplos da política de "limpeza" da orla de Manaus implantada por seus governos. Assim, pode-se acrescentar mais um caso à lista, pelo episódio do desaparecimento da concentração habitacional que Melo e Moura (1990) chamaram de "famosa cidade flutuante", referindo-se ao grande aglomerado de casas flutuantes que existiu próximo ao Igarapé do Educandos. De efeito contraditório em relação à visão de "insulto estético" é a conclusão desses autores ao afirma, de maneira bem naturalizada, que esse tipo de construção flutuante, até década de 1990, ainda compunham elemento característico da paisagem ribeirinha manauara. Mais detalhes sobre a estrutura da cidade flutuante e também sobre a política levou a sua extinção se observa a seguir:

Grosso modo, as formas da "cidade flutuante" respondiam por um conjunto de casas de madeira construídas sobre troncos de árvores capazes de torná-las flutuantes sobre as águas do rio Negro e igarapés da cidade de Manaus. Ela existiu entre os anos de 1920, quando o "fausto" exclusivista da borracha chegou ao fim, e 1966 quando, em meio a uma política de "integração" nacional dos governos militares, implantou-se na cidade uma zona franca de comércio, cujas metas de modernização e progresso da capital amazonense não incluíam a 'cidade flutuante', pelo contrário, passavam pela sua completa destruição. (SOUZA, 2010, p.151)

Uma crítica bastante significativa, que se opõe a proposição de "famosa cidade flutuante" de Melo e Moura (1990) nos é concedida por Souza (2010) ao referir-se a falta de interesse por esta fase da história de Manaus:

As discussões sobre a "cidade flutuante", mesmo em uma historiografia regional, sempre foram raras, animando-se mais como um território historiográfico de silêncios. Sempre me surpreendi com a "invisibilidade" de mais de duas mil casas flutuantes abrigando, em seu auge na década de 60, mais de 12.000 habitantes! Moradores, trabalhadores, comerciantes, passantes que ali experimentavam suas vidas e ao mesmo tempo resignificavam os espaços marginais das ribeiras urbanas de Manaus. (SOUZA, 2010, p. 152)

Ao mencionar mais esses exemplos, o que se objetivou não foi a possibilidade de extinção da comunidade do Lago do Catalão, mas sim de

instauração de conflitos cujo eixo se concentre no problema apontado acima. Assim, de maior interesse é chamar a atenção, que, diferente da comunidade da Ilha do Marapatá, bem como da “cidade flutuante” de Manaus, a comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão, demonstra estar mais fortalecida em termos de uma organização administrativa-social de modo a não apresentarem condição de “precariedade territorializados”. Assim aposta-se que sua agência social seja capaz de atuar efetivamente diante uma situação de conflito que se instaure a partir da conjuntura mencionada, dando outro rumo ao desfecho. Notemos na declaração a seguir, a atuação da agência a partir da articulação de uma iniciativa em busca de solução ao problema do lixo. Deve-se, no entanto, se ressaltar que mesmo soando como medida tímida e simples, o que se há de evidenciar é a disposição para participação:

O lixo hoje é um dos grandes problemas que a comunidade enfrenta, porque nos não temos coletores. A maioria a gente queima. Outros como, latas e vidros acabam sendo jogados no rio porque tem gente que não tem condução para atravessar [e deixar o lixo em Manaus]. Tem gente que tem consciência e leva o seu lixo pra Ceasa. A gente precisa de pelo menos dois garis, pois além de gerar dois novos empregos vai melhorar a qualidade da nossa água. Se a prefeitura não der pra gente, vai ser o jeito a comunidade se organizar pra pagar.¹⁰³

¹⁰³ Dona Raimunda Viana, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela refração da etnografia enxergo um mundo novo...

Expressar a experiência geral deste “fazer etnográfico” é tratar de sensatez como virtude que emerge no meio do exercício de “estranhamento”. Sem deixar de dizer que paciência, cautela e disciplina foram inseparáveis em toda a jornada. Enquanto isso, discernimento e concentração estiveram sempre juntos no trabalho de campo. Dessa forma foi possível acessar a nova imagem refletida no espelho que se instalou no centro do molde desta etnografia. Assim, entre imagem e sujeito que hoje se fundem, se completam ou se confundem em uma só unidade, no processo dinâmico de identidades e identificações, que acaba por revelar a “maturidade intelectual” conquistada pelo acesso à nova interpretação da alteridade.

Demonstrou-se mais coerente iniciar aqui as considerações finais dando ênfase ao trabalho de campo, não apenas como forma de destacar pontos relevantes, muitos deles já mencionados na introdução deste trabalho. Mas como forma atribuir a esta etapa sua significância, enquanto fase indispensável ao fazer etnográfico e etapa de maturidade intelectual, especialmente, para um pesquisador em início de carreira.

Mais dois aspectos merecem ser levantados nestas linhas finais, os quais dizem respeito à literatura específica e são primordiais para refletirmos sobre esse processo de aprendizagem individual, muitas vezes solitário. O primeiro corresponde à relação de confiança entre o pesquisador e seu interlocutor, que exige extrema sensibilidade por parte do antropólogo para perceber todos os acontecimentos em sua volta. O segundo refere-se à característica marcante da imprevisibilidade do trabalho de campo, a qual poderá redirecionar o rumo da pesquisa.

Ao voltarmos à atenção para os aspectos mais específicos da pesquisa e seus resultados devemos destacar a reconstituição da história de formação da comunidade. Assim, as narrativas foram significativas no sentido de nos dar acesso a fatos históricos de grande relevância, como foi o caso do auge da produção madeireira, quando o lago do Catalão constituía uma espécie de grande depósito a céu aberto, onde ficavam armazenadas as árvores extraídas de outras regiões do

Estado e transportadas até o local para servir de matéria-prima as serrarias em Manaus. Neste período as famílias viviam principalmente em torno desta atividade extrativista. Todavia o declínio dessa atividade em decorrência da aplicação rígida de leis ambientais e maior fiscalização pelos órgãos governamentais responsáveis pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente, obrigou as famílias a buscarem novas estratégias para geração de fontes de renda.

Neste contexto, esta pesquisa também nos mostrou que as mudanças geradas pela derrocada da indústria madeireira, bem como, a escassez e as novas formas de comercialização do pescado¹⁰⁴, afetaram significativamente tanto a economia como o processo identitário contemporâneo do catalãoense, fornecendo o atual modelo de organização social, o qual está regido pelo significado que aquela população atribuiu à relação que estabelece com a região metropolitana.

Assim, conclusivamente, podemos afirmar em relação ao catalãoense, que há sobreposição de identidade a medida em que se percebe conveniente utilizar a identidade para obter de algum tipo de “vantagem”. Para reforçar esta observação, lembramos o caso de D. Raimunda Viana, que toma para si a identidade “catalãoense” mesmo não havendo nascido naquele território geográfico. Dessa forma, conclui-se de que devemos aderir a visão de Nugent (2006) quando este nos apresenta uma reflexão sobre os critérios de inclusão no processo de composição identitária, atribuindo pouca relevância aos antecedentes culturais extra-amazônicos, para afirmar que esta identidade não se confirma, necessariamente, por qualificações formais, mas por aquelas conferidas por ser um agente ativo num campo social em movimento.

A história de formação do local nos faz perceber como as readequações mencionadas acima, principalmente, diante da necessidade de geração de novas fontes de renda para garantir a sobrevivência das famílias, interferiram no uso do termo do Catalãoense que passou a ser mais recorrente durante reuniões entre os membros da comunidade, uma forma de criar na atmosfera uma ideia de pertencimento e comprometimento com o lugar. Foi assim que a comunidade, com o passar do tempo, revestida de uma identidade própria, reuniu forças em prol de conquistar a realização do acesso ao fornecimento da energia elétrica, que passou a ocorrer em novembro de 2008.

¹⁰⁴ Sistema de cartel nas barracas de peixe na Feira da Ceasa impede a comercialização direta dos pescadores, que são obrigados a vender suas mercadorias a atravessadores.

Ficou demonstrado ainda que nas últimas duas décadas, houve uma ampliação do fluxo no contato entre o Lago do Catalão e Manaus, principalmente em primeiro espaço em relação ao segundo, especialmente, no que diz respeito à busca por educação formal e fontes de renda e emprego, mas também lazer. Uma série de mudanças que vão desde as melhorias na estrutura física da feira da Ceasa, o acesso às políticas, ampliação da rede de transporte, facilidade de acesso a bens de consumo, compõe um novo quadro do contexto em que vive o catalãoense. Nota-se, portanto, que todas as mudanças mencionadas até aqui fortaleceram a atuação da “agência social” daquela comunidade, o que caracteriza importante estratégia de sobrevivência. Neste contexto, a internet surge, principalmente entre os jovens, mas também entre os adultos nas aulas de informática, como ferramenta de apoio para consultas de leis, preços de produtos e acesso virtual a instituições.

Assim, numa análise macro sobre os aspectos que interferiram para a nova conjuntura mundial, a qual se caracteriza principalmente por uma rede de interconectividade onde estão inseridos, tanto a zona urbana (Manaus) quanto a rural (Lago do Catalão), bastaria nos apoiarmos na interpretação de Castells (2011) quando o mesmo afirma que a “revolução tecnológica” provocou novas reconfigurações quanto ao reagrupamento de pessoas, alterando a experiência social no tempo e no espaço. Além disso, as novas tecnologias da informação agem sobre todos os níveis da atividade humana e o modelo de produção e administração global compõe-se também por atributos culturais e institucionais.

Desse modo, a interpretação acima, assim como todo aporte teórico contido neste trabalho, nos fornece elementos para que possamos concluir que o Lago do Catalão constitui mais um cenário específico com diferenças e semelhanças entre tantas comunidades ribeirinhas da Amazônia. Assim, ao analisarmos o contexto do Lago do Catalão torna-se nítido que nos afastamos completamente do estilo “folk” dos primeiros trabalhos sobre essas populações. Ademais, o que mais se destaca em termos resultado corresponde o rompimento com uma visão limitada de “isolamento” com que se iniciou a pesquisa. Diante da conjuntura global, chegou-se a conclusão de que não há mais espaço para se pensar em territórios isolados.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. As sociedades Amazônicas: modernidade e invisibilidade. In:____ (orgs). **As sociedades Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. Introdução.

____. **Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de várzea estuarina e estacional**: uma análise comparativa. 2002. 373 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ALENCAR, Edna Ferreira. **O tempo dos padrões “brabos”**: Fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. Belém: revista Amazônica 1 (1): 178-1999, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewFile/148/228>> Acessado em: 15 de junho de 2013.

ALENCAR, Ednar Ferreira. Políticas Públicas e (in) sustentabilidade social: o caso de comunidades da várzea do Alto Solimões, Amazonas. In: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVarzea/Ibama. LIMA, Deborah (org). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos Rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o Desenvolvimento da Sustentabilidade. Manaus: Edições Ibama, 2005, p. 59-99.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e Territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.25, n. 64, p. 63-71, jan/abr. 2012.

ANDRADE, Moacir Couto de. **Alguns aspectos da Antropologia Cultural do Amazonas**.Manaus: Editora Madrugada, 1978.

ATHIAS, Renato. **A noção de identidade étnica na Antropologia brasileira**: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

____. Hierarquização e Fragmentação: Análise das Relações Interétnicas no Rio Negro. In: Parry Scott; George Zarur. (Org.). **Identidade, Fragmentação e Diversidade na América Latina**. Recife: Editora Universitária, 2003, p. 87-110. Disponível em: <<http://www.renatoathias.blogspot.com.br>> Acessado em: 09 de agosto de 2013.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-37.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOMFIM, Ronaldo; BOTELHO, Lisandro. **Zona Franca de Manaus**: condicionantes do futuro. Manaus: Editora Valer, 2009.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, Pierre *et.al.* **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. JusBrasil. **Presidente do TSE chega nesta quinta-feira a Manaus**. Disponível em: <<http://tre-am.jusbrasil.com.br/noticias/2367150/presidente-do-tse-chaga-nesta-quinta-feira-a-manaus>> Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>>. Acessado em: 07 de dezembro de 2012.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Relatório do Censo Estrutural da Pesca em Águas Continentais na Região Norte**. Belém, 2006. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatistica/Censo-Estrutural-da-Pesca-de-aguas-Continentais-da-Região-Norte-do-Brasil.pdf> Acessado em: 10 de dezembro de 2012.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa n. 02, de 25 de janeiro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira nas Categorias de Pescador Profissional e Aprendiz de Pesca no âmbito do MPA. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/legislacaompa/instrucoes-normativas/mpa/2011>> Acessado em: 18 de janeiro de 2013.

_____. Lei n. 3173, de 6 de junho de 1957. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3173.html> Acessado em: 15 de junho de 2013.

_____. Decreto Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0288.html> Acessado em: 15 de junho de 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

_____. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 17 – 35.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v. I. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. 6 ed. Traduzido por Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **O poder da identidade**. v. II. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. 3 ed. Traduzido por Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **O fim do milênio**. v. III. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Traduzido por Alexandra Figueiredo Rita Espanha. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. **A questão urbana**. 3 ed. revisada. Coleção Pensamento Crítico. v. 48. Traduzido por Arlene Caetano. São Paulo : Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Fábio de. Economia familiar cabocla na várzea do Médio-Baixo Amazonas. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. (orgs). **As sociedades Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 173-194.

CESARINO, Frederico Nicolau. Deste lado do rio: relações sociais e econômicas da comunidade pesqueira do bairro Mauzinho, em Manaus – AM. **Revista Eletrônica Mutações**. Julho-dezembro, 2012.

COSTA, Gelmino. Migração na Amazônia. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; GUIDOTTI (Org.). **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p. 55 – 76.

EM TEMPO. **Restrição dos licenciamentos para obras trará perdas para o mercado imobiliário**. Disponível em: <http://www.emtempo.com.br/editorias/economia/3746-restricao-dos-licenciamentos-para-obras-trara-perdas-para-mercado-imobiliario.html>>. Acessado em: 16 de julho de 2013.

FONSECA, Jéssica Salgado da; BATISTA, Selma Paula Maciel. **Estudo de caso na comunidade do Catalão: turismo alternativo como forma de potencializar seus atrativos**. Manaus: Revista eletrônica Aboré, 2010. ISSN 1980-6930.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

____ et al. Os sujeitos da Amazônia: a construção das identidades locais. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. (Org.). **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 28 – 41.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2007, p. 26-27. Disponível em:

<<http://books.google.com.br/books?id=4SwfvVvi3L4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acessado em: 20 de março de 2013.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição Densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 3 – 21.

G1. **Obra de porto preocupa moradores da Vila da Felicidade, no Amazonas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/01/obra-de-porto-preocupa-moradores-da-vila-da-felicidade-no-amazonas.html>>. Acessado em: 24 novembro 2012.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HANNERZ, Ulf. Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e Globalização. **MANA** 5(1):149-155, 1999. Entrevista concedida a Fernando Rabossi.

HARRIS, Mark. Life on the Amazon: the Anthropology of a Brazilian Peasant Village. Oxford: Oxford University Press/ The British Academy, 2000. **MANA** 8(1):213-240, 2002. Resenha de: GONÇALVES, Marco Antônio. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/pirro.pdf>>

_____. Presente ambivalente: uma maneira Amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. (orgs). **As sociedades Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 81 – 108.

_____. The Brazilian Floodplains: where cholera does not kill caboclos. In: S. D. e al., **Lilies of the Field, Marginal People Who Live of the Moment**. Oxord: Westview Press, 1999, p. 196-211.

HUTCHINSON, John; SMITH, Anthony D. **Ethnicity**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia, Antropologia**. Tradução de Anna Hartmann Cavalcanti; 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LIMA, Deborah de Magalhães. Construção Histórica do Termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999, p. 5 – 29.

_____; ALENCAR, Edna Ferreira. **A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões**. Lusotopie, 2001, p.p 27- 48. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/somma2001.html>>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2013.

_____. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. (orgs). **As sociedades Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 145 – 172.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na metrópole – Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 01-30. Disponível em: < http://n-a-u.org/novo/wp-content/uploads/2012/03/campo_cidade.pdf >. Acessado em: 26 de março de 2013.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **Estudos Avançados**, 19 (53), p. 259-274, 2005.

MELO, Mário Lacerda de; Moura, Hélio A. de. (coord.). **Migrações para Manaus**. Recife: Editora Massangana, 1990.

NADEL, S. F. Compreendendo os povos primitivos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **A Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. 2.ed. rev. amp. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 59-85.

NUGENT, Stephen. **Amazonian Caboclo Society: An Essay on Invisibility and Peasant Economy**. Oxford: Berg Publishers, 1993.

_____. Amazonia: Ecosystem and Social System. In: **Man**, New Series, Vol. 16, n.º 1, 62-74, 1981. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2801975>>. Acessado em: 07 de fevereiro de 2013.

_____. The Coordinates of Identity in Amazonia: At play in the fields of culture. In: **Critique of Anthropology**, Vol. 17(1): 33-51, 1997. Disponível em: <<http://www.sagepublications.com>>. Acessado em: 07 de fevereiro de 2013.

_____. Utopias e distopias na paisagem social Amazônica. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. (orgs). **As sociedades Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 33 – 44.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. 4.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

OLIVEIRA, José Ademir de. Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões. In: OLIVEIRA, José Ademir de; GUIDOTTI (Org.). **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p. 155 – 177.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**, 25ª, Goiânia: 2006. Conferências e práticas Antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PERANO, Mariza. A favor da etnografia. In: **Serie antropológica**, Brasília, 130, 1992. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie130empdf.pdf>>

SAHLINS, M. “O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção”. In: **MANA**, Vol. 31 e 23, 1997.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Magia e religião na modernidade: os rezadores em Manaus**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SILVA, Angela Maria Moreira (coord); SOUTO, Clívea de Farias; et al. **Manual de normas para apresentação dos trabalhos técnico-científicos da UFRR**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

SOUZA, Leno José Barata. A “cidade flutuante” de Manaus: discutindo conceitos. In: **Revista AEDOS**, num. 6, vol. 3, Janeiro – Junho, 2010.

TAMER, Alberto. **Transamazônica**: solução para 2001. 2 ed. rev. e aum. São Paulo: APEC Editora S.A., 1971.

TURINO, Célio. **Na trilha de Macunáima**: ócio e trabalho na cidade. São Paulo: Editora Senac, 2005.

VALE, Julio Daniel do. **Composição, diversidade e abundância da ictiofauna na área do Catalão, Amazônia Central**. 2003. 54 p. Dissertação (Mestrado em Biologia Tropical e Recursos Naturais) – Universidade Federal do Amazonas e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus, 2003.

VIEIRA, Marina Guimarães. **Caboclos, Cristãos e Encantados**: Sociabilidade, Cosmologia e Política na Reserva Extrativista Arapixi – Amazonas. 2012. 298p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de sociedade em antropologia. In: _____. **A Inconstância da Alma Selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 295 – 316.

WAGLEY, Charles. **Amazon Town**: A study of man in the Tropics. New York: The Macmillan Company, 1953.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade: autonomia e precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 101-117.

_____. Mundo do trabalho e teoria do valor: as formas de vigência do trabalho material e imaterial. In: _____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 119-134.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

GOLDMAN, Marcio; LIMA, Tânia Stolze. Como se faz um Grande Divisor. In: _____. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ NuAP, 1999. p. 83-92. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/15480998/algumaantropologiamarcio-goldman>>. Acessado em: 26 de março de 2013.

MEDEIROS, Maria das Graças Ferreira de. **Um estranho no espelho: representações do caboclo amazônico**. 2004. 188 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2004.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 27 – 44.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. A cidade como categoria sociológica. In: OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciência Humanas do Centro de Pesquisa Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 13-56. Disponível em: < <http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?>>. Acessado em: 26 de março de 2013.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 27-67.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 45 – 57.

VELHO, Gilberto. MetrÓpole, cosmopolitismo e mediação. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 15-23, jan./jun., 2010.

WEBER, Max. Conceito e Categorias da Cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 69-89.

WIRTH, Louis. Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 91-113.

OUTRAS REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. F. S, H. P. Silva, et al. 1991. **Patterns of Daily Allocation of Sleep Periods: A Case Study in a Amazonian Riverine Community.** Chronobiologia, 18(1): 9-19.

BRONDÍZIO, E. S.. **Forest Farmers: humans and landscape ecology of Caboclo populations in the Amazon stuary.** Bloomington. Phd. Indiana University, 1996.

_____ e NEVES, W. A.. Populações Caboclas do Estuário do Amazonas: a percepção do ambiente natural. In: C. Pavan, **Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia.** São Paulo: MMarhal/ Memorial/ UNESP, p.167-182, 1996.

_____ e SIQUEIRA, A. D. **From Extractivists to Farmers: changing concepts of caboclo agroforestry in the Amazon stuary.** Reserch in Economic Anthropology, 18: p 233-79,1997.

_____ et al. **Land Use Change in the Amazon Estuary: patterns of caboclo settlement and landscape management.** Human Ecology, 22(3); p. 249-278, 1994.

CARNEIRO, Robert. **The transition from hunting to horticulture in the Amazon basin.** Proceedings of the 8th International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences, Tokyo. 3, p. 244 – 248,1970.

FUTEMMA, C. **Collective Action and Assurance of Property Rights to Natural Resources: A case study from the Lower Amazon Region, Santarém, Brazil.** Bloomington, IN. PhD Dissertation Indiana University, 2000.

_____. **Agriculture and Caboclo Household Organization in the Lower Amazon Basin: case estudies.** Departament of Anthropology. Tulane. MSc. 104,1995.

McGRATH, D.; et al. **Fisheries and the Evolution of Resource Management on the Lower Amazon Varzea.** Human Ecology, 21: p. 167-195, 1993a.

_____; et al. **Varzeiros, Geleiros e Manejo dos Recursos Naturais na Várzea do Baixa Amazonas.** Cadernos do NAEA, 11:, 91 – 125, 1993c.

_____;et al. Community Management of Floodplain Lakes and the Sustainable Development of Amazonian Fisheries. In: PADOCH, C; AYRES, J. M.; PINEDO-VASQUEZ, M; HENDERSON, A. **Várzea: Diversity, Development, and Conservation of Amazonia's Whitewater Floodplains.** New York: The New York Botanical Garden, 1999, p. 59-81.

MURRIETA, R. S. S. The **Dilemma of the “Chibé” – eater: food choices, ecology and everyday life among peasant communities in the Lower Amazon, Brazil.** Departament of Anthropology. Boulder. PhD. University of Colorado, 213, 2000.

____; et al. **Estratégias de Subsistência de uma População Ribeirinha do Marajó-açu, Ilha de Marajó, Brasil.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, ser. Antropol. 8(50): 147- 163, 1989.

____; et al. **Estratégias de Subsistência da Comunidade de Praia Grande, Ilha de Marajó, Pará, Brasil.** Bo. Mus. Para. Emilio Goeldi, ser. Antropol., 8(2): 185-201, 1992.

____. **Diet and subsistence:** changes in three caboclo populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil. Boulder. Thesis (Master of Arts). University of Colorado. 120, 1994.

____. **O Dilema do papa-Chibé:** consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. Revista de Antropologia, 41(1): 97-150, 1998.

____; et al. **Status Nutricional Infantil em Três Comunidades Ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Amazônia, Brasil.** Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, Sér. Antropol., 14(4): 3 – 19, 1998.

____; et al. **Food Consumption and Subsistence in Three Caboclo Populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil.** Human Ecology, 27(3): 455 – 475, 1999.

SILVA, H. P. **Physical Growth and Health Aspects of Girls from a Day Care Center in Santarém:** Comparison with Other Samples from Brazil and Ecuador. American Journal of Human Biology, 8 (1): 129, 1995.

____. **Growth, Development, Nutrition and Health in Caboclo Populations from the Brazilian Amazon.** PhD. Ohio State University. 260, 2001.

____; ECKHARDT, R. B. **Westernization and Blood Pressure Variation in Four Amazonian Populations.** Collegium Anthropologicum, 18(1): 81-87,1994.

____; et al. **Subsistence Patterns and Blood Pressure Variations in Two Rural Caboclo Communities of Marajó Island, Pará, Brazil.** Am. Journ. Human Biology, 7: 535 – 542,1995.

SIQUEIRA, A. D. **The Ecology of Food and Nutrition: patterns of land use and nutritional status among Caboclo populations on Marajó Island, Pará, Brazil.** Departament of Anthropology Bloomington. PhD. Indiana University. 402, 1997.

____; et al. **Estratégias de subsistência da População Ribeirinha do Igarapé do Paricatuba, Ilha do Marajó, Brasil.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, ser. Antropol., 9(2): 153 – 170,1993.

LISTA DE ENTREVISTADOS

ALEXANDRO FERREIRA VIANA, 33 anos, casado, madeireiro. Entrevista concedida em: 09/08/2012.

ARTEMIZA LOPES DA SILVA, 60 anos, casada, pescadora. Entrevista concedida em: 31/07/2012.

ELIANA MARTINS DA SILVA, 30 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 07/11/2012.

JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA PONTES, 30 anos, casado, piloto de voadeira. Entrevista concedida em: 13/11/2012.

MARIA IRENE DE SOUZA NEVES, 86 anos, viúva, parteira e benzedeira. Entrevista concedida em: 03/08/2012.

MAURO COELHO DE LIMA, 64 anos, casado, autônomo. Entrevista concedida em: 07/08/2012.

RAIMUNDA FERREIRA VIANA, 52 anos, casada, servidora pública municipal. Entrevista concedida em: 27/07/2012.

SEBASTIANA RODRIGUES PACHECO, 53 anos, viúva, comerciante. Entrevista concedida em: 05/11/2012.

VIRGÍNIA LAURA DA SILVA E SILVA, 80 anos, divorciada, aposentada. Entrevista concedida em: 12/11/2012.